

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no  
ambiente familiar

Mírian Botelho Sagim

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP,  
como parte das exigências para a obtenção do  
título de Doutor em Ciências.  
Área: Psicologia

RIBEIRÃO PRETO - SP

2008

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FFCLRP - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no  
ambiente familiar

Mírian Botelho Sagim

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP,  
como parte das exigências para a obtenção do  
título de Doutor em Ciências.  
Área: Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Antonio dos Santos Andrade

RIBEIRÃO PRETO - SP

2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E/OU DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA PRESENTE OBRA, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E DE PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

### FICHA CATALOGRÁFICA

Sagim, Mírian Botelho

Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar. Ribeirão Preto, 2008.

283 p. : il.; 30cm

Tese de Doutorado, apresentada à Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Ciências.

Orientador: Andrade, Antonio dos Santos.

1. Violência doméstica. 2. Ambiente familiar. 3. Crianças. 4. Adolescentes.

### **Dedico este trabalho**

A todas famílias que fizeram parte dessa pesquisa.

Ao bem-estar de todas as crianças e adolescentes que vivem em situações de risco em casa e que não recebem ajuda e apoio de ninguém, crianças e adolescentes que sofrem sozinhos.

Dedico ainda a todas as pessoas, que, conhecendo a situação de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco psicossocial, lutam para que as mudanças trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente se efetivem.

## HOMENAGEM

Querida Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves, como é difícil falar de você, de nossa amizade e proximidade. Você é responsável por hoje eu estar aqui escrevendo essas linhas em sua homenagem, a você devo tudo, o Mestrado, o início de meu Doutorado, você me acolheu sem sequer me conhecer, trouxe-me de tão longe, e abriu as portas para que eu ficasse, aprendesse, compartilhasse, sem você eu não seria Mestre em Psicologia, não estaria chegando ao término do Doutorado, você fez e possibilitou que tudo se tornasse realidade, com você aprendi inúmeras coisas como gostar de pesquisa, de projetos, de reuniões e todo o universo que cercava você, e que, por mim era compartilhado.

Hoje, o que sou devo apenas a você, a sua generosidade em abrir o caminho para mim e acolher-me de maneira tão afetuosa.

Com você, entre tantas coisas que é doloroso ficar recordando, nossas conversas, em sua sala, o vinho do Porto aprendi a gostar com você, e a colocá-lo em minha vida, todas as noites.

Aprendi tanto e o que não faltam são lembranças, as músicas, brincadeiras, o chocolate que você sempre me oferecia, as inúmeras lembranças que você sempre trouxe para mim, de todos os lugares por onde estive.

Zélia, o que mas dói é que você foi embora, deixou lembranças, saudades, e um profundo vazio dentro daqueles que a conheceram como eu. Sua generosidade era imensa, seu carinho e preocupação sem limites, sinto falta de ouvir, que eu era sua filhota também, Zélia, simplesmente você será, para mim, inesquecível, é impossível, não lembrar de você e de nossa amizade, tão espontânea e que surgiu de forma quase que automática, quando nos conhecemos, e quando você passou a fazer parte de minha vida de forma absoluta, a você eu devo tudo que sou hoje.

Simplesmente, Zélia, muito obrigada por tudo o que você sempre fez por mim, e pelo carinho com quem, sempre me tratou, a saudade de você nunca será superada, minha querida orientadora, Dra: Zélia, por ser a primeira a acreditar e confiar em mim e aceitar percorrer comigo os caminhos desta investigação. Obrigada ainda pelo carinho, amizade e por nossas conversas deliciosas. É bom poder ter estado mais ao seu lado, a convivência com você fez de mim uma pessoa melhor.

Muito obrigada por tudo, e que saudades sinto de você, minha querida Zélia.

“Gracias a la vida que me há dado tanto”

## **AGRADECIMENTOS**

É chegado o momento de dizer obrigado às muitas pessoas que me apoiaram, ajudaram e permitiram que este trabalho pudesse ser realizado.

A uma pessoa muito especial, minha mãe, não mais presente entre nós, mas que estaria muito feliz e realizada se aqui estivesse. Há muito tempo você se foi e eu sinto saudades.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Andrade dos Santos, por sua orientação, amizade e acolhimento, em um momento tão difícil.

A duas pessoas que sempre acreditaram em mim, meu sogro Odir e minha sogra Vera, que me acolheram como filha, além de possibilitarem que eu pudesse buscar realizar um sonho antigo.

Ao meu amigo, cúmplice, companheiro, grande incentivador e amor Odir, obrigada por tudo que fez, e faz por mim, sua paciência quando me sentia perdida, ansiosa, angustiada, você foi imprescindível, dando- apoio, carinho e ajudando-me a encontrar o caminho certo.

Um agradecimento especial a Assistente Social, do CREAS, onde a coleta de dados foi realizada, muito obrigada pela confiança em mim depositada e permissão para que a pesquisa pudesse ser realizada nesse Núcleo, o seu apoio, de suas estagiárias e de seus funcionários, foram imprescindíveis para a realização desta Tese, sem o apoio e ajuda de vocês isso não seria possível.

As minhas amigas Vanessa, Fabíola, Daniela, Érica, amigas que fiz durante a pós e que juntas dividimos tantos momentos, vocês sempre estarão em minhas lembranças e sempre estarei torcendo por vocês, a querida Patrícia e Cristina, amigas que fiz durante a coleta de dados, que sem a amizade e cumplicidade de vocês, sem vocês minha caminhada teria sido muito mais difícil, muito obrigada a vocês.

A minha amiga Elide, por suas conversas, risadas, e apoio nas horas difíceis, sem você nada disso seria possível, obrigada amiga.

A Ruth Estevão, por ser tão especial e amiga, sempre me acolhendo, mostrando outros caminhos, me ouvindo.

A Marina Bazon, por sua amizade e colaboração sempre.

Aos funcionários da CPG, Inês, Denise, Fabiana, Cesar, pelo carinho, atenção e amizade, e por tudo que fizeram para mim; vocês serão lembrados como pessoas muito especiais, e que sentirei muitas saudades. Ao querido Robson, pela atenção e por tantas conversas, e muitas risadas, você é especial e sempre será lembrado.

A Izilda, Márcia Zuard, Lucia e Cid, a companhia, apoio e carinho foram fundamentais nesses anos de convivência, vocês sempre serão lembrados como pessoas especiais. Izilda sentirei tantas saudades de nossas conversas, sempre estarei pensando e torcendo por todos vocês.

Ao amigo Roni, que sempre parou o que estava fazendo para vir em meu socorro nas dificuldades com o computador e nos momentos de aflição, obrigado amigo querido.

Aos funcionários da Biblioteca Central, pela atenção que sempre tiveram comigo, vocês são muito queridos e sempre serão lembrados.

Um agradecimento muito especial a todas as famílias que aceitaram fazer parte dessa pesquisa, juntamente com seus filhos, essa Tese não aconteceria sem a disponibilidade de cada um em conversar, responder as perguntas, muito obrigada a cada um de você.

A todos que direta ou indiretamente estiveram ao meu lado, me ajudando e acolhendo em momentos tão difíceis, é hora de dizer, muito obrigada.

Esta pesquisa teve apoio financeiro do CNPQ, sem o qual não seria possível sua realização.

*RESUMO*

---

## RESUMO

SAGIM, M. B. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. 2008. 283 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2008.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como a criança e o adolescente, que vivem em ambientes em que a violência doméstica está presente se comportam, incluindo tanto na situação em que eles são vítimas da violência dos adultos, quanto naquelas em que a violência ocorre entre os pais, em especial contra a mãe, e eles estão na categoria de observadores. A pesquisa foi realizada em uma cidade de grande porte do interior do Estado de São Paulo, com famílias onde há a presença de violência doméstica contra a criança e o adolescente por parte de seus pais, e que foram sinalizados pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público. E com famílias em que a violência se faz presente também entre os pais, a violência doméstica contra a mulher, e que pode ou não acontecer na frente dos filhos, e da qual já ocorreu registro de denúncia em Delegacia Especializada de Violência contra a Mulher (DDM). E, também, famílias que apresentavam episódios de violência física entre o casal e que foi informada e anotada nos prontuários da unidade do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, onde a pesquisa foi realizada. A amostra da pesquisa ficou composta da seguinte maneira; 17- famílias (mães) e 77- filhos, crianças e adolescentes com idade entre 6 anos e 16 anos completos. Como procedimentos metodológicos utilizou-se algumas técnicas de pesquisa e entrevista estruturada e entrevista semi-estruturada aplicada as mães, com as crianças e adolescentes, que seguiam a seguinte ordem: primeiro a entrevista estruturada, seguido pela entrevista semi-estruturada, pelos Jogos de Sentenças Incompletas e por último os Desenhos. A análise de dados foi realizada em dois formatos, análise qualitativa e quantitativa- interpretativa. A análise dos dados indicou alguns aspectos importantes com relação às mães que vivenciaram em sua infância a violência doméstica contra ela e contra sua mãe, e que era observada pelos filhos. Com relação às crianças, elas vivem em lares com a presença da violência doméstica, sabem e percebem que seus pais são violentos, mas têm apego muito grande aos pais e consideram suas famílias felizes. E, pode-se concluir que, as crianças e adolescentes presenciam a violência entre seus pais, observam e interferem na violência como também sofrem essa violência e, para eles, tudo o que é observado em casa determina o comportamento deles tanto em casa como na sociedade.



## ***ABSTRACT***

---

## ABSTRACT

**Domestic violence observed and lived by children and teenagers in the family home.**  
283p. - Doctorate thesis Tese de Doutorado Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de  
Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. 2008.

The main objective of this research has been to analyse how children and teenagers who live at homes where there is domestic violence behave, including both the situation in which they are the victims of adult violence and the one in which violence occurs between their parents, especially against the mother, and in which they are mere observers. The research has been done in a big city in the State of São Paulo with three different kinds of families: - families in which the Conselho Tutelar and Ministério Público signalled domestic violence against children and teenagers by their parents.- families where there is violence between parents, especially against women, which can happen in front of the children or not, which have already been registered at the DDM - a police station specialized in helping women against domestic violence - families with stories of physical violence between the couple, informed and registered at CREAS - Specialized Center of Social Assistance, where the research has been done. The research has been based on the following sample: 17 families (mothers) and 77 children (children and teenagers with age between 6 and 16). As methodological procedures we have used some research techniques, structured and semi-structured interviews with the mothers, the children and the teenagers, and these interviews were in the following order: first the structured interview, followed by the semi-structured one, then by Incomplete Sentences Games and finally by the drawings. The analysis of the data has been done in two formats, qualitative analysis and quantitative-interpretative analysis, and it showed some important aspects concerning the mothers who, in their childhood, suffered domestic violence against themselves and against their mothers, and were watched by their children. As far as these children are concerned, they live in homes where there is domestic violence, are aware of the fact their parents are violent, but are so attached to them that they consider their families happy. We can conclude that these children and teenagers can see the violence between their parents, not only observe and interfere with this violence but also suffer it, and what they see at home determines their behavior both in the family and in society.



## ***LISTA DE TABELAS***

---

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese da amostra pesquisada em crianças e adolescentes.....	115
Tabela 2 – Escolaridade dos participantes crianças e adolescentes.....	116
Tabela 3 – Famílias participantes da pesquisa, quantidade de filhos por famílias e quantidade de filhos entrevistados por família.....	143
Tabela 4 - Escolaridade das mães que participaram da pesquisa .....	144
Tabela 5 - Relação das mães que possuem trabalho remunerado.....	144
Tabela 6 - Relação dos maridos/companheiros que possuem trabalho remunerado .....	145
Tabela 7 - Relação dos maridos/companheiros que colaboram nas despesas da casa .....	145
Tabela 8 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim família é.....	163
Tabela 9 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: Para mim uma família feliz é....	163
Tabela 10 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim uma família infeliz é.....	164
Tabela 11 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: eu queria que minha família fosse.....	165
Tabela 12 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: sinto-me bem em casa quando... ..	166
Tabela 13 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: sinto-me mal em casa quando.....	166
Tabela 14 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: gostaria que meus pais fossem.....	167
Tabela 15 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: quando apanho sinto.....	168
Tabela 16 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim violência é .....	168
Tabela 17 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim violência contra criança é.....	169
Tabela 18 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: quando vejo meus pais brigando eu... ..	170



## *ÍNDICE*



## ÍNDICE

<b>RESUMO.....</b>	<b>xiii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>xvii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xxi</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>xxix</b>
<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>33</b>
1.1-Evolução nos conceitos de família.....	33
1.2 – A família e as práticas de educação da criança .....	45
<b>2 – UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA .....</b>	<b>55</b>
2.1 – A história da infância no Brasil.....	60
2.2 – As políticas públicas de atenção à criança .....	63
2.3 – Crianças e adolescentes – direitos adquiridos .....	69
2.4 - O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	72
<b>3 - A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.....</b>	<b>79</b>
3.1 – Considerações históricas .....	79
3.2 – Violência doméstica contra a criança e o adolescente – suas conseqüências .....	87
3.3 – Violência doméstica contra a criança e o adolescente – sua visibilidade .....	96
3.4 – Violência – uma relação desigual.....	101
<b>4 - OBJETIVOS.....</b>	<b>109</b>
4.1 - Geral.....	109
4.2 - Específicos .....	109
<b>5 – BASES METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>113</b>
5.1 - O referencial teórico - metodológico .....	113
5.2 - Participantes da pesquisa .....	115
5.3 - Recursos básicos utilizados .....	116
5.3.1 - A entrevista.....	116
5.3.2 - O Diário de Campo.....	118
5.4 – O contexto da investigação .....	119
5.4.1 - Os CREAS.....	120
5.5 Observação da Dimensão Bioética.....	121
5.6 Percurso metodológico.....	122

5.7 Obtenção dos dados .....	127
<b>6 - PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>135</b>
<b>7 - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>143</b>
7.1 - Entrevista estruturada com as mães.....	143
7.2 - Entrevista semi-estruturada com as mães.....	146
7.3 - Jogos de sentenças incompletas .....	162
7.4 - Entrevistas semi-estruturadas com crianças e adolescentes .....	176
7.4.1 - Relacionamento da criança e do adolescente com seus pais.....	177
7.4.2 - Afeto positivo pelos pais.....	177
7.4.3 - Presença da violência doméstica contra os filhos .....	179
7.4.4 - A violência contra a criança e o adolescente .....	181
7.4.5 - Presença da violência física contra seus filhos .....	182
7.4.6 - A violência doméstica e a percepção da criança e do adolescente .....	186
7.4.7 - As características dos episódios de violência .....	187
7.4.8 - Papel ativo dos filhos nos episódios de violência.....	191
7.4.9 - Papel passivo dos filhos nos episódios de violência.....	193
7.4.10 - Propondo soluções para as questões referentes à violência .....	194
7.4.11 - Presença da bebida nos episódios de violência.....	194
7.4.12- Presença do ciúme como sendo um dos motivos para a violência.....	196
7.4.13 - Presença do desemprego como motivo de violência .....	198
<b>8 - DISCUSSÃO DOS DESENHOS .....</b>	<b>203</b>
<b>9- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>241</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>247</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>275</b>

## *APRESENTAÇÃO*

---

## APRESENTAÇÃO

Justificar o interesse em desenvolver um projeto de pesquisa, em que pretende-se ouvir relatos de crianças e adolescentes que vivem em ambientes familiares, onde a violência doméstica se faz presente, implica inicialmente em rever alguns pontos.

Terminei o curso de História no final do ano de 2000, na cidade de Quirinópolis estado de Goiás, mas no transcorrer da graduação já havia começado a participar de um grupo de apoio a pessoas com problema de álcool e drogas, denominado de Amor Exigente, que tem à frente a Igreja Católica, sendo direcionado para a população em geral. Trata-se de um programa que abrange mulheres, homens, adolescentes e suas famílias, todos necessitando de ajuda para encontrarem formas que permitam sair da dependência, da própria situação de risco em que se encontram, buscando melhor qualidade de vida.

Esta experiência acabou por me colocar frente à questão da violência doméstica, tanto contra a mulher quanto contra crianças e adolescentes. Aos poucos fui me dando conta da gravidade do problema e do quão disseminado ele é na sociedade, não escolhendo classe social ou época do ano, mas ao mesmo tempo, ainda mantido muito em segredo, numa grande maioria dos casos.

É certo que a história mostra um quadro pouco animador, identificando-se ao longo dos séculos a violência e a morte como consequência de omissões e descasos praticados pelos pais ou responsáveis, em relação a seus filhos, crianças ou adolescentes.

Depois de algumas buscas iniciais, deparei-me com a possibilidade de elaborar um projeto de pesquisa e prestar a seleção para o mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Defini como tema, neste momento, que iria focalizar primeiro a questão da violência contra a mulher na família.

E chamou atenção os resultados apresentados no mestrado, como a questão da alta proporção de mulheres que sofreram agressão em suas residências, muitas vezes na presença de seus filhos. Este dado deixa entrever claramente que, na continuidade da violência, outros sujeitos fazem-se presentes e passam a ser ou espectadores da relação violenta que os adultos mantêm, ou vítimas eles também de um comportamento agressivo dos pais.

Foi exatamente o começar a pensar nas possíveis implicações deste último dado que levou à idéia de um novo projeto, agora voltado para o doutorado, que permitisse investigar como os filhos se colocam frente à violência doméstica, quer seja ela dirigida para si ou para a mãe.

Parece, pois, que nos lares em que existe a violência contra a mulher, também os filhos estão sujeitos a ações agressivas por parte do adulto, seja porque a criança busca interferir quando vê a mãe sendo maltratada.

## ***1 - INTRODUÇÃO***

---

# 1 - INTRODUÇÃO

## 1.1-Evolução nos conceitos de família

*Qualquer análise conceitual da família não pode ignorar os preconceitos e nem lhes dar voz. O primeiro passo a meu ver, para proceder à descoberta de ferramentas conceituais que possam oferecer um arcabouço teórico para a compreensão da família deve partir da delimitação do espaço conceitual. Para isso, é preciso abandonar, pelo menos num primeiro momento, as pretensões de universalidade. Não existe essa abstração que é a família.*

*Embora, para o senso comum, a representação da família seja sempre compreensível, ela não é idêntica. As variações possíveis exigem a qualificação, ou seja, de que família estamos falando, de que país, de que estrato social, de que momento. Os instrumentos de análise devem ser criados a partir da pesquisa. Os grandes esquemas conceituais e explicativos revelam-se falhos quando confrontados com a realidade. Não a explicam e, muitas vezes, servem para confundir modelos abstratos – que dizem o que deveria ser – com o modo como se apresentam as famílias e como se adaptam para fazer face à realidade (MELLO, 1995, p. 53).*

Para entender a questão da violência doméstica contra a criança e o adolescente, faz-se necessário pensar a família e seus conceitos, da forma como tem sido vista ao longo dos tempos.

A família é considerada como o elemento básico da sociedade, o meio natural para o crescimento e desenvolvimento das gerações mais novas e o lugar de bem-estar de todos os seus membros; tanto é assim que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990), reforçando que as crianças e adolescentes devem receber proteção e assistência para se desenvolverem plenamente, priorizou-a como o meio determinante para que isso ocorra.

Mas, por outro lado, ela nem sempre consegue cumprir, adequadamente, suas funções. Exemplo disso é que, frequentemente, são identificados sérios problemas no ambiente familiar, sendo a presença da violência um deles, ou seja, o lugar que deveria ser seguro, na prática, torna-se, justamente, o oposto (CUNHA, 1999; MINAYO; SOUZA, 1999; VERONESE, 1999).

Os dados revelam que a violência que atinge as crianças é muito grande. A literatura internacional mostra que 70% dos atos de violência física contra crianças, em geral, são

praticados pelos pais, sendo que a faixa etária mais vulnerável encontra-se entre os 7 e 13 anos (SAFFIOTI, 1999). A literatura, também, vem evidenciando que essa violência, segundo algumas pesquisas, (MINAYO, 2001; MINAYO; SOUZA, 1999; PASCOLAT et al., 2001) é praticada dentro do lar, tendo como agressores os próprios pais (DESLANDES, 1999; FERREIRA et al., 1999; REICHENHEIM, 1999), assumindo diversas formas, podendo ser física, sexual e psicológica.

Antes de abordar a questão propriamente dita sobre a violência doméstica, contra as crianças e adolescentes, é necessário conceituar a família, muitas vezes responsabilizada por este tipo de violência doméstica, objeto central deste estudo.

Ao longo do tempo, as relações humanas têm sofrido alterações, o que atinge, diretamente, a família, considerada como o primeiro elo socializador. É uma instituição socialmente determinada, sendo, portanto, de estrutura mutável, de acordo com a cultura em que seus membros se inserem. São invariáveis, porém, as relações de consangüinidade, de dominação e submissão, inerentes à existência do grupo.

A família pode ser conceituada como

(...) um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade. (BRUSCHINI, 1997, p. 77).

Existem vários conceitos atribuídos à família. Para Biasoli-Alves (1999, p. 229), “A família é um tema que vem sendo muito estudado, sobre o qual se debruçam antropólogos, sociólogos, historiadores, psicólogos e educadores entre outros”.

Apresenta definições e alterações que variam entre diferentes culturas e momentos históricos que determinam sua existência e o papel desempenhado por cada pessoa que a compõe. Biasoli-Alves (1995) refere

(...) a família vem sendo transformada por variáveis amplas do social, pelo momento histórico, pela cultura em que está inserida, mas que também ao assimilar o que vem de fora ela modifica e devolve ao casal um produto novo, que por sua vez o altera, e assim indefinidamente.

A família, além das mudanças históricas pelas quais passa, engloba também as diferenças de uma sociedade para a outra, fazendo com que, a cada período de tempo, seja pensada de uma maneira (DURHAM, 1983). Assim sendo, está sempre em constante mudança, seja em sua estrutura ou organização, não existindo, portanto, modelos prontos e acabados. Não é possível pensar na família como sendo um modelo pronto, não sujeito às alterações dos períodos, de cada época da história.

Isso permite melhor compreender as diferentes definições, bem como as funções a ela atribuídas, exigindo, ainda, que sejam analisadas as alterações pelas quais vem passando.

É certo que a concepção de família, ao longo dos séculos, vem se alterando, não existindo, portanto, definição única e abrangente. Observa-se que, muitas vezes, cada pesquisador, em seu contexto, adota uma definição, como pode ser evidenciado a seguir.

Segundo Biasoli-Alves (1999), cada um de nós acaba por formar a sua própria noção do que é família, daquela que é considerada como ideal e também da real.

O modelo familiar nuclear que hoje é comum, composto de marido, esposa e filhos, é descendente do modelo burguês, surgido no século XVIII, que coloca o lar como sendo o refúgio da vida social; o lugar de afeto mútuo, de privacidade individual e de socialização das crianças. Nesse modelo, a relação entre pais e filhos tornou-se mais íntima e amorosa, focada no mito do amor materno incondicional, em que o pai assume o papel de figura moral que mantém e protege a esposa e os filhos; a mãe tem como função a educação dos filhos e os cuidados com a casa.

A visão de família para Romanelli (1995) é a de que há atributos de hierarquia na família, por meio dos quais, o marido/pai, exerce poder sobre a esposa e filhos, com divisão de tarefas baseada de acordo com o sexo.

Para Rodrigo e Palácios (1998, p. 46)

(...) a família é um conjunto organizado e interdependente, unido ligado entre si por regras de comportamento e por funções dinâmicas em constante interação entre si e um intercâmbio permanente com o exterior.

A forma como a família é pensada por Biasoli-Alves (1995) está relacionada às ligações e às relações estabelecidas entre diferentes gerações e que compõem a socialização ao longo da vida, havendo aproximações e distanciamentos nas formas de perceber o mundo e a evolução entre seus membros.

Pode ser compreendida a partir do número de seus integrantes, determinando, assim, mudanças estruturais e ampliações no tamanho e na forma do grupo familiar e também nas reorganizações que ocorrem depois de mortes, divórcios e eventuais novos casamentos (DE ANTONI; KOLLER, 2000). Também é vista por suas relações e ligações formadas entre seus membros. Assim, Laing (1983) refere que essas relações familiares se caracterizam por união e por influência recíproca direta, intensa e duradoura.

No contexto sócio-histórico-cultural contemporâneo, a família nuclear tradicional, com os membros morando na mesma casa, permanece como o modelo mais comum, ainda se considerarmos o aumento nos números de divórcios e de mães solteiras, que tornaram-se chefes de família. Recentemente, com a permissão da justiça, surgem novas formas de famílias, nas quais é assegurado aos casais homossexuais o direito de adotar crianças.

A família tem sua concepção centrada na construção cultural definida e redefinida, de acordo com o contexto e o momento vivido (NEDER, 1994). Ela se adapta à circunstância atual, ao momento vivido, incorporando inovações e construindo novos arranjos familiares.

Como pode ser observado, muitas são as formas como cada pesquisador pensa a família e os conceitos tornam-se amplos e diferenciados.

Cada membro tem suas ações e comportamentos orientados pelas características intrínsecas ao próprio sistema familiar, mas, pode sofrer mudanças diante das necessidades e das preocupações externas.

A concepção de família, portanto, não é uníssona e, sim, multifacetada, proporcionando várias definições, em diferentes áreas.

A definição de Osório (1996, p.16), apresenta conceito mais amplo

(...) família é uma unidade grupal onde se estabelecem três tipos de relações pessoais - aliança-casal, filiação – pais e filhos e consangüinidade – irmãos – e que a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhes condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos tempos, funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e cultural.

O tema é bastante complexo e apresenta muitas variáveis e definições. Estudá-la coloca à frente uma realidade muito próxima, que é sua própria definição, tendo-a como modelo interiorizado e idealizado, ‘que se confunde com o que somos, com nossa identidade pessoal’ (SARTI, 1995, p. 39).

As famílias sofreram inúmeras transformações ao longo dos tempos, dentre as quais, destacam-se a intensa urbanização, as migrações externas e internas, a formação da classe operária, o surgimento dos meios de comunicação, as mudanças no estilo de vida das mulheres, além das transformações demográficas, sociais e econômicas. Tudo isso atingiu e alterou, profundamente, a dinâmica familiar.

Para abordar a questão da família, no século XXI, torna-se necessário fazer uma contextualização acerca dos problemas e transformações que ela enfrenta. Para isso, é importante discorrer sobre a mulher, pois, as transformações que a afetaram, foram preponderantes para influenciar as mudanças ocorridas nas famílias.

Nesse sentido, o que se observa é que a grande maioria das mulheres tem sua vida inteiramente definida pelos ditames da família e pelos moldes da sociedade na qual está

inserida. Isso repercute, diretamente, na vida da mulher, pois, o processo de educação a que ela era submetida, dava-lhe, como única opção, ser dedicada à casa, marido e filhos; assim, seria feliz e realizada.

A situação da mulher não era favorável e, no Brasil, até as últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, os casamentos eram arranjados e impostos; tratava-se de um contrato conjugal, cabendo aos pais, padrinhos e tutores, a decisão e escolha do noivo/marido, prevalecendo sempre o interesse familiar.

Em razão disso, pode-se supor que o processo de educação de meninos e meninas era, essencialmente, diferente. Ela era educada para ser amável, prestativa, modesta, prezada e trabalhadeira, devendo tornar-se boa esposa e boa mãe; já ele era ensinado para assumir as responsabilidades da casa e da vida familiar, que era o elo entre o privado e o público, sendo, ainda, o responsável pela transmissão de valores à sua prole (BIASOLI-ALVES, 2000).

Conseqüência natural desses fatos é que as meninas eram mais protegidas, sobretudo, do mundo exterior, e orientadas às coisas do ambiente doméstico. Esperava-se que se tornassem “bem comportadas”, recatadas, delicadas, compreensivas em relação ao comportamento do outro, reprimidas sutilmente, com frases do tipo: “como isso não é brincadeira de menina” “moça bonita não faz isso” (BIASOLI-ALVES, 2000).

Já a educação dos meninos seguia caminhos diversos, a começar pelos brinquedos que exigiam atividade física muito maior, como bolas, pipas, carros, bicicletas. As brincadeiras os levavam para fora de casa e, desde cedo, aguçavam suas noções de espaços e de limites. Deles, esperava-se liderança, expansão e até certa agressividade.

Biasoli-Alves (2000, p.11), ao traçar o histórico das mudanças no papel da mulher, ao longo do século XX, tendo como foco a família e a sociedade, afirma que os padrões rígidos vão sendo alterados, vagarosamente, nesse período, fruto de “macro variáveis” do social,

como a crescente industrialização e urbanização, até mesmo em países que, nesse momento, tinham economia, essencialmente, agrária. Diz essa autora:

(...) nas últimas décadas do século XX, a maior escolarização e a profissionalização da mulher acarretaram um contato mais amplo e constante com o social; como conseqüência, o questionamento se intensificou e atingiu muitas áreas.

Kaloustian (1998) analisa as décadas de 50 e 60 no que se refere à influência sofrida pelas famílias. Nos anos 50, o processo de industrialização e o crescimento da economia influenciaram a mulher a redefinir seu papel na família e na sociedade, o que possibilitou-lhes serem inseridas no mercado de trabalho.

Nos anos 60, surge a pílula anticoncepcional, provocando mudanças no interior da família e na vida das mulheres que, a partir desse momento, puderam determinar sua fecundidade e escolher o melhor momento para serem mães, caso assim o desejassem. Isso provocou, na sociedade, uma importante mudança: a diminuição do tamanho das famílias.

Os anos 70, para Segalen (1999), foram marcados pela entrada das mulheres das camadas médias, que até então, permaneciam em casa, cuidando dos filhos e dos afazeres domésticos, no mercado de trabalho.

As jovens passaram a ter direito a melhor educação que, gradativamente, comparou-se à dos homens; passaram a ter direito à universidade e começaram a pensar em uma atividade profissional que pudesse ser exercida mesmo após o nascimento dos filhos.

No final do século XX, era comum ouvir dizer que a instituição familiar estava passando por crises e, até mesmo, que poderia se extinguir, mas, no entanto, a realidade que se apresentava era de mudanças nos papéis atribuídos a cada membro da família. O que estava mudando era o modelo de família nuclear burguesa, formado pela presença do pai, mãe e filhos, vivendo sob o mesmo espaço físico e em família.

Os modelos de família que, atualmente, podem existir, possibilitam várias formas de relações entre as pessoas, como o casal com filhos - família nuclear, um pai e filhos - família

patrifocal, uma mãe e filhos - família matrifocal, casais que se uniram novamente após a separação, com filhos de outros casamentos - famílias reconstituídas, casais com filhos adotivos e, muito recentemente, a presença de casal homossexual adotando um filho.

Diferentes estudos (BILAC, 2000; DESSEN; LEWIS, 1998; MELLO, 2000) vêm apontando as mudanças e a necessidade de buscar por uma nova compreensão do conceito e do desenvolvimento familiar. A noção de família nuclear tem se apresentado, cada vez mais, como minoria, considerando que formas alternativas de família têm aumentado, a exemplo de casais homossexuais, famílias extensas e sucessivas, decorrentes da inclusão de outros membros, além daqueles nucleares (DESSSEN; LEWIS, 1998).

Com esses novos laços, a família passa a ter alterações em sua estrutura, nos papéis desempenhados por seus membros e, também, no tamanho dessas novas famílias que surgem.

Sevcenko (1998) afirma que ocorreram inúmeras alterações na estrutura da família, tendo, como consequência, a diminuição do número de casamentos, bem como o de filhos, chegando-se à elevada proporção de famílias monoparentais e recompostas (DIAS, 1995). Segundo Gomes (1994, p. 2), 'seria mais apropriado falar-se em famílias e não em família'.

Deve-se pensar que, independentemente da forma como as famílias venham a ser constituídas, não podem ser vistas como unidades isoladas, dentro do contexto social e da sociedade como um todo.

Pensar em família, nos dias atuais, significa dizer que a ela cabe a obrigatoriedade de ser a transmissora de vínculos de afeto, como também dos valores morais e, principalmente, ser um lugar seguro e protetor, fazendo com que a criança sinta-se bem, podendo ter um desenvolvimento saudável.

Nesse sentido, Berger e Luckman (1976, p. 2) afirmam que, na tarefa de criar e educar as crianças, ocorre a socialização que seria desta forma

(...) ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo da sociedade ou de um setor dela numa relação dialética homem-sociedade, com três momentos: interiorização, objetivação e exteriorização, ficando claro que o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto, que lhe é apresentado com uma configuração definida, de cuja construção ele não pertenceu.

Assim, a família aparece como o primeiro ambiente socializador de seus filhos e membros, responsável por seu cuidado e sobrevivência. É, também, onde são ensinados e atribuídos os fundamentos da formação da pessoa, pois, por meio das atitudes, dos valores e dos relacionamentos familiares, a personalidade da criança se formará e se consolidará. Nesse sentido, o ambiente familiar é responsável pela imagem que a criança criará de si mesma, dos outros e do mundo.

São muitos os autores que afirmam que a família está caracterizada como grupo social que exerce grande influência sobre a vida das pessoas e de todos que a cercam (ARAÚJO; PASQUALI, 1978; SANDER, 1995), sendo importante, também, como formadora da personalidade individual, além de se constituir em uma poderosa influência no comportamento das pessoas. Nesse sentido, Araújo e Pasquali (1978), alertam para a importância das medidas educativas a serem tomadas e direcionadas no seu interior, e Drummond e Drummond Filho (1998), recomendam a busca de bom aprendizado e desenvolvimento.

A família é considerada agente primário na socialização e, assim sendo, molda comportamentos, personalidades e transmite valores (NEWCOMBE, 1999). Sob esta perspectiva, não se pode deixar de referir como ocorre a socialização das crianças nesse ambiente, pois, vale ressaltar, a família é o primeiro espaço socializador da criança.

A criança, tendo desenvolvimento saudável e vivendo em uma família que lhe possibilite plenas condições para crescer em um meio acolhedor e afetivo, trará contribuições

muito importantes, de forma que a personalidade da criança se estruture bem, assim como a sua auto-imagem e aquela que tiver dos outros e do mundo. Partindo-se dessas idéias, a educação e o modelo de relacionamento, na família, são muito importantes para o existir de cada criança.

A família não é o único meio que proporciona a socialização. Ela tem lócus privilegiado para tanto, uma vez que tende a ser responsável por ela, interiorizando aspectos ideológicos e culturais da sociedade, criando e recriando modelos, em seu próprio grupo (VITALE, 2000).

Medeiros (1998, p. 31) refere

(...) a família dialeticamente articulada à estrutura social, constitui-se de um espaço imprescindível para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e da proteção integral de seus componentes, independente das múltiplas formas e desenhos que pode assumir.

Nesse sentido, a família torna-se, em nossa cultura, um espaço importante para o desenvolvimento do ser humano, uma vez que nela inicia-se o processo de construção e da socialização de cada pessoa.

Romanelli (1998, p. 124) lembra que

(...) a experiência e o cotidiano dos adultos são transmitidos à nova geração mediante o processo socializador, que se concretiza de dois modos. De um lado, esse processo ocorre na convivência direta na família, na escola, no grupo de pares, nas igrejas e em outras instâncias. De outro lado, a ação socializadora realiza-se de modo indireto pela mediação simbólica de agentes de diferentes instituições que disseminam valores, normas e modelos culturais.

É nela que se forma toda a base psicológica da pessoa, onde vão ocorrer as contradições e os jogos de amor, ódio, proteção, disputas de conflitos de gerações e a violência.

Quando se fala em desenvolvimento e socialização de uma criança, deve-se pensar que, ao nascer, ela é inserida em um contexto familiar e irá fazer parte de ambientes

constituídos por crença, cultura e pensamentos já consolidados e estabelecidos; dela, será esperado que consiga desempenhar os papéis que lhe são próprios.

Durante o processo de socialização e aprendizagem, caberá aos pais inseri-la nesse mundo, no qual há uma série de significados e comportamentos que ela deverá seguir, ensinando-a quais posturas estão de acordo com o esperado (BIASOLI-ALVES, 1992).

A criança, em seu processo de desenvolvimento e socialização, começa a adquirir conceitos e passa a conviver e compartilhar com seus pares, fazendo nesse processo de aprendizado. Isso ocorre de forma natural.

Newcombe (1999, p. 338) ressalta que

‘A socialização é o processo pelo qual as crianças adquirem comportamentos, habilidades, motivações, valores, e convicções e padrões que são característicos e desejáveis em sua cultura’.

A criança começa aprender, na família, a viver em grupo e a compreender as diferenças individuais, tendo segurança para conviver em sociedade. Para que isso ocorra de maneira saudável, torna-se, imprescindível, que a família lhe dê subsídios e segurança para que se desenvolva de forma natural e saudável.

Pensando nesse alerta, Biasoli-Alves e Bazon (2003) ressalta a importância que tem, para a criança, seus primeiros anos de vida em família e como isso será determinante em seu desenvolvimento. É na família que ela necessita encontrar todas as condições materiais e de socialização, buscando recursos internos para aprender e para se socializar. Essa autora continua enfatizando que o desenvolvimento ocorre segundo um processo bidirecional, no qual a criança está sendo socializada, mas, também interfere, levando os adultos a aprenderem a como lidar com ela. Isso significa que as gerações mais novas e as mais velhas aprendem uma com a outra e, enquanto a criança adquire posturas compatíveis com o esperado pelos adultos socializados, esses vão, gradativamente, assimilando as formas e maneiras mais

produtivas de educá-la Biasoli-Alves (1998, 1999a, 2001) e Biasoli-Alves, Caldana e Dias da Silva (1997).

Por outro lado, também é importante enfatizar que os adultos significativos são modelos para a criança, ou seja, tomando por base a forma como os pais agem, ela vai assimilando posturas e valores.

Portanto, o enfoque que coloca a socialização ocorrendo ao longo de toda a vida da pessoa, está fundamentado em uma visão de influências bilaterais, na qual o adulto ensina às gerações mais novas, por meio das tarefas que propõe, das atitudes e valores que transmite e, por outro lado, é ensinado por elas, quer no seu papel, na revisão dos seus códigos de normas ou, ainda, ao se deparar com as reações e necessidades de seus filhos (BIASOLI-ALVES, CALDANA; DIAS SILVA, 1997).

No processo de educação da criança, é importante ter bom relacionamento com os pais e deles receber afeto e estímulo, indicando-lhe suas competências. Assim, irá desenvolver auto-estima positiva e sentir-se segura com suas habilidades.

A criança, quando cresce e se desenvolve, construindo vínculos positivos, tende a se comportar de forma mais tranqüila, mantendo bons relacionamentos, tanto com os adultos quanto com seus pares. Mas, nem sempre o ser humano pensa nas conseqüências da importância da infância na vida de cada um, no que se refere ao desenvolvimento e socialização. Quando voltamos há séculos atrás, vemos a falta de cuidado e sensibilidade com que as famílias cuidavam de seus filhos recém-nascidos. Essas crianças não traziam aos pais sentimentos valorosos de proteção, amor e cuidado e esse tipo de pensamento das famílias, em relação a seus filhos, em muito demorou para ser modificado. Anos se passaram até que a criança pudesse ser vista como alguém que necessita de cuidados especiais, amor, proteção, para poder crescer e se desenvolver em ambientes que lhe proporcionem socialização adequada.

## 1.2 – A família e as práticas de educação da criança

As relações familiares vêm passando por muitas modificações ao longo das últimas décadas e pode-se perceber que muitos comportamentos, que outrora eram aceitos e compreendidos como sendo parte da cultura da época, como é o caso da força física utilizada na educação das crianças, por parte de seus pais, hoje já não são aceitos.

A mudança nesse contexto familiar no que se refere aos danos causados pela força física é lenta. Na história da humanidade e nos dias atuais ainda persiste a idéia de que a força e a punição físicas que os pais aplicam aos filhos são justificadas como sendo práticas educativas.

Quando se pensa em práticas de educação, são muitas as questões que nos vêm ao pensamento; - como cada família interage com seus filhos no que tange à educação, ao comportamento. “O estilo e as técnicas de criação de filhos que cada pai ou mãe desenvolvem são uma função de muitos fatores interessantes, a origem cultural é um deles” (NEWCOMBE, 1999).

A forma como os pais educam, interagem e se socializam com seus filhos é muito importante para a promoção de comportamentos ditos adequados e/ou inadequados, segundo consideração de pais e professores, sendo fundamental a presença da família no desenvolvimento da criança.

A valorização da criança foi muito tardia. Legalmente, ela se torna sujeito de direito a partir de 1959, na Assembléia Geral da ONU. A conscientização sobre as particularidades da infância levou os pesquisadores a procurarem melhor conhecer todo o processo que envolve o desenvolvimento infantil e as práticas educativas usadas pelos pais e suas relações com o comportamento dos filhos. Assim, nesse contexto, surge o debate acerca da punição corporal, prática milenar que é perpetuada até os dias atuais (WEBER; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004).

A família tem como função social a responsabilidade pela transmissão da cultura de uma sociedade a seus indivíduos e, também, fazer com que sejam preparados para exercerem a cidadania (OSÓRIO, 1996; DURHAM, 1983).

As práticas de educação e a socialização das crianças têm início na família, a qual é responsável por ensinar e adaptar os filhos a viverem em sociedade e também a criarem valores, normas e regras de conduta.

A família é o meio para garantir a sobrevivência da espécie, o espaço para o desenvolvimento dos descendentes e para a interação social (OSÓRIO, 1996; DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998).

Quando se fala em práticas de educação, é preciso considerar as transformações pelas quais as famílias passaram ao longo da história, pois essas mudanças irão refletir no momento de educar os filhos.

Antigamente, o grupo familiar era bem definido, sendo predominante o modelo nuclear. No entanto, com todas as mudanças sociais que ocorreram nas últimas décadas, como o divórcio, o fato de a mulher passar a trabalhar, os pais terem dupla carreira, a estrutura da configuração familiar foi alterada, pois as crianças passaram a ter menos contato com os pais, a qualidade do relacionamento entre eles foi afetada pela falta de tempo e, desta forma, os pais passaram a ter menos disponibilidade para educar seus filhos.

Surge, nesse momento, um segundo socializador – a escola, pois as crianças, a cada dia que passa, ficam mais tempo em contato com professores e amigos de escola do que com os próprios pais.

Para entender como ocorrem, atualmente, as práticas de educação dos filhos nas famílias, deve-se fazer um retrocesso, pois o educar vem com a preocupação com o presente, mas, sobretudo, pensando no futuro (BIASOLI-ALVES, 2004).

Quanto a Biasoli-Alves (1995, p. 19)

(...) nos diz que, focalizar as práticas de educação da criança e do adolescente na família conduz a análise das contingências que o ambiente tende a estruturar para comportamentos adequados e inadequados e seus efeitos.

As práticas de educação possuem diferentes linhas teóricas e enfoques que ensinam as famílias a lidarem com seus filhos, com diferentes formas de comportamento que eles possam apresentar.

Quando falamos em educação dentro do ambiente familiar ele é considerado o agente primário de socialização, e tem como papel-chave moldar a personalidade, as características de motivação, criar comportamentos sociais e transmitir valores e normas de conduta.

A socialização da criança é a responsável pelo seu aprendizado, socialização é o processo através do qual crianças adquirem comportamentos, habilidades, motivações, valores, convicções, e padrões que são característicos e desejáveis em sua cultura (NEWCOMBE, 1999, p. 338).

A socialização da criança está centrada em tudo aquilo que ela, durante todas as etapas do seu desenvolvimento, aprende e desenvolve.

Retomando o passado, as experiências de um grande número de países que, de certa forma, refletem no Brasil, durante os séculos XVIII e XIX, tem-se uma primeira maneira de educar a criança que é a moralidade religiosa, centrada na idéia de salvar a alma da criança e que, para torná-la obediente a Deus, valoriza o extremo da obediência. Quando os filhos não obedecem às mães, dizem que Deus está vendo e vai castigar, pelo medo e em nome de Deus fazem com que a criança obedeça. Isso, geralmente, resulta em um comportamento exemplar em relação à família e também à religião.

Tempos depois, no final do século XIX e após o fim da Primeira Guerra Mundial, surge a moralidade higienista, que não mais prioriza a salvação da alma, mas, sim do corpo sadio. As crianças agora não têm nenhuma satisfação de suas vontades realizadas; elas têm que ser disciplinadas, seguindo com rigor a determinação do adulto, sem elevar a voz, não se defendendo e a tudo obedecendo, sem questionar. São limpas, corretas e de bom caráter, não sendo permitido nenhum desvio de conduta (BIASOLI-ALVES, 2004).

Nas décadas de 30 e 40, começa a surgir o efeito psicológico, levando a um repensar de valores e práticas, a partir da perspectiva psicológica, propiciando que a moralidade das necessidades naturais, passe a ser vista como algo bom, desde que a criança queira, que seja

seu desejo natural. A criança recebe o direito de falar, opinar, ter vontade própria, começando a surgir a tolerância por ocasião de um comportamento inadequado.

Nos anos 50, o movimento é por uma moralidade individualista e de prazer, que vê a criança como objeto de afeto, aprendizagem (BIASOLI-ALVES, 2004).

A partir dos anos 80, surge a moralidade mista, onde o afeto social, emocional e saudável da criança é considerado, conferindo liberdade para a auto-realização e a felicidade. Tais transformações ocorrem por influência do pediatra e do psicólogo, como forma de educar a criança para que ela não venha a ter problemas na vida adulta, enfatizando o desenvolvimento da sua individualidade e independência.

Muitas foram as mudanças e, sem dúvida nenhuma, não foram fáceis, gerando angústia entre o desejado e o realizado, o esperado e o obtido. Porém, a complexidade e as mudanças foram bastante marcantes, existindo intenso conflito entre a socialização primária, com valores recebidos da família, e a secundária, advinda da assimilação de novos padrões durante a juventude e vida adulta (BIASOLI-ALVES, 2004).

Camino, Camino e Moraes (2003) estudaram a relação entre pais e filhos e suas implicações. Citam três técnicas de socialização, normalmente utilizadas na família - a indução, a retirada de afeto e a afirmação de poder.

A indução consiste no emprego de explicações que levem a criança a se convencer de que seu comportamento é inadequado. A retirada do afeto consiste em mostrar a ela que seu comportamento teve, ou pode ter, como consequência, a ruptura do elo afetivo entre ela e o adulto.

Cecconello, De Antonio e Koller (2003), ao discutirem a última técnica, afirmação de poder, definem o poder como o potencial de uma pessoa em compelir outra a agir de maneira contrária à sua própria vontade.

A relação dos pais está centrada na concentração de poder nas suas mãos e, assim, podem utilizar esse poder para alterar o comportamento dos filhos, empregando, para tanto, disciplina indutiva e/ou disciplina coercitiva.

A indutiva tem como objetivo a modificação voluntária do comportamento da criança, envolvendo práticas educativas que mostrem ao filho o desejo dos pais de que seu comportamento mude, induzindo-o a obedecer (CECCONELLO; DE ANTONIO; KOLLER, 2003).

Essa estratégia visa direcionar a criança para as conseqüências de seu comportamento com as outras pessoas. Ela não usa nenhuma forma punitiva. Envolve muito diálogo entre pais e filhos, explicações do que são regras, valores, advertência moral; implica ainda em mostrar à criança que seu comportamento pode ser prejudicial a ela e aos outros. Cabe a ela a responsabilidade pelo seu comportamento e sua moralidade está motivada mais por fatores internos do que externos (KOLLER; BERNARDES, 1997).

No que diz respeito à disciplina coercitiva, ela reafirma e reforça o poder parental. É caracterizada por práticas que utilizam a força e o poder dos pais sobre seus filhos e incluem punição física, perda de privilégio, ameaças. Isso leva a criança a sentir medo, ansiedade e essas sensações interferem sua capacidade de ajustar seu comportamento à situação, ensinando-a que a razão, pela qual deve comportar-se bem é externa - a presença de punição, e não interna - a culpa (KOLLER; BERNARDES, 1997; CECCONELLO; DE ANTONIO; KOLLER, 2003).

A importância das condutas educativas e dos estilos parentais foi comprovada na década de sessenta por Baumrind (1966) que constatou, por meio de seus registros, entrevistas e observações, correlações entre o comportamento de pré-escolares e características do ambiente familiar. Essa autora observou que pais amorosos e comunicativos tinham filhos seguros e competentes e que as crianças imaturas viviam em ambiente familiar desorganizado.

Para Baumrind (1966), a educação dirigida aos filhos não deveria ser nem punitiva, nem indiferente, mas que os pais estabelecessem regras claras e sempre demonstrassem afetividade a seus filhos. Dessa forma, a educação caminhará de forma mais positiva.

Ela ainda classifica os estilos parentais em três diferentes tipos: autoritário, permissivo e autoritativo.

O estilo autoritário é caracterizado pela forma autoritária dos pais sobre o comportamento de seus filhos, agem de forma punitiva e restritiva, usam a força física como disciplinadora. As crianças devem seguir regras rígidas, impostas pelos pais, sem discutir ou argumentar; os limites e controle sobre os filhos são muito claros e a comunicação e o envolvimento dos pais é de forma restritiva, não considerando a opinião dos filhos (BAUMRIND, 1966; CEBALLOS; RODRIGO, 1998; RODRIGO; PALACIOS; VITALI, 2004).

No estilo autoritativo, os pais estabelecem limites e regras claras aos filhos. Estimulam a independência e, assim, a criança comporta-se de forma mais confiante e responsável, os pais estimulam seus filhos a discutirem e a terem discernimento crítico. Segundo Vitali (2004, p.12), os pais

(...) consideram o ponto de vista da criança e o avaliam, mas exercem controle firme nos pontos de divergência com ela sem por isso limitá-la, com restrições, mas avaliando seu comportamento em relação ao contexto no qual acontece e não em termos absolutos.

O estilo permissivo foi subdividido em pais permissivos indulgentes e pais permissivos negligentes. Essa subdivisão decorre do fato de haver pais que sejam permissivos por acreditarem em uma ideologia de liberdade e igualdade para criar os filhos, usando a democracia e pouca cobrança e exigência. Por outro lado, os pais permissivos negligentes o são pela falta de interesse e de vontade para participar da educação dos filhos (PACHECO, 1999).

O estilo indulgente não exige o cumprimento de regras específicas e os pais aceitam as decisões tomadas por seus filhos, dando a eles grande liberdade. São pais afetivos e receptivos,

tendendo a satisfazer qualquer pedido dos filhos (BAUMRIND, 1966; CECONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003). Não possuem controle sobre os comportamentos negativos dos filhos, dando-lhes a falsa sensação de que podem fazer o que querem.

O comportamento negligente é aquele em que os pais são pouco afetivos, indiferentes e distantes de seus filhos; não se envolvem e dedicam-lhes pouco tempo. Atendem apenas às necessidades básicas das crianças, são completamente centralizados em si (CECONELLO; DE ANTONI; KOLLER, 2003; VITALI, 2004).

A partir desses estilos de práticas de educação, pode-se observar e entender que as diversas variáveis explicativas, presentes na forma de educar os filhos, tornam impossível uma criação homogênea. Os pais, com o tempo, modificam-se, adquirem experiência e aprendem que cada filho é diferente, reagindo, de forma distinta, sobre o que lhe é dito. O certo é que não existe um modelo de educação de um filho.

Segundo Zamberlan (2002), os pais desejam ter controle sobre os filhos e, por isso, valorizam a obediência e a educação, usando a punição ou força, conforme julguem necessário. O que se questiona é se o efeito desejado, de fato, corresponde às técnicas utilizadas para levar a criança a ter um bom comportamento ou se existem mais excessos do que ações para que a criança possa compreender, na realidade, o que fez de errado.

As observações de Bueno (1989, p. 107) já eram nesse sentido, quando ele menciona que ‘Castiga-se a criança para educá-la, castiga-se porque ela não obedeceu; não agiu direito; castiga-se para puni-la; ou para dominá-la...ou por outras causas’.

De acordo com Saffioti (1989), todo esse comportamento ao qual a criança e o adolescente estão expostos faz com que socializem a violência e o castigo como formas de educar, ou seja, como uma prática adequada. Diante disso, atualmente, coloca-se em questão o fato de não estamos criando, dessa forma, um ciclo de violência.

Lendo trabalhos de alguns pesquisadores é possível identificar fatores positivos para problemas de comportamentos (BRIOSO; SARIA, 1995; CONTI, 1997; DEL PRETTE, 1999; KAISER; HESTER, 1997; KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997; PATTERSON; DE BARYSHE; RAMSY, 1989; SIDMAM, 1995). Esses estudos tratam da relação entre as práticas educativas e o comportamento anti-social dos filhos, lembrando que as famílias estimulam essa conduta quando usam de meios de disciplina inconsistentes e não interagem com seus filhos de forma positiva, não exercendo, portanto, nenhum acompanhamento sobre as atividades das crianças.

Em muitos lugares da Europa, observa-se que houve transformações nesse quadro, sendo que as práticas democráticas substituíram as autoritárias (DU BOIS-REYMOND; SUNKER; HEINZ, 2001; MONTADON; LONGCHAMP, 2003). As razões foram desde a elevação do nível de educação até a democratização das relações entre os sexos.

Montadon (2005) diz que, nas famílias, ainda existem certas proibições e regras que os pais não discutem e os filhos aprendem que, se algumas coisas são negociáveis, outras não o são.

A questão da prática educativa é muito importante, pois fornece subsídios para que a criança sinta-se segura, confiante para desenvolver-se. A forma como são educadas pelos pais, além de ser modelo para a criança, é também a forma de transmitir valores, costumes e cultura.

A prática que se propõe educativa, deixa de sê-lo quando punitiva, pois, não ensina, não faz bem à criança. Muitas vezes pode levar os pais a punir fisicamente a criança, podendo exceder-se, tornando-se uma agressão física. O que é muito mais grave, gera violência e maus-tratos nas crianças e adolescentes; isso ocorre, muitas vezes, quando os pais estão educando ou ensinando seus filhos por meio de práticas punitivas, onde a agressão física é constante. Eles acabam por adotar condutas mais agressivas, não conseguindo perceber que estão se excedendo e mal tratando seus filhos.

## *2 – UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA*

---

## 2 – UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA DA INFÂNCIA

Os maus tratos à criança foram identificados há muito na história da humanidade e, em contrapartida, a compreensão da infância, enquanto um período da vida que necessita de proteção e afeto, originou-se há pouco mais de dois séculos (MUZA, 1994).

Faz-se necessário resgatar a história no que se refere às concepções que a infância teve ao longo dos tempos, de forma a melhor compreender essa trajetória. Isso possibilitará comparações com o passado, para que possamos entender e interferir no presente.

No transcorrer da história da humanidade, os pais sempre tiveram poder de decidir sobre a vida de seus filhos, o que, às vezes, leva-os a terem comportamentos agressivos. A história relata ainda que os maus-tratos contra a criança existem desde a Antigüidade, em todas as classes sociais e nas mais diferentes culturas, religiões e cor da pele. Existe desde sempre e, por muitos anos, foi aceita. Para Veyne (1992), a prática do infanticídio foi aceita pelas sociedades antigas, sendo facultado aos pais acolher ou renegar o filho recém-nascido.

Há também alguns relatos, como o de Licurgo, entre os povos helenos, quando foi determinado que crianças portadoras de qualquer deficiência deveriam ser abandonadas próximo ao precipício do Monte Talgeto (ROMERO, 1972).

Nesse período da história, segundo Shaffer (2005), há registros que remetem ao conceito de que crianças tinham pouco ou nenhum direito à vida e nem sempre tinham valor para sua família.

Assis (1994) relata que nos anos de 315-329 d.C., na Itália, criou-se uma lei que propunha sujeitar as mãos dos pais de forma a afastá-los do infanticídio; no ano de 830 d.C., a mulher que matasse seu filho recém-nascido, praticasse o aborto ou apenas o tentasse, deveria ser excomungada, cabendo aos sacerdotes decidirem pela redução da pena ou imputar-lhe nova penitência.

Nessa época, a infância deixa de ser a idade do pecado, como referia Santo Agostinho (354-430 d.C.). Tal idéia justificava a violência física e o castigo corporal pelo fato da infância ser entendida como imbuída de corrupção moral (MACHADO, 1996).

Entretanto, a importância da infância cresceu lentamente. Ainda no século XII, ela foi expressa por Ariès (1981), ao retratar as palavras de Montaigne “perdi dois ou três filhos, não sem tristeza, mas sem nenhum desespero”.

Diante do exposto, a infância é algo que demorou a ser valorizada, considerando que sempre havia sido tratada como algo que, a qualquer momento, poderia desaparecer, ou até como algo velho que pode ser descartado. Sentimentos e afetos não faziam parte do contexto dessa época no que se refere às crianças. No final desse século, a Inglaterra aprovou uma lei que enquadra a morte de crianças, provocada por seus pais ou professores, como sendo homicídio de adulto (ASSIS, 1994).

A impressão inicial do que pode ser denominado de sentimento em relação à infância começa a surgir no século XIII, quando, a partir da iconografia, perceber-se que os retratos de crianças passam por transformações, na forma como são representados, ou seja, não mais como um adulto, em miniatura, como era ocorria até então.

Na Idade Média, as crianças não eram vistas como pessoas em fase especial de desenvolvimento, mas como pequenos adultos, o que implicava em uma indiferenciação: “... assim que a criança deixava os cueiros (...) ela era vestida como os outros homens de sua condição” (ARIÈS, 1986, p. 69). Desse modo, dividiam com os adultos o mesmo espaço da rua, ai estabelecendo as diversas relações sociais independentes das familiares. Da mesma maneira, ela logo se afastava (ou era afastada) dos pais e colocada, como aprendiz, em outras casas e ambientes.

Ariès (1981, 1986) lembra que o conceito de infância é novo e, sua construção, recente. Até por volta do século XII, a criança, em seus primeiros anos de vida, não tinha uma

característica definida; essa ausência de caracterização específica perdura até o final da Idade Média, quando as crianças passaram a ser consideradas como pequenos adultos, dividindo, com eles, os mesmos espaços.

Por muito tempo, ela foi vista como um adulto em miniatura e foi passando por sucessivas mudanças a partir do século XV. A infância, independente da classe social, sempre teve uma fase de pequena duração e, a partir do momento em que as crianças mostravam-se aptas para viverem sem os cuidados básicos maternos necessários à sua sobrevivência, elas ingressavam no mundo dos adultos. Passavam, então, a se vestirem como tal, participando das atividades; não eram percebidas como crianças. Seu ingresso no mundo dos adultos era muito precoce e, para a família, a criança não tinha importância, sendo, muitas vezes, considerada um problema.

Todas as fases pelas quais uma criança passa desde seu nascimento, crescimento e desenvolvimento eram ignoradas pois, até então, não existia preocupação para com ela, sequer um ato simples como o registro de seu nascimento. Assim, sua idade não tinha importância, pois não havia a necessidade de saber a idade real das pessoas. Isso não era relevante.

Nessa época, era comum às famílias pobres dormirem com seus filhos pequenos na cama do casal, no meio dos pais. Isso ocorria com muita frequência e, em muitas vezes, tal hábito podia causar a morte da criança, por asfixia. Para essas famílias, o filho chegava a ser um problema para a sobrevivência dos pais e acabava por ser abandonado, prática bastante comum.

Ariès (1981) afirma que a infância sempre foi ligada aos modelos da sociedade, não havendo ruptura entre o mundo adulto e o da criança. Daí decorrem conceitos distintos sobre a infância, nos diversos períodos históricos.

Durante os séculos XVI e XVII, a criança passa a ser tratada, de um lado, com indiferença e pouco ou quase nenhum cuidado; do outro, como objeto de papariação “... em que a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto” (ARIÈS, 1981, p. 158).

Como já mencionado, a história permite evidenciar que a violência maior sempre foi direcionada às crianças abandonadas pelos pais. Badinter (1985, p. 58) menciona a descrição realizada por Chamousett, em 1756, sobre 12 mil crianças, abandonadas em Paris, as quais morreram como moscas, implicando ainda em ônus para a nação, obrigada a mantê-las até a morte.

A pesquisa histórica tem demonstrado que, até o século XVII, as crianças não eram consideradas seres humanos, com necessidades próprias, carentes de afeto e cuidado. Assim, não havia o conceito de maus-tratos à infância. Sequer existiam leis específicas para sua proteção (BADINTER, 1985; ARIÈS, 1986; GALLARDO, 1988; MCCAGHY, 1985; OCHOTORENA, 1993).

No que se refere à história da infância, pode-se indagar em que momento teria surgido os primeiros relatos que expressassem mudanças na percepção de sentimento com as crianças. Badinter (1985) menciona que o marco do conceito de infância, como se conhece atualmente, foi a publicação da obra ‘Emile’, de Rousseau, no ano 1762. É, a partir desse momento, que a forma de perceber a criança sofre diversas transformações.

Para Badinter (1985), a gênese da preocupação com a orientação das mães, na forma como os cuidados eram dispensados às crianças, na primeira fase de suas vidas, ocorre a partir do século XVIII, referindo-se ao processo de amor materno nas relações entre as mães e os filhos, como garantia de sobrevivência das crianças.

Ao mesmo tempo em que surge um sentimento de amor materno nessas relações, com o desenvolvimento, pelos quais passava a economia naquele momento, acrescida da

industrialização, emerge, para a mulher, o emprego fora do ambiente doméstico e, novamente, a criança será penalizada.

O desenvolvimento da industrialização, durante o século XIX, faz crescer, por um lado o número de crianças abandonadas, considerando a necessidade das mulheres de trabalharem, deixando seus filhos aos cuidados das amas. Por outro lado, nesse momento, as idéias de Rousseau se fortalecem (toda criança é potencialmente boa), assim como as de John Locke (a criança não é má nem boa, mas uma folha em branco). Diante desses novos conceitos, a sociedade, da segunda metade do século XIX e início de século XX, passa a considerar a criança como uma pessoa concreta, com direitos e deveres que devem ser respeitados (PEREIRA, 2003).

O final do século XIX e início do XX são marcados pela moralização religiosa, segundo a qual a educação da criança é autoritária e rígida, não havendo expressão de afeto e carinho. Tal postura tinha como finalidade purificar a alma da criança.

Somente no século XX, segundo Ariès (1978), é que a criança deixa de ser tratada com modelos adultos, sendo criada, então, uma condição especial - a infância. Dessa forma, legalmente, a criança só passa a ser considerada pessoa na segunda metade do século XX.

Essa nova condição, no entanto, não garantiu atenção especial e adequada a essa faixa etária, mas, resultou em um conceito tirânico de família que destruiu a sociabilidade e privou a criança de liberdade, infligindo-lhe o confinamento, com castigos severos.

O século XX teve como diferencial a grande proliferação de casas de criação e entidades assistenciais para crianças órfãs, ligadas à Igreja Católica, onde as mesmas aprendiam o ensinamento moral e tinham a preparação para o trabalho.

Azevedo e Guerra (1989) referem que a história social da infância tem mostrado a presença de violência, que é inerente e constante às relações interpessoais entre adulto-

criança. São relações de natureza assimétrica, hierárquica e adultocêntrica, por serem fundamentadas no pressuposto poder do adulto sobre a criança.

Remete-se, nos dias de hoje, a infância a um sentimento de inutilidade, facilmente percebido quando se pergunta à criança “o que você vai ser quando crescer?”. Essa pergunta expressa que o valor da criança está no que ela irá ser e não no que ela é (ALVES, 1990).

A história da humanidade é marcante no que tange à violência contra a criança, passando a suscitar medidas da sociedade (DE MAUSE, 1975). A história da criança, ao longo dos séculos, sinaliza para grandes possibilidades de se encontrar tristeza, abandono, falta de proteção jurídica, crianças abusadas física e sexualmente e espancadas dentro de casa.

## **2.1 – A história da infância no Brasil**

No Brasil, a história da infância não é distinta da que ocorreu na Europa, segundo os estudos anteriormente descritos acerca da contextualização da infância nesse continente. Entretanto, é importante destacá-la de forma a entender, mais detalhadamente, a situação da criança no Brasil.

Del Priori (1999) menciona que a documentação referente ao período colonial não faz referências a questões próprias do cotidiano de crianças e mulheres. O interesse centrava-se em assuntos políticos e econômicos que, de alguma maneira, afetava diretamente os governantes. Assim, percebe-se que, nessa época, havia a mesma forma de tratamento dispensada à infância, segundo citação de Ariès (1981).

Costa (1983) lembra que a condição da criança, no período colonial, é a de um anjinho, o que obscurecia a infância como uma etapa da vida, com necessidades e características próprias.

No período colonial, foi criada a Roda dos Expostos, uma maneira de assegurar que os pais abandonassem seus filhos, de forma anônima. Essas Rodas se multiplicaram, permanecendo até 1950, revelando a fragilidade dos vínculos familiares (GRACIANI, 1997).

A questão da Roda dos Expostos é muito séria e expressa o grande abandono ocorrido entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período, no Rio de Janeiro, havia cerca de 42.000 enjeitados e abandonados (DEL PRIORI, 1998). As rodas dos expostos recebiam inúmeras críticas e questionamentos, face ao alto índice de mortalidade dos internos, apesar de sua esperada função de proteção à criança.

No Brasil Colônia (MARCÍLIO, 1998) e em todo o Império, apenas uma parcela muito pequena de crianças abandonadas foi assistida por instituições; a maioria era acolhida em casas de família ou morria desamparada.

Segundo Del Priori (1998), no Brasil, nos séculos XVI e XVII, iniciaram-se os trabalhos com as crianças, pela Companhia de Jesus, ensinando-os a ler, escrever, evangelizar, aprender bons costumes. Esse trabalho era realizado nas casas dos *muchachos*. Durante todo o Período Colonial e o Primeiro e o Segundo Impérios, não havia, no País, nenhuma instituição pública que cuidasse da infância solitária e abandonada.

O interesse pela infância era pequeno, mas, de alguma forma, ela era mencionada em documentos, geralmente escritos por viajantes estrangeiros, o que possibilitou pesquisar a história da criança brasileira.

Na história do Brasil, no período da colonização, as crianças eram tratadas como adultos e isso podia ser observado por suas vestimentas, atividades de trabalho, convívio social junto ao adulto e a alimentação. Isso não significa a inexistência de afeto por elas; há registros até de cuidados excessivos com as crianças pequenas, apesar das críticas dos moralistas, para os quais a boa educação implicava em castigos físicos e palmadas (DEL PRIORI, 1999, p. 96). Dessa forma, as famílias alternavam mimos com disciplina, sendo que

a palmatória era o meio mais utilizado para a educação, juntamente com as práticas educativas punitivas.

No Brasil República, século XIX, a criança já passa a ser entendida como um problema social, em função da abolição dos escravos, imigração de mão-de-obra européia, entre outras causas, que geraram um número expressivo de crianças na rua, abandonadas à sua própria sorte. Em 1870, no Rio de Janeiro, surgem instituições propondo-se a atender crianças abandonadas, unindo o trabalho ao seu abandono, no sentido de transformá-las em classe trabalhadora, a partir de uma educação direcionada ao trabalho agrícola e artesanal. Essa conduta afastava-as da prostituição (PASSETTI, 1998).

Nesse contexto nascem as escolas-asilos, com destaque para a Escola de Aprendizizes de Marinheiro e o Asilo de Santa Isabel, ambos no Rio de Janeiro. Lima e Venâncio (1998) referem que os resultados dessas instituições são percebidos imediatamente, pois a preocupação com a educação básica e profissional, além da formação moral e religiosa, visava, com essas condutas, o preparo da criança para o mundo do trabalho.

Ostetto (1992) relata que a descoberta e a valorização da infância, no Brasil, tiveram início no século XIX, consolidando-se na República; inicialmente atingiu apenas crianças ricas e, posteriormente, as pobres, por meios assistenciais. O conceito de infância adquiriu visibilidade no século XIX, passando a ser objeto de ações e intervenções públicas em todo o Ocidente.

O século XX mereceu destaque diante da influência do Estado na vida familiar, de forma que a criança passasse a ser vista como um cidadão em formação, com seus direitos discutidos em convenções, envolvendo países do mundo inteiro.

No Brasil, convive-se, há muito tempo, com crianças e adolescentes abandonados, seja por suas famílias ou pelo Estado, que não as protege, ou ainda pela sociedade, que as discrimina. Porém, a verdade é que sempre existiram crianças abandonadas e em situação de

perigo, expostas a toda forma de violência, inclusive aquela gerada em seus próprios lares e praticadas pelos seus pais, os quais teriam a função de protegê-los.

No Brasil, as desigualdades social e de riqueza são acentuadas. Além disso, as ações voltadas para essas crianças e adolescentes, em situação de abandono e ou de risco, expressam o preconceito e a discriminação (TEOTÔNIO, 2000).

Do exposto até então, observa-se que, no Brasil, ainda há muito a se fazer de forma a aproximar as conquistas na esfera jurídica com a realidade, e garantindo, assim, os direitos, diariamente violados, de milhares de crianças e adolescentes.

Nosso país é campeão mundial de alguns títulos pertinentes a muitas situações negativas, inclusive aquelas de desrespeito às crianças e aos adolescentes, essas situações envolvem a exploração do trabalho infantil, o turismo sexual internacional, pornográfico e a exploração sexual de menores, a delinqüência juvenil, a prostituição infantil, fatos como o massacre da Candelária, no Rio de Janeiro, a ação da polícia contra crianças pobres e negras. Acresce-se a aviltante diferença na distribuição e concentração de renda da população brasileira (MARCÍLIO, 1998).

Em síntese, a história da humanidade, no que diz respeito à criança e ao adolescente, necessita ser refletida e repensada, de forma que, em futuro próximo, situações como essas venham a ser punidas de maneira exemplar. Só então poderemos dizer que um novo capítulo da história dessas crianças e adolescentes estará sendo escrito, pautado pela justiça, pelo acerto, preparando um futuro pleno de possibilidades.

## **2.2 – As políticas públicas de atenção à criança**

No Brasil, as ações voltadas ao atendimento da infância tiveram início ainda no Período Colonial, com a origem da instituição Roda dos Expostos, a qual já mencionamos nesse estudo. Foi a primeira instituição brasileira, com maior tempo de duração, a qual atendia

crianças abandonadas pelas famílias. Caracterizava-se por cilindros rotatórios, existentes nos mosteiros, os quais tinham como finalidade enviar alimentos, mercadorias em geral e mensagens aos residentes do mosteiro que, por serem religiosos, viviam enclausurados. Dessa forma, não havia contato dos religiosos com o mundo externo.

Os mosteiros medievais sempre receberam crianças que eram doadas por suas famílias para o serviço de Deus; a Roda foi um meio utilizado para a família que pretendia abandonar seu bebê e, em função disso, a Roda passa a ter outra utilidade:- a de receber bebês abandonados (MARCÍLIO, 1999). Ela mantinha o sigilo e o segredo sobre a família que abandonava o filho e também o anonimato sobre o destino da criança (MARCÍLIO, 1999; VENÂNCIO, 1999).

As Câmaras Municipais tinham que prestar assistência a essas crianças e o faziam com muita resistência. Por essa razão, em 1828, foi aprovada uma lei, denominada Lei dos Municípios, pela qual abria-se a possibilidade de retirar, das Câmaras Municipais, essa obrigação. Assim, na cidade que houvesse uma Santa Casa de Misericórdia, a Câmara Municipal poderia usar seus serviços para a instalação da Roda e assistência aos enjeitados que recebesse, em parceria com a Assembléia Provincial. Assim, perde-se o caráter de caridade para dar início à filantropia, associando-se o público ao privado (MARCÍLIO, 1999, p. 60).

O relevante é que, após essa lei, tenta-se buscar, na iniciativa particular, a ajuda para cuidar dessas crianças abandonadas. Dessa forma, a municipalidade estaria livre dessa incumbência. Nesse momento iniciam-se as primeiras ações entre a caridade e o governo, nas quais a caridade toma a iniciativa e o governo fornece recursos financeiros para os estabelecimentos criados. Segundo Carvalho (2000), igreja marca presença determinante ao longo da história nessa assistência.

No Brasil, nessa época, a pobreza e a marginalização atingiam boa parte da população; diante disso, a pobreza tornar-se a principal causa do abandono nas Rodas, propiciando, àqueles que não podiam criar seus filhos, um local onde poderiam entregá-los, a Casa de Misericórdia. Com algum grau de otimismo, talvez pudessem ser adotados por uma boa família.

A Roda não foi apenas utilizada por pobres, que não podiam criar seus filhos; foi também muito útil para pessoas de famílias influentes, que não desejavam assumir a paternidade/maternidade.

Os motivos pelos quais as famílias abandonavam seus bebês eram diversos; dentre eles a morte ou doença dos pais, nascimento de gêmeos, tamanho da família, desajustes conjugais, principalmente quando havia suspeita de adultério, defesa da honra da mulher, heranças, bebês com deficiências ou enfermidades. Apesar de todos esses motivos, a Roda ainda era preferível ao infanticídio e aborto (MARCÍLIO; 1998).

Pereira e Mestriner (1999) mencionam que, nessa época, o índice de mortalidade infantil das crianças abandonadas nas Santas Casas de Misericórdias era altíssimo, entre 70 e 80%, chegando até mais de 90%.

Estima-se que, entre os anos 1738 e 1911, foram colocadas e abandonadas em instituições cerca de 43750 crianças. Freitas (1999, p. 70) relata que muitos filhos da Roda eram entregues aos cuidados das amas sob pagamento “... quase todas pobres, solteiras e residentes nas cidades, que recebiam um ‘estipêndio pequeno’, e podiam explorar o trabalho das crianças, remunerando, ou apenas em troca de casa e comida, maneira mais comum”.

Muitas dessas crianças, após passarem um tempo com as amas, retornam às casas de misericórdias, porém, são muitas as que não mais conseguem serem acolhidas pela instituição, restando-lhes a rua como única saída. Passam a viver de esmolas, cometem pequenos furtos e

se prostituem. O grande número de crianças abandonadas e rejeitadas pelas famílias deu origem aos orfanatos, os patronatos e os seminários.

Marcílio (1999) faz referência a uma segunda fase de assistência à criança abandonada, que passa a ser definida pela filantropia científica. Nesse momento, a pobreza ainda é muito grande, sendo considerada como o principal problema vivido pela infância, no Brasil.

Por influência da Europa, iniciam-se, no Brasil, movimentos que não mais serão tolerantes para com a exposição e abandonos de bebês, pressionando a sociedade e os governantes para que alguma medida fosse tomada, de forma a minimizar essa questão. Criam-se, então, as instituições e políticas públicas para cuidar do abandono de crianças.

São criados os asilos e educandários, objetivando a capacitação profissional das crianças, com a finalidade de inseri-las no mundo do trabalho. Os primeiros foram criados em 1855, no Maranhão - a Casa do Educandário Artífices; no Rio de Janeiro, em 1861, o Instituto dos Menores Artesãos; em 1.882, em Niterói, o Asilo para a Infância Desvalida. Surgem também as colônias agrícolas em Salvador, Fortaleza e Recife, as quais tinham seus fundamentos no pensamento vigente, o qual enfatizava a necessidade de controle e domesticação das classes perigosas. Assim, o crime, a prostituição e a mendicância nas ruas eram prevenidos (MARCÍLIO, 1998; RIZZINI, 1993).

Gradativamente, as autoridades começam a perceber que a mortalidade infantil estava altíssima e intensificam movimentos para que se acabasse com o funcionamento da Roda dos Expostos, seguindo o que se pregava na Europa Liberal, com pressões para que a Roda dos Expostos encerrasse suas atividades, por considerá-las imorais. O Brasil foi o último país a seguir tal recomendação, na década de 1950.

Freitas (1999) refere-se ao fim das Rodas como sendo um processo que teve a iniciativa dos médicos higienistas, perplexos com as taxas de mortalidade nas casas dos

expostos. Esse movimento tinha também a finalidade da melhoria da raça humana, com base nos pensamentos e nas teorias evolucionistas.

Costa (1989) menciona que, desde o século XIX, a Faculdade de Medicina do Brasil já se preocupava com o problema da mortalidade infantil, como também com as crianças entregues nas Rodas e criadas na Casa dos Expostos. Esse autor também lembra que as Rodas não tinham condições adequadas e as instalações eram precárias. As crianças não recebiam o cuidado necessário e acabavam morrendo. Assim, a Roda tornou-se um foco de mortalidade infantil, colocando a justiça pública como omissa, considerando não haver punição para os crimes de infanticídio. Muitas vezes, as Rodas destinavam-se a encobrir essa prática.

Para Marcílio (1998, p. 307)

(...) o fenômeno do abandono de bebês foi deixando de ser tolerado, de ser aceito como mal menor. Se a criança é fruto da nação, é preciso que ela cresça sadia, feliz, bem-educada, dentro de um lar. Em todos os lugares, velhos sistemas caritativo-assistenciais passam a ser condenados. Instituíam-se creches e asilos diversos, nos quais a mãe passou a ser conhecida e identificada. E o melhor: estabelecem-se políticas públicas de assistência às mães pobres e trabalhadoras, por meio de auxílios pecuniários e temporários às famílias, para que deixassem de abandonar os filhos. Enfim, a partir da valorização da família, acredita-se que as crianças abandonadas deveriam ter direito a uma família substituta legalizada.

A questão das ações voltadas para a infância começa a sofrer pressões internacionais, fazendo com que o Estado, pressionado, assumira a responsabilidade pela assistência e proteção à criança carente, considerada em situação de risco.

Nas décadas de 30 e 40, o Estado adquire espaço na vida social da criança e do adolescente, possibilitando visibilidade à infância pobre, que passa a ser vista como um problema social.

Nessa época, várias instituições foram criadas. Em 1938, a Casa do Pequeno Jornaleiro, para crianças que trabalhavam nas ruas. Em 1940, o Serviço de Assistência ao Menor, que foi o antecessor da FUNABEM, 1964, a qual, junto ao Ministério da Justiça, atuou no combate à criminalidade (TEOTÔNIO, 2000).

Dentre os esforços para definir políticas sistemáticas de atendimento e intervenção, com a função de recuperar e reintegrar os jovens ao convívio social, foi criado, em 1942, o Serviço de Assistência ao Menor - SAM, junto aos reformatórios, abrigos para menores delinquentes.

As necessidades básicas da infância são, portanto, reconhecidas e oficializadas, permanecendo, entretanto, o desafio de implantá-las, de forma que, a cada dia, um maior número de crianças e adolescentes, de todas as classes sociais, tivesse uma infância amplamente protegida.

Nos anos 60, ocorrem profundas transformações no contexto de assistência à infância abandonada. São criadas instituições de abrigo com a finalidade de proteger, educar, cuidar e capacitar a criança abandonada e o adolescente delinquentes, os quais eram isolados para que pudessem ser educados e regenerados, voltando ao convívio social.

No Brasil, com a instauração do regime militar, em 1964, inicia-se um período conservador da sociedade. Em dezembro de 1964, é criada a Lei n.4513, que traça as diretrizes e bases para uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor

Em São Paulo, em 1974, é implantada a Fundação Paulista de Promoção Social do Menor, a qual, em 1976, teve seu nome alterado para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM-SP), (ADORNO, 1993).

No Brasil, é apenas na década de 80 que se observam debates políticos sobre a situação da infância, buscando formas e alternativas para superar o perverso processo de institucionalização. Nesse sentido, Costa (1990) lembra o surgimento do enfoque crítico estrutural, o qual tem como princípio o Bem-Estar Social; a criança passa, então, a ser enfocada sob outra ótica, possibilitando-lhes perspectivas futuras.

Os anos 80 possibilitaram à infância e juventude novos paradigmas, decorrentes das várias mudanças nas instituições e no modelo institucional; grandes instituições perdem legitimidade, passando a existir um movimento crítico de defesa dos direitos da infância e juventude.

Nesse momento, tem início, no Brasil, a mudança do olhar para a situação da criança e do adolescente, agora focalizado nas formas e meios que poderiam ser utilizados de maneira a conferir legitimidade aos seus direitos.

No Brasil, historicamente, a política de assistência à criança e ao adolescente, em situação de abandono, vem sofrendo transformações. A gênese da implantação dessas políticas ocorre na igreja, passando por filantropos, até ser de responsabilidade do Estado. (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2006).

### **2.3 – Crianças e adolescentes – direitos adquiridos**

Em 1923, a International Union for Child Welfare, uma organização não-governamental, estabeleceu os primeiros princípios dos direitos das crianças, os quais foram incorporados, em 1924, pela Liga das Nações, que, reunida no Canadá, celebrou a Primeira Declaração dos Direitos da Criança.

A Organização das Nações Unidas, em 1946, pensando em ações de âmbito mundial para ajudar crianças que padecem com a pobreza absoluta na qual vivem, cria um Fundo Internacional de Ajuda Emergencial à Infância Necessitada e, em 11 de outubro, surge o United Nations International Child Emergency Found (UNICEF), com o objetivo de ajudar as crianças dos países pobres.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, surge, na Europa, e, posteriormente, nos demais países, a idéia da criação de uma convenção sobre os Direitos da Criança. Em 1948, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos com o objetivo de garantir a todos os homens e mulheres o valor da família, dando-lhes condições de cidadania.

Em 1959, as Nações Unidas proclamam a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que pretendia garantir, entre outras coisas, os seus direitos, combatendo o abuso e a

violência nas suas origens. Nesse momento, a criança passa a ter prioridade absoluta e como sujeito de direitos, segundo os quais deve ser cuidada, receber afeto, desenvolver-se de forma saudável. A família que não respeitasse essas normas, seria questionada.

No ano de 1989, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos promove a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e, em 1996, seus termos já haviam sido ratificados por 96% dos países, os quais se comprometiam, por lei, a tomar as medidas adequadas de forma a tornarem efetivas as orientações propostas pela Convenção.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças procurou influenciar os governos de todos os países no sentido de darem maior atenção às crianças, para que os direitos e garantias que elas tinham assegurado não se restringissem ao âmbito teórico, mas que, efetivamente, se tornassem realidade. A criança passa a ter direito a viver em família, ser bem cuidada pelos pais, ter identidade, pensamentos e ações próprios, ter liberdade de opinião, poder acessar informações e, principalmente, crescer em ambiente seguro, onde tenha direito à saúde, educação, lazer e viver sem violência.

A partir daí, inicia-se uma luta mundial para que a criança tenha esses direitos respeitados, de forma que a questão da violência contra ela seja eliminada. Vários países passam a fazer reuniões internacionais, pensando em alternativas e formas de ajudar, apoiando as crianças que vivem em situações de risco.

No Brasil, até o final da década de 80, quem definia a atenção e o cuidado à criança e adolescente era o Código de Menores, que cuidava e legitimava a situação irregular na qual se encontrassem, por estarem em situações que violavam as regras sociais ou por não estarem recebendo o cuidado e atenção necessários para que suas necessidades básicas fossem atendidas (SÊDA, 1998).

A substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ocorreu por força dos movimentos internacionais e nacionais, no sentido de que os países

deveriam cumprir os direitos da infância e adolescência, regidos pela Declaração dos Direitos da Criança, de 1959.

A literatura evidencia que a visibilidade da violência contra a criança e o adolescente se iniciou ao redor dos anos 80, com a celebração do Ano Internacional da Criança (1979) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989).

O Brasil acompanhou esse movimento, ao promulgar, em 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual abriga uma legislação avançada e das mais completas. Essa lei é marco na história do Brasil.

As crianças e adolescentes têm, no século XX, os principais avanços nas ciências médicas, jurídicas e pedagógicas, possibilitando-lhes, pela primeira vez, que seus direitos fossem assegurados.

Assinado em 1990, foi o primeiro Estatuto do mundo a aplicar as normas da Convenção. O documento propõe a doutrina da proteção integral, rompendo com a visão de menoridade e conduzindo à concepção da criança como cidadã, com direitos e deveres, sendo priorizada pelas políticas públicas (SOUZA; TEIXEIRA; SILVA, 2003).

O ECA implanta outras formas de relação do Poder Público com a comunidade, destacando-se o canal de organização e de participação da sociedade civil, denominado Conselho Tutelar.

Paralelamente, a Constituição Federal, de 1988, imprimiu novos horizontes à problemática da criança e do adolescente, ao anunciar a obrigatoriedade do Estado e da sociedade civil de garantirem sua proteção. Em seu artigo 227, lê-se

(...) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Entretanto, apesar dessa avançada legislação, a criança e o adolescente continuam sem a preservação de seus direitos. Isto é o que se observa em considerável parcela dessa clientela, expressa pela fome, exclusão social, violência praticada, contra elas, por seus pais, abusos sexuais e outras formas de violência.

Como abordaremos a seguir, no capítulo que trata da violência contra a criança e adolescentes, essas questões são muito concretas.

## **2.4 - O Estatuto da Criança e do Adolescente**

A questão da violência doméstica contra a criança e o adolescente é uma realidade observada e constatada em pesquisas como sendo algo observado nas diferentes culturas e contextos sociais, na história da humanidade. Foi mencionada por historiadores, em vários momentos da história.

No Brasil, a preocupação com o tema foi descrita e manifestada durante a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como forma de assegurar subsídios para proteção e cuidado da criança e do adolescente, vendo-os como seres humanos, passíveis de direitos e de deveres. No entanto, a proteção e a promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes representam, ainda, muitos desafios a serem vencidos (COSTA; BRIGAS, 2007).

No Brasil, a sociedade teve participação no movimento Constituinte, representado por organizações não-governamentais, as quais atuaram de forma muito eficaz na formulação do art. 227, referente às crianças e adolescentes, e da lei 8069/90, que regulamentou o ECA.

O ECA contribuiu para realizar reformulações na forma como a criança e o adolescente eram tratados, transferindo o poder do nível federal para os níveis estadual e local, deixando explícito o direito das crianças e adolescentes aos serviços sociais, educacionais, de saúde e, ainda, apresentando propostas concretas de reformulações no sistema judiciário infanto-juvenil.

As crianças e adolescentes necessitam ter vida saudável e pleno desenvolvimento psicológico, cognitivo e motor. São seres humanos mais vulneráveis, considerando que ainda estão em formação e são imaturos para enfrentarem, sozinhos, os desafios e as exigências do ambiente (COSTA; BIGRAS, 2007).

Na década de 80, a pobreza urbana estava cada vez mais intensa e, acrescido a isso, à violação dos direitos da criança, somava-se a grande incapacidade do Poder Público para defender essas crianças e adolescentes oriundos de camadas mais populares. Começam a surgir, então, movimentos sociais que se dispõem à defesa dos direitos dessas pessoas. Esses movimentos eram contrários aos processos de internação e repressão aos quais as crianças e adolescentes eram submetidos e, assim, passaram a criar projetos alternativos, direcionados para ações comunitárias que atendessem às suas necessidades. (GRACIANE, 1999).

O ECA realiza grande transformação em termos de doutrina, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos e sujeitos de direito, em uma nova tentativa de garantir os direitos dos mesmos.

O Estatuto, em seus artigos, surge com propostas trazidas pela Constituição para oferecer atenção diferenciada e privilegiada à população infanto-juvenil, de forma ampla, permitindo que aspectos do seu atendimento estivessem, a partir daquele momento, garantidos por lei, em particular, os princípios da Convenção de Direitos das Crianças das Organizações das Nações Unidas (American Psychological Association, 1991).

Entre as propostas do ECA, está a criação dos Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis por amparar, cuidar dos direitos da infância e juventude e defender seus interesses, sempre visando o bem-estar dessa clientela, além de terem papel fiscalizador (MARCÍLIO, 1998).

O ECA traz à tona a questão da infância em nosso país, abrindo novas perspectivas na elaboração, encaminhamento e estabelecimento de políticas sociais destinadas à infância e

juventude. Em seus artigos 3º, e 5º, das Disposições Preliminares, como obrigações gerais assumidas pelo país.

**Artigo 3º** - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata essa Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

**Artigo 5º** - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Com elas, passa a garantir, legalmente, o atendimento a todas as necessidades, facilidades, liberdade e dignidade às crianças e aos adolescentes para desenvolverem, plenamente, a personalidade, considerando seu estado de formação psicossocial, afetivo e intelectual. Com o propósito de consolidar essa Proteção, o legislador estatutário assim estabeleceu no artigo 4º, do ECA

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Está, pois, evidente a preocupação com a infância e a adolescência no Brasil, pelo menos no que diz respeito à existência de Lei que regulamenta a matéria, a qual, de acordo com Costa (1993), concretiza e expressa os novos direitos da população infanto-juvenil, sempre pensando no seu bem-estar, tendo caráter inovador, dinâmico e apresentando-se como uma ruptura com a tradição nacional e latino-americana.

A partir do ECA, portanto, as garantias básicas para a infância são reconhecidas e oficializadas. Porém, permanece o desafio para implantá-las.

Costa (1993) afirma que o Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que concretiza e expressa, de forma clara e objetiva, os direitos da população de crianças e adolescentes brasileiros.

Basílio (2000) refere que, na redação do texto da nova lei, a criança é entendida como sendo um ser em condições especiais de desenvolvimento, com direitos fundamentais e individuais, garantidos por lei e prioridade absoluta. A criança e o adolescente, finalmente, passam a ter direitos que os enfoquem enquanto seres em desenvolvimento e que necessitam de atenção e de cuidado.

O ECA surge com muitas inovações e, dentre elas, a garantia de responsabilizar todos que violarem ou ameçarem os direitos da criança e do adolescente, além de aplicar medidas de proteção, quando ocorrer a violação dos direitos que são garantidos em seu artigo 98 - Ação ou omissão da sociedade ou do Estado; - Falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável. Existem ainda várias outras medidas que podem ser tomadas para a garantia do resgate da cidadania (artigo 101).

Sempre que ocorrer qualquer descumprimento dessa ou de qualquer outra norma, a família, comunidade, a sociedade e o poder público devem agir, pois, legalmente, estão encarregados de cuidar, zelar e proteger os direitos da criança e do adolescente.

O Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Conselhos de Direitos da mulher e da criança e os Conselhos Tutelares são os órgãos que asseguram o cumprimento desses direitos.

Costa (1990) lembra que a modernidade política e social que o Estatuto da Criança e do Adolescente traz para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente leva a mudanças de conteúdo, método e gestão. É, nos dias atuais, uma das legislações mais avançadas do mundo, no sentido de oferecer proteção integral à criança e ao adolescente.

Todas as iniciativas e fóruns de debates não conseguem alterar a questão do abismo social e o panorama das desigualdades sociais brasileiras em geral, muito menos no que se refere às crianças e adolescentes; eles são punidos pela pobreza, pela exclusão em vários

níveis, e, muitas vezes, pela negligência e maus-tratos e violência, vivenciados na própria família.

O Brasil é um país de contradições. Estamos diante de uma das mais modernas legislações e, no cotidiano, a prática repressiva ainda persiste (BAZÍLIO, 2000).

Volpi (2001) analisa a situação propiciada à criança e ao adolescente em nosso país, dizendo que ainda não é a ideal, mas que apresentou grande evolução. Não se pode ter dúvida que o Estatuto, nesses últimos anos, desde sua promulgação, obteve muitos progressos nas práticas institucionais. Entretanto, tem-se um longo caminho a ser percorrido no sentido de que a lei seja concretizada nas práticas cotidianas.

No Brasil, foram muitos os avanços trazidos pelo ECA. No entanto, o acolhimento de crianças e adolescentes, que estão em situação de risco, ainda necessita de mais atenção, pois a violência cometida contra eles, no ambiente familiar, ainda é muito grande e atinge parcela imensa dessas pessoas.

As pesquisas revelam que a família, esfera cujo dever e função é promover a criança e o adolescente, cuidando para que, no seu cotidiano, tenham as condições necessárias para promoção do seu bem-estar, permite e até propicia que ocorram as maiores violências e maus-tratos. Nesse contexto, o mais contraditório é que a mãe é a maior responsável pelas agressões e violências cometidas contra seus filhos.

No artigo 15, o ECA trata dos direitos de jovens, crianças e adolescentes receberem condições dignas de vida, explicitando, especialmente, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, fundamentais para que sintam-se valorizados e possam desenvolver-se em toda a sua plenitude.

***3 - A VIOLÊNCIA CONTRA A  
CRIANÇA E O ADOLESCENTE***

---

### 3 - A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

#### 3.1 – Considerações históricas

A história tem mostrado um panorama pouco animador sobre a questão da violência contra a criança, identificando-se, ao longo dos séculos, violência e morte como conseqüências de omissões e negligências, praticados pelos pais ou responsáveis. Azevedo e Guerra (1998) lembram que essa prática é tão antiga que se confunde com a própria história da humanidade, embora seja precariamente documentada.

O primeiro trabalho realizado sobre a questão da violência contra a criança foi uma monografia descrevendo a Síndrome da Criança Espancada, *Étude Médico-Légale sur Les Sevices et Mauvais Traitements Exercés sur des Enfants*, escrita por Ambroise Tardieu, médico-legista francês, em 1860 (ROCHE et al., 2005).

O mesmo autor, já em 1857, em *Étude Médico-Légale sur Les Attentats aux Moeurs*, analisou 632 casos de abuso sexual de mulheres, em que a maioria se referia a meninas, e 302 casos de meninos e jovens do sexo masculino, descrevendo os sinais do abuso e a gravidade da agressão.

No *Dictionnaire Hygiène et de Salubrité*, de 1862, o médico francês, Tardieu descreveu quase todas as formas de violência e maus-tratos, tais como são conhecidos hoje. Infelizmente não conseguiu convencer seus colegas de que o abuso, violência e os maus-tratos contra crianças e adolescentes ocorriam não apenas no ambiente de fábricas, minas e estabelecimentos escolares, mas também no seio das famílias, por meio de atos praticados por seus pais (LABBÉ, 2005).

O trabalho realizado por Tardieu influenciou muito Sigmund Freud, levando-o a publicar um texto, em 1896, no qual afirmava que a etiologia da histeria estava nos abusos sexuais da infância. No ano seguinte, 1897, Freud abandonou essa teoria, explicando as

memórias de abuso sexual como fantasias, conforme sua teoria do complexo de Édipo (LABBÉ, 2005; MASSON, 1984; ROCHA, 2003).

Após mais de cem anos, o trabalho de Tardieu foi confirmado por um grupo de radiologistas americanos, os doutores Kempe, Silverman, Steele, Droegemueller e Silver, os quais, em 1962, publicaram o artigo *The Battered-Child Syndrome* (KRUGMAN; LEVENTHAL, 2005), tendo esse trabalho transformado a maneira como a questão da violência contra a criança e o adolescente era vista nos Estados Unidos e em outros países do mesmo hemisfério, além de incentivar a alteração de leis e a criação de políticas públicas com a finalidade de atender, proteger e prevenir o abuso e a violência contra a criança.

Até a década de 60, essa questão era pouco considerada, quando Kempe et al. (1962), nos EUA, apresentam estudo envolvendo 749 casos, com 78 mortes de crianças, no qual descrevem e caracterizam o que vem a ser chamado de Síndrome da Criança Espancada, que passou, desde então, a ser definida como categoria médica.

Conforme relatam os autores, a partir desse artigo, os pediatras passam a olhar para essa questão de outra maneira e, nesse momento, começam a ter visibilidade as seqüelas da violência contra a criança e também as discrepâncias entre os fatos médicos e as explicações dadas por seus agressores.

A influência desse artigo foi muito grande e, com isso, começam a surgir trabalhos sob essa perspectiva, tanto na produção teórica, como no desenvolvimento de pesquisas e nos movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente (MINAYO, 2001).

Kempe et al. (1962) demonstraram, para a sociedade, uma forma de violência até então oculta no interior dos lares - a violência contra a criança.

A visibilidade da violência contra as crianças e adolescentes, nos Estados Unidos, torna-se pública quando a menina Mary Ellen, de 8 anos, foi severamente maltratada pelos seus pais. A atitude dos mesmos em relação à filha escandalizou a sociedade da época, tendo

surgido, a partir dessa situação tão triste e violenta, a fundação da Sociedade de Prevenção à Crueldade Contra a Criança, em 1874 (BRITO; DIRCE; MENDONÇA, 2005; DAY; TELLES; ZORATTO, 2003).

Os avanços tecnológicos alcançados pela medicina nas últimas décadas, como a descoberta dos raios X, ajudaram a complementar o diagnóstico de fraturas que, até então, eram denominadas traumas desconhecidos e, nesses casos, as explicações dos pais, ou responsáveis, eram confusas e contraditórias. Considerando que a forma relatada sobre o trauma sofrido pela criança não convencia, o surgimento dos raios X contribuiu para que essas situações não se tornassem tão freqüentes e os pais passassem a ser questionados por suas atitudes, face às suas explicações confusas e contraditórias.

O conhecimento acerca das causas e conseqüências da violência e dos maus-tratos, no ambiente familiar é pequeno, se comparado às pesquisas em outras áreas, mesmo estando presente há séculos nas civilizações. Aristóteles, segundo Charlot (1986), dizia que a criança é, por natureza, destinada a obedecer ao adulto.

No Brasil, existem estudos que relatam que os índios não usavam de violência para disciplinar seus filhos. Em 1591, um jesuíta diz

... nenhum gênero de castigo tem para os filhos, nem há pai nem mãe que em toda vida castigue nem toque em filho, tanto trazem nos olhos. Esses pequenos são obedientíssimos a seus pais e mães e todos muito amáveis e aprazíveis, têm muitos jogos a seu modo, que fazem com muito mais festa e alegria que os meninos portugueses, (GUERRA, 1998 p. 76-77).

A questão da aplicação de castigos e violência física em crianças brasileiras foi introduzida, no Brasil, pelos primeiros padres jesuítas da Companhia de Jesus, que aqui chegaram.

Nas décadas de 70 e 80, a violência contra a criança é reconhecida como sendo um problema clínico, psicológico e social e, a partir de então, algumas medidas são tomadas,

tendo início os registros em prontuários de atendimento com relação à Síndrome da Criança Espancada.

Esse fenômeno ocorre desde os primórdios da história da humanidade e, a partir da década de 80, começa a ser pensado e discutido no meio científico (AZEVEDO; GUERRA, 1988, 1989, 1995; MARQUES, 1986; MINAYO; ASSIS, 1993, SANTOS, 1987; SAFFIOTI, 1997).

Na década de 80, o tema violência intensifica-se nos debates nacionais e também no campo da saúde, acumulando 83% de toda produção intelectual, até então disponível (MINAYO et al., 1990).

Pereira (2003) diz que, no Brasil, a questão da violência encontra, como elementos fundamentais para sua discussão e repercussão nacionais, os movimentos sociais pela democratização, instituições de direito, organizações não-governamentais (ONGs) de atenção à violência e aos maus-tratos na infância e as organizações internacionais, com poder de influenciar o governo brasileiro.

No Brasil, as entidades que visam a proteção da criança e do adolescente têm destaque pelo atendimento que se dispõem a fazer. Em São Paulo, há os Centros Regionais de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI); no Rio de Janeiro, Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA); em Minas Gerais, a Associação Brasileira de Prevenção aos Abusos e Negligências na Infância (ABRAMI).

Começam a surgir, então, entidades preocupadas em dar atendimento adequado às crianças e aos adolescentes.

A violência, como fenômeno social e familiar, não é exclusividade da época atual; é o resultado de uma cultura que veio se estabelecendo ao longo da história da humanidade, na qual as relações de poderes têm um papel fundamental e determinante.

A questão da violência doméstica contra a criança e o adolescente apresenta-se de forma complexa e cabe, nesse momento, definir qual será o referencial teórico a ser usado nessa pesquisa.

Tomar-se-á, como definição para a violência doméstica contra a criança e o adolescente, o proposto por Azevedo e Guerra (1995):

(...) todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra criança e/ou adolescente que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Esta pesquisa focalizará a violência física, que ocorre no ambiente doméstico e que é, ou foi, praticada pelos pais, podendo ser cometida pelo pai ou pela mãe, contra o filho ou filha.

Essa forma de violência pode ter duração infinita dado o caráter de sacralidade imposto a essa situação e também ao fato de os pais exercerem autoridade contra seus filhos, impondo-lhes o pacto de silêncio em torno da violência sofrida, gerando, muitas vezes, cumplicidade com a situação vivida.

A criança, mesmo sendo detentora de direitos, ainda é maltratada, como conseqüência da assimetria de poder da submissão do mais fraco pelo mais forte, traduzida em violência doméstica contra a criança e adolescente, em maus-tratos, abuso sexual, negligência e abandono (SILVA, 1998). Muitas vezes, essa violência é camuflada e protegida sob o nome de medidas e práticas educativas e, também, por ameaças que os filhos sofrem para que não revelem o que ocorre em suas casas e na relação entre eles e seus pais.

Essa questão é facilmente comprovada por estudos que evidenciam que a violência ocorre dentro do lar dessas crianças e adolescentes, tendo como agressor os pais e que essa violência acontece de diferentes formas (DESLANDES, 1999; FERREIRA et al. 1999; MINAYO, 2001; MINAYO; SOUZA, 1999; MUZA, 1994; REICHENHEIM, 1999; SAFFIOTI, 1997, 1999;

PASCOLAT et al., 2001; BRILLESLIJPER-KATER; FRIEDRICH; CORWIN, 2004; MOORE; BROWN, 2004). Muitos pesquisadores entendem que a violência contra a criança e adolescente é um grave problema de saúde pública (AZEVEDO; GUERRA, 1998; CAMINHA, 1999).

Família é considerado, local sagrado e de união entre seus membros, que pode esconder situações de violência contra as crianças e adolescentes, prejudicando seu pleno desenvolvimento físico e mental.

A concepção de que o lar é o lugar de maior segurança e que confere proteção, carinho e atenção à criança, nem sempre é verdadeira. A literatura mostra que, a maioria dos casos de violência contra a criança e o adolescente, acontece no ambiente familiar e permanece, em grande parte, silenciosa e camuflada, não sendo, muitas vezes, um problema sequer observado (KRISTEN; OLIVEIRA; FLORES, 2000).

Uma das maiores dificuldades tem sido a negação desse fenômeno, principalmente porque o ambiente em que a violência está presente é a casa da criança e quem deveria protegê-la é, justamente, quem comete a violência ou é com ela conivente. Assim, essa problemática encontra, no ambiente familiar, local privilegiado para que, o que ocorrer dentro da família, nela permaneça, fazendo, assim, com que a lei do silêncio seja preservada e nada seja dito sobre os problemas enfrentados no núcleo familiar (AZEVEDO; GUERRA, 1989; GUERRA, 1985; OLIVEIRA, 1989; SANTOS, 1987; STRAUS; GELLES; STEINMTZ, 1980). Geralmente, os atos violentos são infligidos, quase sempre, pelos próprios pais e exercidos de forma variada, isto é, por meio de violência física, sexual, psicológica, além do abandono intencional e negligência.

Lentamente essa atitude vem sendo explicitada, em razão de que algumas formas de violência deixam marcas, como é o caso da violência física. As denúncias de violência cometida na família têm-se tornando visíveis nos últimos anos, devido às novas ações e direitos que a criança e o adolescente alcançaram, mas, ainda assim, essa quebra de silêncio tem sido embrionária.

Esses fatos reafirmam a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos sobre a violência doméstica contra a criança e o adolescente, no sentido de trabalhar para que, cada vez mais, a lei do silêncio seja rompida, assegurando às crianças e aos adolescentes o respeito aos seus direitos e à vida com qualidade.

Este tipo de violência decorre daquela inerente às relações interpessoais, possuindo caráter abusivo e sendo perpetrada pelo adulto (OLIVEIRA, 1989; DESLANDES, 1994; SCHERER; SCHERER, 2000). Pode ocorrer sob forma pura, quando se trata de uma única modalidade de violência, ou associada, quando, em um mesmo caso, são identificadas duas ou mais modalidades (BRITO; DIRCE; MENDONÇA, 2005).

Estudo recente, realizado em Porto Alegre, RS, demonstra que 80% dos casos de violência denunciados ocorreram na casa da vítima, sendo que os perpetradores da agressão eram, principalmente, os pais biológicos ou adotivos (AMENCAR, 1999).

Conforme o Ministério da Saúde (2001), 80% dos casos de violência contra a população infantil e jovem ocorrem no espaço familiar.

Os fatores e aspectos relacionados a essa prática de violência de adultos contra crianças e adolescentes, em especial, na família, são muitos. Segundo Monteiro (2001), alguns elementos estão sempre presentes e poderiam ser observados nos diversos casos de vitimização da criança.

- marginalidade social e econômica na qual se encontram as famílias;
- a cultura da violência existente no Brasil, que deixa muitos casos favoráveis à exploração e opressão de um contra o outro, independentemente de classe social;
- existe tendência para a coisificação dos filhos pelos pais, que entendem e pensam que as crianças e adolescentes são sua propriedade, da qual podem dispor como bem o quiserem;
- a sensação que a criança e o adolescente têm de que são inferiores frente ao adulto.

Nos últimos 150 anos, essa questão tem sido vista como um problema social (SIBILA, 2001), tendo passado por inúmeras transformações e adquirido maior importância nos aspectos sociais, jurídicos e familiares, mas, mesmo com os avanços conquistados, as crianças e adolescentes ainda se vêem frente ao problema da violência doméstica. A punição física é usada como prática educativa e aceitável por parte da sociedade em geral.

Se, até pouco tempo atrás, a família ainda era instituição imune a qualquer crítica externa, graças à sua lendária função de proteção e cuidado, ainda se cometem humilhações e desrespeito aos direitos da criança e do adolescente, e a questão da violência doméstica ainda é evidente (GUERRA, 1998; VERONESE, 1998).

A proteção e a promoção da qualidade de vida de crianças e adolescentes representam desafios a serem vencidos para que, realmente, o regido pelos artigos do ECA, seja amplamente conquistado e restabelecido.

Assim como os adultos, crianças e adolescentes têm necessidades de saúde variáveis, dependentemente da qualidade da articulação entre as esferas biológica, psicológica e social, de acordo com a etapa do desenvolvimento (BIGRAS; COSTA 2007).

Para entender e poder enfrentar, com determinação, o conjunto dos problemas que estão ligados à violência doméstica contra essa clientela, é preciso conhecer as causas que geram e favorecem o seu surgimento, como também as conseqüências provocadas pelos problemas nas crianças e adolescentes.

Pode-se afirmar que essa temática se encontra entre os mais sérios problemas da sociedade contemporânea, com conseqüências graves e sérias, acarretando problemas e dificuldades ao longo do tempo para aqueles que vivenciam essa situação.

A seguir, é importante abordar, de forma sintética, as conseqüências acerca da violência contra a criança e o adolescente.

### **3.2 – Violência doméstica contra a criança e o adolescente – suas conseqüências**

É importante, nesse momento, mencionar as conseqüências e as possíveis causas de ocorrência dessa forma de violência doméstica. Não se pode deixar de lembrar que tal violência acontece nas casas dessas crianças e adolescentes, que sofrem atos de violência praticados por seus pais.

Considera-se que as crianças e adolescentes sempre sofreram privações, abandonos, punições físicas e sofreram violência por parte de seus pais, os quais deveriam protegê-los.

De acordo com a literatura, são inúmeras as conseqüências negativas que este tipo de violência desencadeia. Sidebotham e Heron (2006) mencionam que o reconhecimento da violência que a criança e o adolescente sofrem é um problema social e requer pesquisas e intervenções para que seja possível conhecer as razões e as causas dessa problemática. Tal violência pode causar grande comprometimento no que se refere ao futuro dessas pessoas, bem como de seus vínculos (OSOFSKY, 2003).

Para Gelles (1997), as conseqüências da violência doméstica contra a criança e o adolescente podem ser devastadoras. Muitos pesquisadores já constataram as conseqüências físicas desse ato, que vão desde pequenas cicatrizes, hematomas, fraturas, até danos cerebrais permanentes e morte. A questão destas conseqüências é problema muito grave que se apresenta, sendo muitos os autores que procuram evidenciar essas conseqüências (BRITO; DIRCE; MENDONÇA, 2005; MINAYO, 2001; MUZA, 1994; PASCOLAT et al., 2001).

Com relação às implicações negativas da vivência de abusos e violência para as crianças e adolescentes, elas são inúmeras e inquestionáveis, desde físicas até emocionais e psicossociais, conforme apontam alguns estudos (BRITO; DIRCE; MENDONÇA, 2005; MINAYO, 2001; MUZA, 1994; PASCOLAT et al., 2001).

É importante dizer que, dentre as conseqüências da vivência de abusos e violência, pode-se destacar, de modo geral, os danos relativos ao sistema neurológico, emocional,

intelectual, auto-estima baixa, comportamento agressivo, isolamento, dificuldade de convivência com seus pares, depressão, pensamentos de suicídio, de homicídios, sentimento de culpa, prostituição, rejeição (DAY; TELLES; ZORATTO, 2003; FERREIRA, 2000; GOMES et al., 2002).

Reforçando as considerações acima expostas, independentemente da forma sob a qual a violência ocorra - física, psicológica, sexual ou negligência, para Brasil (1997), as principais conseqüências ocorrem no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes nas esferas física, social, comportamental, emocional e cognitiva (KASHANI; DANIEL; DANDOY, 1992; STRAUS; GELLES, 1995; GERSHOFF, 2002).

Como mencionado acima, ficam claros os danos aos quais eles estão sujeitos, todos muito sérios, podendo comprometer o desenvolvimento, levando-os a viverem em situação de desamparo aprendido, pela ausência dos pais e por viverem em famílias, onde a violência se faz presente. Provavelmente, serão crianças ansiosas e desenvolverão alguns tipos de problemas como depressão, sentimentos de menos-valia e apresentarão auto-estima baixa. Esses problemas emocionais trarão sérias conseqüências quando crescerem.

Uma pessoa, com auto-estima baixa, não foi ensinada e, portanto, não aprendeu que precisa valorizar-se (JONZON; LINDBLAND). Nessa situação, permite que façam, com sua vida, inúmeras coisas, ficando vulnerável por não ter desenvolvido a capacidade de se defender e se valorizar e, com isso, perceber que é detentora de boas qualidades e merecedora de coisas positivas e, também, capaz de construir vínculos positivos.

As conseqüências que a violência doméstica contra a criança e o adolescente apresentam podem trazer sérios danos em dois sentidos, atingindo a criança atual e o adulto no qual ela irá se transformar (BIASOLI- ALVES, 1999).

É nesse sentido que Saffioti (1997, p. 51) diz “... a violência é um comportamento aprendido, crianças vítimas de violência apresentam maior probabilidade de se tornarem adultos violentos do que as não-vítimas”.

As manifestações referentes às conseqüências da violência podem ser tardias na vida de quem a sofreu. Há forte correlação entre a violência física e violências familiares e não familiares no futuro da pessoa, como maior propensão à vida criminosa, maior envolvimento com abuso de substâncias nocivas, associação com automutilação e comportamento suicida, somatização (cefaléia e dor pélvica crônicas), ansiedade, depressão, distúrbios de personalidade (como *borderline*), dissociação e psicose, problemas nos relacionamentos interpessoais e vocacionais.

No entanto, há ausência de resultados mais precisos, pois há diferenças de métodos nos estudos realizados. Apesar disso, é consensual que, quanto mais prontamente se interrompa a violência contra a criança ou adolescente, melhor será o prognóstico para os mesmos, se ainda não tiver ocorrido dano irreversível (HALL et al., 1993; WATKINS; BENTOVIN, 1992).

Em função da violência que sofreram na infância, ficam sujeitos a desenvolverem, além de sintomas psiquiátricos, retardo no desenvolvimento cognitivo, motor e de linguagem (GABEL, 1997; GOLD, 1993; MIRABAL, 1988).

Não são apenas sintomas emocionais que podem ser observados em uma criança ou adolescente que sofre violência doméstica. A literatura descreve distúrbios psicossomáticos e gastrintestinais crônicos, dores abdominais inespecíficas e asma (BOGAT et al., 2006; REICHENHEIM et al., 1999).

As conseqüências da violência são tão sérias que autores têm considerado fundamental a influência da família e sua desestruturação como preditores para a criminalidade, o abuso de substâncias e as perturbações da saúde mental (CRAISSATI; MCCLURG, 2002; GOVER;

MACKENZIE., 2003). Afirmam também que crianças expostas ao acúmulo de riscos estruturais e sociais têm maior probabilidade de manifestarem problemas mentais (ARBOLEDA-FLÓREZ; WADE, 2001) tais como depressão na adolescência (MEYERSON et al., 2002; YSTGAARD et al., 2004), tentativas repetidas de suicídio, automutilação (YSTGAARD et al., 2004), agressividade e suicídio (OATES, 2004).

Abusos contra crianças e adolescentes somente passaram a ser tema de estudo e de investigação há muito pouco tempo, cerca de 45 anos, apesar de a violência contra a criança ser algo perpetrado desde a Antigüidade, atingindo todas as classes sociais e econômicas (KRUGMAN; LEVENTHAL, 2005; LABBÉ, 2005; ROCHE et al., 2005).

Os abusos físicos e sexuais têm sido relacionados à prática de delitos. O segundo, aos crimes da esfera sexual, enquanto o abuso físico vem sendo ligado a outros tipos de violência (LINDSAY; LAW; QUINN, 2001; RADOSH, 2002).

Vários transtornos psiquiátricos têm sido relacionados a eventos traumáticos sofridos na infância, com níveis de gravidade que variam com o tipo de abuso, sua duração e o grau de relacionamento da vítima com o agressor. Alguns estudos apontam os traumas de infância como responsáveis por cerca de 50% das psicopatologias encontradas nos adultos (ZAVASCHI et al., 2002). O comprometimento da saúde mental e a futura adaptação social das vítimas variarão de pessoa para pessoa, conforme o tipo de violência sofrida e a capacidade de reação diante de fatos geradores de estresse.

Focalizando apenas aspectos psicossociais, Bringiotti (1999) afirma que uma relação de violência na infância gera problemas que se manifestarão com outras pessoas; serão jovens que apresentarão alto número de vínculos inseguros e, com adultos que não são da sua família, irão esquivar-se.

Como foi exposto, percebe-se que as conseqüências relativas à violência contra a criança e o adolescente são inúmeras e atingem cada um de forma distinta; deve ser

considerada a idade em que a violência teve início, mas, em todos os casos, é indiscutível o quanto é devastadora na vida de quem a sofre e a vivencia.

Furniss (1993) relata que o dano psicológico pode estar associado à idade de início da violência, à sua duração, ao seu grau ou ameaça, à diferença de idade do perpetrador em relação à criança, o quanto era estreito o relacionamento entre os mesmos, a ausência de figuras parentais protetoras e ao grau de segredo. Por outro lado, um enfoque importante e novo surgiu nas últimas duas décadas e diz respeito às possíveis conseqüências para a saúde da criança e do adolescente ao testemunhar a violência entre os pais Freidrick e Einbebder (1983). Alguns autores afirmam que, diferentemente do que se supunha, as conseqüências emocionais da convivência das crianças em situação de grande conflito podem ser ainda piores do que quando elas mesmas são alvo de violência.

Sob essa perspectiva, Reichenheim (1999) comenta que há estudos sugerindo a ocorrência de distúrbios ulteriores, tanto no nível emocional quanto cognitivo, como decorrência da criança ter sido exposta à violência entre os pais.

A percepção de que vivem em famílias conflituosas, sem limites e perigosas, misturando-se à freqüente culpabilidade que carregam violência entre os pais, é parte do cenário de desencadeamento de agravos psicoemocionais, quer de curto, médio e longo prazos, (HUGHES, 1988; JAFFE; HURLEY, 1990; LAYZER; GOODSON; DE LANGE, 1985; REICHENHEIM, 1999).

Ainda é importante considerar a possibilidade de que, muitas vezes, a violência entre os membros do casal vem acompanhada daquela que se dirige à criança e ao adolescente e, nestes casos, esses, de alguma maneira, interagem com a situação.

São muitas as conseqüências para a criança e o adolescente que sofrem violência e para aqueles que a testemunham entre seus pais. Eles experimentam uma série de sentimentos negativos que podem levá-los a terem baixo rendimento escolar, distúrbios de conduta, agressividade, auto-estima baixa, transtornos no sono e doenças somáticas crônicas entre

outros (EISENSTAT; BANCROFT, 1999; GERKO et al., 2005 KERKER et al., 2000; MACE et al., 2001; MEYERSON et al., 2002).

A violência contra a mulher já acarreta para ela mesma uma situação devastadora, implicando efeitos nocivos à sua vida e, como consequência, também ao bem-estar de seus filhos. A descoberta da violência doméstica contra a mulher pode, efetivamente, ajudar, proteger e, de certa maneira, prevenir danos ao seu filho, criança ou adolescente, que presenciaram a violência (BOROWSKY; IRELAND, 2002; DOWD et al., 2002).

Pesquisas têm demonstrado a existência da co-ocorrência da violência doméstica contra a criança e o adolescente e contra a mulher e, com isso, justifica-se a incorporação do questionamento dessa forma de violência em serviços de assistência à criança e ao adolescente, pois, a sua descoberta será importante para ajudar e cuidar da criança e do adolescente, no caso, filhos da mulher que sofre a violência (KERKER et al., 2000; HEYMAM; SLEP, 2001; SLEP; HEYMAN, 2001).

É difícil compreender qual o efeito isolado de cada fator que estaria contribuindo para a existência dos problemas acima referidos (HILBERMAM, 1980; REICHENHEIM, 1999). Algumas pesquisas “... têm mostrado que essa concomitância tem efeito sinérgico sobre a saúde da criança e que a gravidade da situação conjunta é maior que a soma dos dois abusos em separado” (HASHANI; DANIEL; DANDOY, 1992; BRANCALHONE; FOGO; WILLIAN; 2004).

Segundo Jouriles et al. (2001), a criança não precisa observar a agressão para ser por ela afetada. Assim sendo, se a criança viu, ouviu um incidente com a mãe, viu o resultado, as marcas, ou vivenciou seu efeito quando interage com seus pais, será também afetada por ela (HOLDEN, 1998).

A criança não necessariamente precisa estar, de fato, presenciando cenas de agressão entre seus pais para sentir-se exposta à violência; ela é afetada de todas as formas.

Independentemente de presenciar o que ocorre, ela é afetada e sofre da mesma maneira como se fosse a pessoa maltratada.

Os estudos sobre os efeitos da exposição da criança à violência conjugal tiveram início na década de 70 (FANTUZZO; LINDQUIST, 1989; KITZMANN et al., 2003). Os problemas que as crianças expostas à violência conjugal podem apresentar requerem que seja avaliado como o desenvolvimento infantil pode ser comprometido por estarem em famílias que lhes causam experiências negativas.

De acordo com Holden (1998), a presença da violência conjugal coloca essas crianças e adolescentes em risco de desenvolverem problemas de interação social, de saúde e comportamentais.

A literatura relata ainda que esses prejuízos podem ser minimizados por meio de intervenções (BRANCALHONE; WILLIAMS, 2003; HILTON, 1992; KITZMANN et al., 2003; ROSSMAN; BINGHAM; EMDE, 1997; WOLACH; FINKELHOR, 1998; WOLFE et al., 2003).

Essa questão é muito grave, pois são muitas as conseqüências associadas ao sofrimento de violência ou ao testemunho de atos violentos no ambiente familiar, durante a infância. Essas conseqüências têm sido associadas à delinqüência e à violência juvenis, tanto quanto às várias formas de agressões contra a mulher. Muitas dessas crianças sentem-se ansiosas, com medo, inseguras, à espera de quando a agressão voltará a ocorrer. Só essas sensações já causam maus-tratos emocionais; além disso, elas podem também ser vítimas de maus-tratos físicos ou outras formas de agressão.

Na literatura nacional, foi encontrado estudo que aborda a questão de crianças expostas à violência doméstica (BRANCALHONE; FOGO; WILLIAN, 2004), investigando o impacto da violência conjugal para as crianças que presenciam ou observam cenas de agressões (CORREA; WILLIAMS, 2000).

O desenvolvimento de relações de amizades, habilidades que se desenvolvem com o passar do tempo, ir para a escola, auto-estima positiva, bem-estar, segurança são alguns dos aspectos que as crianças e os adolescentes merecem ter, de forma segura e tranqüila, para crescerem de maneira ajustada na sociedade.

Os que se desenvolvem em meio à violência doméstica contra a mulher terão seu desenvolvimento afetado e poderão aprender que a violência é a forma de resolver os conflitos inerentes aos relacionamentos humanos.

Outro fator importante, com relação à violência doméstica contra a criança e o adolescente, são as possíveis explicações para a ocorrência dessa violência. Uma das mais mencionadas, quando a questão é este tipo de violência, é que existe a reprodução das experiências vividas durante a infância, contribuindo, assim, para que a violência perdure.

Alguns pesquisadores afirmam que muitas crianças, vítimas de violência, se tornam adultos agressores (JUNQUEIRA, 1998). Os pais reproduzem os modelos de educação na infância (CARRIOLA, 1995) por terem sofrido os mesmos tipos de violência (DAVIOLI; OGIDO, 1992). Sendo assim, o que se apresenta no cotidiano é o resultado de infâncias difíceis, (CASTRO NETO, 1994).

Nesse sentido, em uma família na qual toda a estrutura é perturbada e permeada por conflitos, a criança vai herdar esse comportamento dos pais Centeville, Cabral e Atadia (1997), podendo ser um futuro autor de violência contra crianças e adolescentes, ao tornar-se adulto e pai ou mãe. Assim, segundo essa ótica, ocorre um círculo vicioso. As crianças recebem todos os impactos de situações de desajustes, perdendo seus vínculos afetivos e tornando-se adultos agressivos, potencializando, cada vez mais, situações agressivas (KORN et al., 1998).

Como pode ser observado, as explicações para a violência doméstica contra as crianças e os adolescentes têm-se apresentado de muitas maneiras. Em pesquisa realizada com

pais, em relação à violência contra a criança, abordando 8145 famílias, foi encontrado que os pais que sofreram violência quando crianças apresentavam um índice de violência contra os seus filhos duas vezes maior que aqueles que não a sofreram (STRAUS et al.; 1995).

Face a essas observações, pode-se pensar que a violência doméstica contra a criança e o adolescente seria um comportamento aprendido, no qual as crianças reproduzem aquilo que vivenciam. Essas questões procedem, considerando que se admite que, tanto a criança como o adolescente, têm toda a condição de aprendizagem por imitação (BIASOLI-ALVES; CALDANA; DIAS SILVA, 1997).

Retomando Belsky (1993), a questão da violência resulta de vários fatores vinculados ao agressor e à criança individualmente, à família, à comunidade e à sociedade.

Nos últimos anos, o alcoolismo tem sido apontado também como fator explicativo para a ocorrência de maus-tratos cometidos contra a criança (BITTENCOURT, 1995; CARIOLA, 1995; DELGADO; FISBERG, 1990; FAGAN, 1990; HOGAN et al., 2006). No caso específico do álcool, apesar das pesquisas, ainda não é possível inferir se o seu uso afeta o comportamento das pessoas envolvidas, ou seja, não é possível saber se essas pessoas, em estado de abstinência, também teriam cometido os mesmos maus-tratos (GOMES et al., 2002). Para outros autores, ele é apontado como sendo uma das explicações para os episódios de violência doméstica contra a criança e o adolescente (BITTENCOURT, 1995; DELGADO; FISBERG, 1990; SEABRA; NASCIMENTO, 1998; ZAVASCHI et al., 1991).

O uso do álcool e de outras drogas pode aparecer também associado ao fato de os pais terem sido submetidos à violência doméstica em sua infância. Esses são traços encontrados, com certa frequência, nas famílias de crianças e adolescentes que sofreram atos de violência (FARINATTI, 1992; CAMINHA, 1999; ALGÈRI, 2001).

### **3.3 – Violência doméstica contra a criança e o adolescente – sua visibilidade**

#### **3.3.1 - Estados Unidos e outros países**

A seguir, serão apresentados alguns dados estatísticos referentes às pesquisas, realizadas nos Estados Unidos e em alguns outros países, acerca da violência doméstica contra a criança e o adolescente. Não há a pretensão de fazer uma ampla revisão da literatura internacional nesse aspecto.

Em inquérito realizado nos Estados Unidos, em 1985, apontou-se que 62% dos pais utilizavam a agressão, materializada em empurrões, tapas e até uso de armas, no trato com os filhos segundo a National Centre on Child Abuse Prevention Research (NCCAPR), 1992. Segundo o National Incidence Study, ao longo do ano 1986, nos Estados Unidos, 311500 crianças, ou 4,9 em cada 1000, foram abusadas fisicamente; 188100, ou 3 em 1.000, foram abusadas emocionalmente; 133600 crianças, ou 2,1 em 1000, foram abusadas sexualmente e 507700, ou 8,1 em 1000, foram vítimas de negligência física (U.S. Department of Health And Human Services, 1991).

Nos Estados Unidos, em 1991 e a cada ano, 10 milhões de crianças e adolescentes estão expostos à violência doméstica (STRAUS, 1991). Nesse mesmo país, em 1994, quase 3 milhões de crianças foram notificadas às agências dos serviços de proteção à infância como possíveis vítimas de abuso e negligência, sendo que o abuso físico e sexual representou 40% de todos os relatos.

Por mais que esses dados possam ser alarmantes, há sérios motivos para acreditar que ainda esteja subestimada a verdadeira população de crianças e adolescentes que sofrem violência no próprio lar, tendo como agressor os pais.

Ainda nos Estados Unidos, as denúncias junto às autoridades legais apresentam taxas variáveis de 16 a 32%, com cerca de 300 a 350 mil pessoas, com idade de 12 anos ou mais,

que sofrem violência doméstica contra a criança, anualmente, e igual número de vítimas com idade abaixo de 12 anos (RENNISSON, 1999). Segundo Lavergne e Touringny (2000), o desenvolvimento das pesquisas na área de violência doméstica faz-se necessário para que tenhamos a real situação do problema. A maioria dos levantamentos é realizada em instituições oficiais, ou seja, as informações são fornecidas pelos responsáveis pela recepção e seguimento das denúncias. Estima-se que o número de casos de maus-tratos divulgados e conhecidos oficialmente seja muito menor que o seu número real, não podendo, portanto, levar em consideração os números oficiais apresentados (BRINGIOTTI, 2000).

Somente no ano de 2002, 896 mil crianças foram consideradas vítimas de maus-tratos ou negligenciadas, conforme os dados do National Child Abuse and Neglect Information (2004).

Na Inglaterra, de amostra aleatória com 2869 participantes, constatou-se que a ocorrência de maus-tratos na infância foi de 16%, que sofreram maus tratos físicos e 7% de abusos físicos graves; 6% de maus-tratos emocionais às crianças, 6% de falta de cuidado e 5% por falta de supervisão (negligência) e 11% de abuso sexual, totalizando 51% de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos em suas casas (HOBBS, 2005).

No Canadá, estudo realizado em 1998, sobre a incidência de violência, mostra que 7672 crianças e adolescentes, menores de 16 anos, a sofreram (TROCMÉ et al., 2003).

Na Austrália, pesquisa realizada entre os anos de 1997 e 1998, pelo Australian Institute of Health and Welfare, divulga taxas de incidência que variam de 5,1 a 5,9 por 1000 crianças. Esses dados referem-se apenas aos confirmados e foram coletados nos três maiores Estados australianos, ficando o total da amostra da seguinte maneira: abuso físico de 27 a 35%, abuso sexual de 2 a 8% e negligência, 18 a 42% (AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE, 1999).

Em Portugal, foi realizado um estudo retrospectivo com pais de crianças que freqüentam escolas públicas, envolvendo 1000 adultos, os quais foram convidados a responderem a uma versão portuguesa do *Childhood History Questionnaire*. Foram encontrados 73% de casos de violência contra as crianças, mas o abuso físico severo com seqüelas e lesões foi de 9,5%. A maioria deles ocorreu antes dos 13 anos (FIGUEIREDO et al., 2004).

No Chile, estudo realizado na cidade de Temuco, com 422 famílias, segundo a *Conflict Tactic Scale*, constatou que 45% das famílias empregavam violência física e, 17%, violência psicológica, na resolução de conflitos com seus filhos (VIZCARRA et al., 2001).

### **3.3.2 - No Brasil**

A partir de agora apresentaremos alguns dados estatísticos que mostram o alcance da violência doméstica contra a criança e adolescente que foram notificadas no Brasil. Não há a pretensão de fazer uma revisão da literatura nacional sobre essa questão, mas apenas relatar, sinteticamente, como se encontra a posição dos dados sobre este fenômeno.

A Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas estima a ocorrência de 4,5 milhões de crianças vítimas de abuso e negligência, por ano, no país. Estatísticas do Serviço de Advocacia da Criança (SAC) da Secretaria do Menor de São Paulo registraram o atendimento de 6056 casos de crianças vítimas de violência na Capital, no período de 1988 a 1990. Destes, 64% eram casos de violência doméstica. A Associação Brasileira de Proteção à Infância (ABRAPIA), no período de 1991 a março de 93, realizou 3981 atendimentos de crianças que sofreram violência doméstica, em suas casas, no Rio de Janeiro.

Dados estatísticos notificados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, no ano de 1991, indicam que cerca de 70% dos homicídios, de crianças de zero a onze anos, foram perpetrados pela própria família (SOARES, 1997).

Minayo (2001) diz que o Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente de Recife, (CBCA), analisando os crimes no período de 1987 a 1989, verificou que 37% estavam relacionados à posse sexual, mediante fraude e sedução, e 13% eram casos de estupro.

Em São Paulo, Saffioti (1993) estudou 346 crimes contra crianças e adolescentes, em 1991, encontrando 19,9% de estupros e, 17,5%, de atentado violento ao pudor.

A Associação Brasileira de Proteção à Infância (ABRAPIA), entre os anos de 1991 e 1993, realizou 3.981 atendimentos às crianças maltratadas nos lares na cidade do Rio de Janeiro.

Hilton (1992) refere que, em um estudo realizado com mulheres que sofreram violência doméstica por parte de seus maridos, 55% delas dizem que seus filhos testemunharam a violência física sofrida. Em 1994, quase três milhões de crianças foram notificadas às agências de proteção à infância como vítimas de abuso ou negligência; os abusos físicos e sexuais representavam 40% de todos os relatos (PASCOLAT, 2001).

No Rio de Janeiro, nos anos de 1999 a 2002, foram realizadas 3628 notificações referentes à violência doméstica contra a criança e o adolescente, segundo dados da Assessoria de Prevenção de Acidentes e Violência (APAV) - (SES-RJ, 2004).

Entre os anos de julho de 1999 a agosto de 2000, foram notificados, no Rio de Janeiro, pelas redes de saúde das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde, 1061 casos de violência doméstica contra a criança e adolescente, em todo o Estado (SES-RJ, 2001).

Estudo recente, realizado em Porto Alegre, demonstra que 85% dos casos de violência denunciados ocorreram na casa da vítima, sendo que os perpetradores da agressão eram, principalmente, pais biológicos ou adotivos (AMENCAR, 1999).

De acordo com alguns relatórios de atividades do CRAMI, essa modalidade de violência doméstica física é a mais notificada, sendo que, de 1988 a 2000, representou 51% do total de notificações (RELATÓRIO DE ATIVIDADES, 2000).

Conforme o Ministério da Saúde (2001), 80% dos casos de violência contra a população infantil e jovem ocorrem no espaço domiciliar e são praticados por seus pais.

Segundo dados analisados por Carvalho (2000), no Brasil, em 1994, 12% das 55,6 milhões de crianças, com menos de 14 anos, sofreram algum tipo de violência em casa.

A forma de violência doméstica contra a criança e a adolescente mais notificada e denunciada é a física, sendo que um aspecto que pode justificar essa notificação é o fato de que ela pode deixar marcas visíveis no corpo da criança, facilitando sua identificação.

No Rio de Janeiro, em um ambulatório de pediatria, aplicou-se um instrumento específico junto aos pais, o *Conflict Tactic Scale*, que avalia as práticas educativas, tendo-se concluído que 46% das famílias cometiam algum tipo de violência física, como forma de punição física e 9,9% exerciam abusos graves (SOARES MOURA; REICHEENHEIM, 2005).

Especificamente na cidade de Ribeirão Preto, um levantamento realizado junto aos Conselhos Tutelares, no ano de 2003, para a faixa de 0 a 18 anos, revelou que eram 398 casos, sendo que 55% dos pais eram negligentes, 17% cometiam maus-tratos físicos, 18% abuso sexual, e 4% psicológico (MATIAS, 2004).

Todos esses resultados são de violências cometidas contra a criança e o adolescente, no ambiente familiar, perpetrados por seus pais. Também ocorre, nessas famílias, a presença da violência contra a mulher por parte de seu marido ou companheiro (BORDAO ALVES, 2005).

Mas, na realidade, o que essas pesquisas realmente evidenciam é a necessidade de maiores estudos para que compreender o porquê da violência doméstica, seus efeitos, bem como para que se comece a delinear ações que possam ser desenvolvidas no sentido tanto de estancá-la, quanto de preveni-la.

Para que se tenha um entendimento acerca dos maus-tratos cometidos contra a criança e o adolescente é preciso ter políticas de prevenção e intervenção e essas só terão êxito se conseguirem articular uma compreensão, teórico-prática do problema.

### **3.4 – Violência – uma relação desigual**

As transformações que vêm ocorrendo na estrutura das relações familiares, referentes aos vínculos conjugais, como também às novas formas e padrões de comportamento e relacionamento existentes entre os sexos, encontram-se ligadas à mudanças no Estado, na sociedade e na comunidade em geral, possibilitando outros encontros e desdobramentos que, ora têm significados avanços, ora assumem a característica de retrocesso, ou de “estagnação”, sem conseguirem encontrar formas adequadas de lidar com os problemas. A violência é um deles. Como já foi apontado, ela está presente desde sempre, surgindo com maior ou menor intensidade em épocas diferentes, como fenômeno mundial que perpassa todas as culturas, etnias, tipos de economia e regimes políticos (SAGIM, 2003).

Nos dias atuais, entretanto, a violência tem grande visibilidade, seja porque o interesse está em denunciar, ou pelo fato de se encontrar exacerbada entre os mais diversos grupos sociais, seja ainda porque se mostra gratuita, mas, sobretudo, pela consciência de que a sua presença significa um confronto direto com os Direitos da Pessoa, uma vez que suas conseqüências envolvem humilhação e até, em alguns casos, a perda da vida. (SCHRAIBER; D’OLIVEIRA, 1999).

Dirigindo a atenção para o tipo específico de violência que é a doméstica, assume-se, inicialmente, a grande complexidade do tema, porque diz respeito, ao mesmo tempo, a alguma coisa que ocorre no espaço do privado, sendo, então, restrito às pessoas que dele fazem parte, mas que tem todo um entrelaçamento com o social.

Historicamente, os efeitos da violência se fazem sentir, principalmente, em grupos sociais mais vulneráveis (como crianças, adolescentes e mulheres), pertencentes a estratos sociais menos favorecidos, mas isso não significa que as camadas mais privilegiadas não sejam por eles afetadas (SOUZA; ASSIS, 1996).

A violência contra a mulher foi reconhecida pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1993, como qualquer ato de violência de gênero que resulte, ou tenha possibilidade de resultar, em prejuízo físico, sexual ou psicológico – ou, ainda, sofrimento para as mulheres – incluindo, também, a ameaça a tais atos, a coerção à liberdade e à sua privação, ocorrendo tanto em público quanto na vida privada (WHO, 1994, 1997).

Assim, de um lado há a família, instituição que sofre mudanças constantemente, a começar pela sua extensão, pelos papéis atribuídos ao homem e à mulher, aos adultos e às crianças, mas que se constitui em um tipo de agrupamento estável nas sociedades, fundamentado na responsabilidade pelo cuidado e educação das gerações mais novas (SAGIM, 2003).

De outro lado, a sociedade que interfere e é chamada a oferecer subsídios para que a situação de violência termine (BIASOLI-ALVES, 1999a, 1999b; BIASOLI-ALVES, 2000; MORGADO, 1986; ROMANELLI, 1995).

Saffioti (1997, p. 85) afirma que

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isso ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e retorno a ela.

Assim, a análise do problema mostra que há necessidade de respeito à privacidade de cada um, segundo o princípio de não tornar público o que acontece em casa, de forma a não expor a imagem da instituição familiar, que deve permanecer intocada. Pode-se dizer que se entende por uma situação de violência doméstica contra a mulher o que pode ser registrado

como ação freqüente, agressiva, a ela dirigida, seja física, sexual ou verbal (CONRADO, 2001).

Pode-se perceber que se está diante de uma contradição, porque o imaginário social vê a casa como lugar seguro, tranquilo, onde o ser humano inicia seu desenvolvimento, podendo sentir-se à vontade e protegido, construindo as primeiras relações afetivas, assimilando modelos. Assim, quando nessa família a violência se faz presente, fica muito mais difícil reagir e mesmo entender a situação porque a pessoa foi ensinada que é, nesse ambiente, que ela terá amor, carinho e proteção. Por esta razão é que Saffioti (1997, p. 53) menciona que

... as pessoas sentem-se envergonhadas de admitir, mesmo para amigos, que um membro de sua família pratica violência. Assim, qualquer que seja a modalidade de violência, geralmente se forma em torno dela uma conspiração do silêncio. Ninguém fala sobre o assunto.

É muito difícil pensar e aceitar que, em seu lar, a mulher esteja subjugada a um companheiro agressivo. Isso contraria o esperado, uma vez que esse espaço é visto como sagrado. No casamento, supõe-se que homens e mulheres encontrarão, não só a satisfação sexual, mas também uma compreensão mútua de suas necessidades afetivas, segundo uma relação de igualdade e troca de direitos, deveres e cumplicidades.

As questões que se referem à violência doméstica contra a mulher são muito sérias, afetando sua a saúde física e emocional. É importante que esse tema seja visto sob uma nova ótica, para prevenir e atuar em suas causas, de forma que a mulher possa viver sem o medo da violência a ela dirigida por parte de seu companheiro. É também o momento de direcionar o olhar para os filhos dessas mulheres que assistem, interferem e vivenciam as agressões, violências e humilhações que essa mulher, mãe, sofre no convívio familiar.

Como já foi mencionado anteriormente, o fato da criança e do adolescente viverem em um lar onde sofrem violência doméstica, praticada contra eles por seus pais e vivenciarem as

situações de violência doméstica contra a sua mãe, praticada por seu pai, acarreta uma infinidade de conseqüências a esses filhos.

Estudos sobre a questão da violência doméstica contra a mulher que confirmam visibilidade ao problema, contribuindo para a elaboração de programas de prevenção e cuidado dessas mulheres, poderão tornar os lares mais seguros para todos aqueles que tem, direito a se desenvolverem com qualidade de vida, em termos de relação afetiva, carinho, respeito e amor entre seus pais.

Rodriguez (1996) refere que, na cidade de Guadalajara, 82% das mulheres vítimas de violência têm emprego, poderiam se sustentar sozinhas, sem seus companheiros, retirando-se da situação de violência, ameaça e agressão.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) apresentou dados que mostram ter havido 411213 mulheres vítimas de agressões leves e graves, em 1999. Se comparado às informações da CPI da Violência contra a Mulher, de 1993, percebe-se um aumento de 70%, em apenas seis anos. Entre os casos, a Lesão Corporal foi o crime mais denunciado (113727 ocorrências), seguindo-se de maus-tratos psicológicos, com 107999 casos.

De acordo com as estatísticas, a violência seria crescente e não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Como exemplo, tem-se o caso da Áustria, que evidenciou que, em 1500 casos de divórcio, 59% das mulheres justificam, como causa, a violência.

Pesquisas recentes (BRANCALHONE; WILLIAMS, 2003; HILTON, 1992; KITZMANN et al., 2003; ROSSMAN; BRINGHAM; EMDE, 1997; WOLACH; FINKELHOR, 1998; WOLFE et al., 2003) evidenciam os prejuízos causados aos filhos de mulheres que assistem cenas de violência entre seus pais. Para as crianças e adolescentes, estudos mostram que as conseqüências são muito sérias quando observam e percebem a existência de violência entre seus pais.

No Brasil, alguns estudos na área de saúde revelam dados bem alarmantes. Entre usuárias do serviço público, cerca de 50 a 60% das mulheres, entre 15 e 49 anos, relatam terem sofrido violência pelo menos uma vez na vida (SCHRAIBER, 2001).

Dados estatísticos, referentes ao Rio de Janeiro, em 1997, revelam que foram registradas 5098 ocorrências de violência doméstica por mês, ou seja, 170 casos ao dia. A abrangência desses dados é muito grande, pois, significa que, a cada hora, há sete mulheres em situação de violência (CABRAL, 1999).

O Centro de Atendimento à Mulher Vítima de Violência da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, apresentando dados referentes a 1999-2000, indica que, em 70% dos casos por eles atendidos, a violência foi praticada pelo marido ou companheiro da vítima (BLAY, 2001). Calcula-se que uma em cada quatro mulheres será agredida pelo menos uma vez durante a sua vida (DATNER; FERROGIARO, 1999).

Dentre tantas, a forma mais comum de violência contra a mulher é a doméstica ou a familiar. Segundo estimativas do Banco Mundial, ela tem maior probabilidade de ser espancada, violada ou assassinada pelo seu parceiro atual ou anterior do que por um estranho, (WHO, 1997).

Apesar da frequência com que as mulheres são agredidas, raramente a agressão é identificada. Muitas vezes elas não procuram atendimento médico ou os médicos estão desinformados ou desatentos no que se refere à prevalência da violência contra a mulher e, assim sendo, não a pesquisam (YEAGER; SEID, 2002).

Pesquisas e estudos demonstram que a violência doméstica contra a mulher, na forma física, é praticada por seu marido. Estudos em vários países deixam claro que este tipo de violência é muito grande e variável. Na Holanda e Suíça, 21% das mulheres sofrem violência; nos Estados Unidos, 22%, no Canadá, 29%, no Egito, 34,4% e, na Índia, 40% (HEISE; ELLSBERG; GOTTEMOELLER, 1999; WATTS, 2002).

A pesquisa mostra que os incidentes ocorrem em casa, sendo que mais de 40% resultam em lesões corporais graves, decorrentes de socos, tapas, chutes, queimaduras, espancamento e estrangulamentos. Parece bem claro que a violência destrutura o núcleo familiar, por se constituir em desrespeito aos limites impostos a todos seus membros e ao direito ao desenvolvimento saudável, contemplado no respeito à vida, à liberdade e à integridade física.

Toda essa incursão pela literatura, acrescida de vivências profissionais, sinaliza para a necessidade de produção de conhecimentos acerca do tema, considerado prioritário pela sociedade. O meio acadêmico vem respondendo a essa necessidade da sociedade e, nesse sentido, destacam-se os trabalhos realizados e orientados por Carvalho (2007), os quais evidenciam a relevância do problema na cidade onde esse estudo foi realizado, alertando, inclusive para as diversas esferas e dimensões que permeiam a questão da violência.

De todo o exposto, o presente estudo propõe-se a dar mais uma contribuição nesse tema.

## ***4 - OBJETIVOS***

---

## **4 - OBJETIVOS**

### **4.1 - Geral**

Esta pesquisa foi estruturada tendo como objetivo analisar como a criança e o adolescente, que vivem em ambientes nos quais a violência doméstica está presente, comportam-se, incluindo-se as situações em que são vítimas da violência dos adultos e aquelas em que a violência ocorre entre os pais, em especial contra a mãe, estando eles na condição de observadores.

### **4.2 - Específicos**

- ❖ Investigar o comportamento de crianças e de adolescentes em relação à violência praticada por seu pai/padrasto, contra sua mãe.
- ❖ Investigar o comportamento de crianças e de adolescentes em relação à violência praticada por seu pai/padrasto, contra ele e sua mãe.
- ❖ Investigar o comportamento de crianças e de adolescentes em relação à violência praticada por seu pai/padrasto ou mãe, contra ele.



## ***5 – BASES METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO***

---

## 5 – BASES METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

*Há um significado implícito na busca do conhecimento científico,  
O prazer da pesquisa!  
Prazer que acarreta o envolvimento do pesquisador com o objeto do estudo,  
Que se traduz em Paixão!  
Que uma vez gerada, se auto-alimenta pelo tempo afora* (BIASOLI-ALVES, 1994)

### 5.1 - O referencial teórico - metodológico

A necessidade fundamental em definir uma metodologia para um projeto de pesquisa consiste em estudar e caracterizar o que as estratégias ou abordagens permitem alcançar em termos de análise de dados (BIASOLE-ALVES, 1995).

Metodologia, portanto é um guia para se conduzir uma pesquisa, passo a passo - a *construção das etapas de uma investigação*. Envolve desde o preparo inicial para entrar em campo e as etapas que seguem uma estruturação metodológica, apresentação, descrição e a interpretação e análise dos dados, de forma que sejam inter-relacionadas e ordenadas.

Minayo (1994, p.16) entende “por metodologia, o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade; neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias”. Para Lenin (1965, p. 148), o método é a alma da teoria.

Retomando Minayo (1994), pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade; é com a pesquisa que há ensino atualizado frente ao mundo, portanto, embora sendo prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

Para a realização de uma pesquisa é preciso promover o confronto dos dados coletados, as evidências, as informações que foram obtidas sobre um determinado assunto, somando-se o conhecimento teórico acumulado a respeito dele, por meio de leituras, tendo-se, assim, o início de um trabalho de pesquisa (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Para construir o desenho de uma pesquisa faz-se necessário recorrer a uma metodologia que abranja as questões que serão pesquisadas da maneira mais adequada, pertinente e produtiva possível.

Essa investigação é caracterizada como quantitativo-interpretativa e também qualitativa, tendo natureza descritiva, por possibilitar que sejam apreendidos os significados e as expectativas acerca de questões importantes do relacionamento familiar, nas quais há presença da violência doméstica contra a criança e adolescente e também contra a mulher (mãe).

A pesquisa qualitativa é importante por compreender os valores, a cultura e as representações dos grupos sobre o tema pesquisado, abrangendo as relações processadas entre os grupos sociais, tanto no âmbito das instituições, como no dos movimentos sociais (MINAYO, 1998). A mesma autora, em outro texto (2004, p. 10), refere ainda que a pesquisa qualitativa é entendida como capaz de incorporar a questão do significado, da intencionalidade como inerentes aos atos, relações e estruturas sociais como construções humanas.

Turato (2003, p. 167) menciona que a pesquisa qualitativa caracteriza-se como sendo um método que permite a captação dos sentidos que o fenômeno tem para o informante, ou que lhe atribui. É uma modalidade importante para a investigação, que auxilia, compreende e sugere, também, novas questões à abordagem quantitativa.

Segundo Spink e Lima (1999), a idéia do rigor, em pesquisa qualitativa, pressupõe que o pesquisador imprima clareza e bem delimite os caminhos que levam à interpretação, explicitando todo o processo percorrido. Para Minayo (1994), há grande contribuição advinda do conjunto das análises quantitativo-interpretativo e qualitativo, pois, juntas, captam, de forma dinâmica, a realidade.

## 5.2 – Participantes da pesquisa

Os participantes desta pesquisa foram, mães, vítimas de violência doméstica, pais responsáveis por violência contra seus filhos e, crianças e adolescentes de lares em que a violência doméstica está presente, sendo eles observadores e /ou vítimas dela.

A amostra foi de 17 mães, com idades entre 20 e 43 anos e seus filhos com idades entre 06 anos e 16 anos, dando um total de 77 crianças e adolescentes.

Tabela 1 - Síntese da amostra pesquisada em crianças e adolescentes

Sexo	Total	Porcentagem	Média de irmãos	Idade (anos)		
				Mínima	Máxima	Média
Masculino	28	36,4	7,1	6	16	9,9
Feminino	49	63,6	7,4	6	16	10,4
Total	77	100				

Os resultados indicam a distribuição dos participantes por sexo, tendo ficado desta maneira 49 meninas e 28 meninos, e a média de irmãos por cada família pesquisada.

Quanto ao grau de escolaridade das crianças e adolescentes que fizeram parte desta pesquisa, os resultados da tabela 2 indicam que a escolaridade dos participantes do sexo masculino apresentaram o menor grau de escolaridade, tendo a maior concentração na primeira série (9,1%), seguida de (7,8%) de analfabetos, esse dado nos mostra que os participantes do sexo masculino estão indo menos a escola. Com relação aos participantes do sexo feminino a maior concentração encontra-se na sétima série (11,7%), tendo como índice de analfabetismo 6,4%. Demonstrando claramente que os participantes do sexo feminino estão mais inseridos no contexto escolar do que os do sexo masculino.

Tabela 2 - Escolaridade dos participantes crianças e adolescentes

Escolaridade	Sexo	Contagem	Porcentagem
Pré	M	1	1,3
	F	2	2,6
1ª Série	M	7	9,1
	F	8	10,4
2ª Série	M	5	6,5
	F	6	7,7
3ª Série	M	3	3,9
	F	7	9,1
4ª Série	M	3	3,9
	F	2	2,6
5ª Série	M	1	1,3
	F	4	5,1
6ª Série	M	0	0
	F	2	2,6
7ª Série	M	2	2,6
	F	9	11,7
8ª Série	M	0	0
	F	4	5,1
Analfabeto	M	6	7,8
	F	5	6,4
Total		77	100

### 5.3 - Recursos básicos utilizados

#### 5.3.1 - A entrevista

A opção foi trabalhar com entrevistas, segundo dois modelos diferenciados, entrevista estruturada e entrevista semi-estruturada, as quais foram realizadas com as mães, crianças e adolescentes.

Quando associadas, as entrevistas obtêm informações sobre comportamento, atitudes, sentimentos e valores da pessoa entrevistada, o que permite ir além da simples descrição do dado puro em si, incorporando novas interpretações dos resultados adquiridos, os quais tornam a análise dos dados mais ampla e rica e, ao mesmo tempo, possibilita a aproximação

do pesquisador à complexidade e riqueza dos dados inerentes a uma investigação dessa natureza.

Definida a modalidade de entrevista, completou-se e ampliou-se o procedimento de coleta de dados da investigação, utilizando-se, como estratégia, um jogo de sentença incompleta e desenhos, expressando situações e interações familiares, o qual foi aplicado às crianças e adolescentes, propiciando a densidade das informações requeridas por este estudo.

Também se fez necessário o uso de uma agenda, onde foram anotados todos os dados referentes a cada família, tais como: nome, endereço, número de filhos participantes da pesquisa. Teve como finalidade o agendamento de cada família, com os horários das entrevistas, o local da residência, onde cada família foi procurada pela pesquisadora.

A entrevista requer a criação de um espaço acolhedor, agradável e confiável. Inicia-se com um diálogo informal, implica em períodos de silêncio, os quais deverão ser compreendidos, e em disponibilidade para ouvir cuidadosa e atentamente o que o entrevistado tem a dizer. Seu tempo e seu momento necessitam ser respeitados.

A entrevista estruturada implica que se tenha questões previamente elaboradas, as quais seguem uma seqüência padronizada, com linguagem sistematizada, obedecendo a grande rigor, de forma a evitar a tendenciosidade das perguntas ou a indução das respostas pelos participantes (BIASOLI-ALVES, 1995).

Morgan (1988) menciona que a entrevista consiste em uma conversa intencional entre duas ou mais pessoas, tendo como objetivo a obtenção de informações. No caso de uma pesquisa qualitativa, a entrevista tem um formato próprio (BURGES, 1984).

Duarte (2004, p. 215) refere-se às entrevistas como fundamentais quando há necessidade de investigar crenças e valores de sistemas classificatórios de universos bem específicos e delimitados. Segundo Biasoli-Alves (1998), os relatos orais podem fornecer

informações importantes sobre esses aspectos, contribuindo para a contextualização que se das vivências.

Thiollent (1982) afirma que, em uma pesquisa, a entrevista não é apenas um ato de coleta de dados, mas sempre é uma situação de interação entre duas pessoas; as informações fornecidas pelo participante terão uma finalidade acadêmica.

Para Biasoli-Alves (1998, p. 14) “a entrevista é uma ferramenta imprescindível para se trabalhar, buscando contextualizar o comportamento dos sujeitos, fazendo a sua vinculação com sentimentos, crenças, valores”. Ludke e André (1986) abordam a importância da interação entre o entrevistador e o entrevistado, para captar as informações desejadas.

A entrevista semi-estruturada implica em compor roteiros contendo tópicos selecionados e elaborados de forma que possa ser aplicada a todos os participantes. As questões seguem uma ordem flexível e a seqüência e minuciosidade estarão interligadas ao discernimento e disponibilidade dos participantes. O relevante é que a dinâmica da entrevista ocorra de forma natural (BIASOLI-ALVES, 1998).

### **5.3.2 - O Diário de Campo**

Foi utilizado um diário de campo reservado para anotações paralelas à ocorrência das entrevistas e também as referentes ao ambiente domiciliar. Foram registrados também dados complementares, referentes às entrevistas, assim como observações gerais que, posteriormente, poderiam subsidiar a interpretação dos dados e possibilitar a sua contextualização, captando, assim, o conteúdo e significado das entrevistas.

Nesse sentido, Bogdan e Biklen (1997) afirmam sobre as notas de registro em um diário, lembrando que podem registrar idéias, estratégias, emoções, comportamentos, reflexões, que seriam um relato escrito do pesquisador que ouve, vê e reflete ao coletar dados em uma pesquisa qualitativa.

A opção por essa estratégia de coleta de dados considerou a flexibilidade que possibilita aos entrevistados, ao mesmo tempo em que confere ao entrevistador melhores condições no sentido de obter o envolvimento dos participantes, em uma relação de cumplicidade e parceria, além de permitir análises interpretativas, sob as óticas quantitativas e qualitativas (BIASOLE-ALVES, 1998).

#### **5.4 – O contexto da investigação**

A pesquisa foi realizada em uma grande cidade no interior do Estado de São Paulo, envolvendo famílias nas quais havia presença de violência doméstica contra a criança e o adolescente por parte de seus pais. Essa violência foi comunicada pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público. E, também, com famílias em que a violência se faz presente entre os pais, a violência doméstica contra a mulher e que pode ou não acontecer na presença dos filhos e da qual já ocorreu registro de denuncia em Delegacia Especializada de Violência contra a Mulher (DDM).

Esta pesquisa abrangeu, ainda, famílias que apresentavam episódios de violência física entre o casal, a qual foi comunicada e registrada nos prontuários da Unidade do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, onde o estudo foi realizado.

O local selecionado foi uma unidade do<sup>1</sup> Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, que é integrante do Sistema Único de Assistência Social, que se constitui em unidade pública estatal, pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a pessoas e famílias com direitos violados, direcionando o foco das ações para a família, na perspectiva de potencializar e fortalecer sua função protetora.

---

<sup>1</sup> As informações pertinentes ao local da coleta de dados foram retiradas e copiadas do *site* da prefeitura da cidade em que a coleta de dados foi realizada; muito do que está presente neste texto é cópia do que foi retirado desse *site*, com prévia autorização verbal do funcionário da secretaria desse município.

#### **5.4.1 - Os CREAS**

Os CREAS dão atendimento às situações de violação de direitos de crianças e adolescentes, tendo como foco de ação a família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção às crianças e adolescentes.

Esse Órgão presta atendimento prioritário às crianças, adolescentes e suas famílias nas seguintes situações: crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual; crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência); famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que apresentem dificuldades no cumprimento das condicionalidades; crianças e adolescentes em situação de mendicância; crianças e adolescentes que estejam sob “medida de proteção” ou “medida pertinente aos pais ou responsáveis”; crianças e adolescentes sob medida protetora de abrigo, em famílias acolhedoras e reintegradas ao convívio familiar; adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; adolescentes e jovens, após cumprimento de medida socioeducativa privativa de liberdade, quando necessário suporte à reinserção sócio-familiar.

O CREAS articula os serviços de média complexidade e opera a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, prestando diretamente os seguintes serviços: Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Serviço de Orientação e Apoio Especializado a Indivíduos e Famílias com seus Direitos Violados; Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Esses serviços devem funcionar em estreita articulação com os demais serviços da proteção social básica e da especial, com as

demais políticas públicas e demais instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, no intuito de estruturar rede efetiva de proteção social.

O co-financiamento federal para esses serviços se dá por meio de transferência de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social, compondo o Piso Fixo de Média Complexidade (conforme Portaria Nº 440/2005 - Artigo 3).

### **5.5 Observação da Dimensão Bioética**

Todos os cuidados pertinentes à dimensão bioética foram observados. O projeto da presente investigação foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, tendo sido tendo sido aprovado <sup>2</sup> (Anexo A).

Posteriormente, a instituição foi contatada, solicitando sua anuência para a realização da pesquisa. Após esse processo inicial teve início a fase formal: conhecer a Assistente Social responsável por essa unidade. Comprometemo-nos com a unidade de que, após o término da pesquisa, haveria retorno dos dados e resultados, como também seria entregue uma cópia do trabalho. A partir de então, foram selecionadas as famílias, apresentado o projeto e realizado o convite para participação.

Para as mães que aceitaram participar da pesquisa, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a participação nesta pesquisa. No caso dos filhos, considerando que, por serem menores de idade, era a mãe quem autorizava e assinava o referido termo, o qual encontra-se no Anexo B.

Pesquisas dessa natureza, envolvendo crianças e adolescentes, em situação de risco, enfrentam sérias questões metodológicas e também éticas. Assim sendo, devem ser tomados todos os cuidados necessários. Segundo Dell'Aglio (2000), os pesquisadores devem estar

---

<sup>2</sup> O projeto de pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, encontra-se no Anexo A

atentos às questões éticas que, em outros aspectos, implicam na necessidade de autorização para a pesquisa.

Aptekar (1996) ressalta ser importante observar, durante a coleta de dados, se esses adolescentes não vão mentir ou contar estórias, pois costumam mentir sobre seus antecedentes familiares e sobre a vida em família. Entretanto, Lisboa e Koller (s/d) lembram que isso ocorre com a finalidade de defesa, decorrente da confusão entre a fantasia e a realidade, ou de omissão de respostas desejáveis, considerando suas ansiedades.

O pesquisador deve sempre estar atento e solícito nas situações em que os participantes expressem, de alguma forma, necessidade de ajuda, ainda que essa ajuda não esteja vinculada à pesquisa (DELL`AGLIO, 2000; LISBOA; KOLLER 2000).

Nesta pesquisa, teve-se o cuidado de encaminhar ao atendimento psicológico aquelas mães que solicitaram ajuda para seus filhos, ou para si mesma. Esse encaminhamento foi realizado pela pesquisadora a um serviço de terapia de uma clínica da cidade.

Face à natureza da investigação, optou-se por não identificar a cidade, considerando que os dados coletados referem-se à famílias em situação de risco psicossocial pela presença da violência. Assim evitou-se dar mais informações sobre o local geográfico dessa coleta de forma a não violar o termo de confiabilidade, segundo o qual essas famílias não seriam identificadas, nem mesmo o bairro onde residiam.

## **5.6 Percurso metodológico**

Esta pesquisa trata da questão da violência contra a criança e o adolescente. Há inúmeros caminhos que levam à reflexão e compreensão de como essa questão se mostra a eles, sob suas perspectivas.

Para iniciar esta pesquisa, foi preciso realizar estudo e análise de estratégias que melhor se adequariam à opção metodológica. Optou-se pela pesquisa fundamentada em uma

abordagem que conjuga duas análises: primeiramente, a análise quantitativo-interpretativa e, posteriormente, análise qualitativa dos dados.

A investigação foi desenvolvida em seis etapas:

- a elaboração e adequação dos instrumentos - estudo piloto;
- atenção à dimensão bioética;
- o estudo piloto;
- seleção da amostra pesquisada;
- processo de coleta de dados;
- processo de análise dos dados.

A seguir, será descrito cada procedimento utilizado para o cumprimento das etapas.

Com a finalidade de testar os instrumentos da forma mais adequada possível para a população a ser pesquisada, optou-se pela realização de um estudo piloto. Para dele participar foram convidadas três famílias, juntamente com seus filhos. Essa etapa da pesquisa teve como objetivo testar, corrigir, adequar os instrumentos elaborados como também fazer a adequar a linguagem a ser utilizada.

Assim sendo, as famílias e seus filhos que participaram da pesquisa, nessa etapa, foram excluídos da análise, pois, nesse momento, o objetivo era o treinamento e a adequação e as possíveis reformulações que os instrumentos poderiam sofrer.

O estudo piloto ficou definido com amostra de três mães e de dez crianças e adolescentes. Cada participante foi identificado da seguinte maneira:

Quando se tratava de mães, a identificação foi denominada de família (F) e recebia o número da seqüência da entrevista. Por exemplo, família 1, família 2, e assim por diante. No que se refere aos filhos foi adotada a seguinte codificação, família 1, (entrevistado 1, entrevistado 2), e assim por diante, até que todos os filhos dessa família tivessem sido ouvidos e, portanto, entrevistados.

O número do entrevistado é seqüencial, mas, o filho de cada família foi ouvido junto com sua mãe, tendo havido sempre o cuidado de iniciar e terminar a coleta de dados de uma mesma família, para, só então, iniciar a coleta de outra. Assim, os participantes do estudo piloto e os da investigação propriamente dita receberam o código: família 1, (entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3), família 2, (entrevistado 4, entrevistado 5) e, assim, sucessivamente.

O local para a realização do estudo piloto foi uma unidade do CREAS, onde os dados seriam coletados e as famílias selecionadas para participarem da pesquisa. As entrevistas foram realizadas no mesmo local da coleta de dados.

A aplicação de todos os instrumentos ocorreu em uma sala da unidade do CREAS, com a privacidade necessária e a segurança para que fosse possível a abordagem de questões tão íntimas, e difíceis de serem verbalizadas e lembradas.

Teve-se o cuidado de que, no momento da entrevista, não houvesse interferências ou ruídos, de forma que as mães, ou seus filhos, pudessem, de alguma maneira, sentirem-se desconfortáveis ou constrangidos pela presença de outras pessoas e também para que fosse possível assegurar o sigilo das informações.

Todas as famílias que foram selecionadas para participar do estudo piloto e aceitaram, foram buscadas, em suas residências, pela pesquisadora e, ao término da entrevista, foram levadas de volta às suas residências. Foram respeitados os horários que lhes eram mais favoráveis. Teve-se também o cuidado que cada criança ou adolescente estivesse acompanhado por um responsável.

Foi proposto o uso do gravador, o qual não foi autorizado por nenhuma das mães; para elas, era fundamental não serem identificadas e isso foi respeitado. Assim sendo, as entrevistas foram redigidas pela pesquisadora no momento em que as participantes relatavam os fatos. As entrevistas com seus filhos também mereceram o mesmo tratamento.

O procedimento de acesso às famílias que fizeram parte do estudo piloto ocorreu por meio da assistente social dessa unidade do CREAS, que encaminhou e apresentou cada família à pesquisadora. Ela também fez o convite para que a mãe participasse dessa fase da pesquisa e esclareceu ainda que, nessa etapa, os dados coletados seriam aproveitados de outra forma, mas teriam grande importância na construção dos instrumentos da investigação.

Foi preparada uma entrevista estruturada, buscando por informações relativas a sexo, idade, escolaridade, no caso das crianças e adolescentes (Anexo C). Com relação às mães, as questões diziam respeito à idade, sexo, escolaridade, trabalho, trabalho e participação do marido/companheiro nas despesas da casa (Anexo D).

Preparou-se, inicialmente, uma primeira versão da entrevista semi-estruturada, contendo onze questões dirigidas às crianças e adolescentes (Anexo E). Posteriormente, outra versão, contendo seis questões, era aplicada às mães e visavam captar o cotidiano de cada família (Anexo F e H).

O Anexo G permite observar os jogos de sentenças incompletas (JSI) que foram respondidos apenas pelas crianças e adolescentes, contendo onze sentenças. Esse jogo, baseado no material proposto por Koller et al. (s/d), adaptado e reestruturado por Bazon e Venturini (2002), é o modelo utilizado nesta pesquisa<sup>3</sup>.

Foi solicitada e obtida uma autorização de Bazon et al. (2002), para que o modelo por elas idealizado pudesse ser reproduzido na atual pesquisa.

Quanto aos desenhos, foi realizado uma adaptação do modelo utilizado por Delfino, 2005<sup>4</sup>. Foi também uma solicitação à idealizadora do instrumento para utilização do mesmo, tendo sido obtida sua permissão. Algumas modificações foram necessárias no sentido de

---

<sup>3</sup> Foi feita uma consulta informal e verbal à Prof. Dra. Bazon e à aluna de pós-graduação no sentido de pedir autorização para que os instrumentos, referentes ao JSI, pudessem ser utilizados nesta pesquisa, na íntegra, e, em alguns casos, com relativa cópia na íntegra e foi autorizado pelas duas autoras o uso do mesmo.

<sup>4</sup> Em relação aos desenhos, também houve uma conversa e pedido para que pudessem ser usados alguns desenhos dessa autora nessa pesquisa, e, a mesma deu permissão e autorização.

adequá-lo para a atual pesquisa, quando foram criadas novas questões e selecionados os desenhos a serem utilizados.

Foram utilizadas onze sentenças, cada uma com três perguntas adequadas para a atual pesquisa.

Em função de buscar as famílias em suas residências, pode ser feito uma observação proximal de como é a residência, de cada família, como vivem e se organizam em seus lares, e como foi a receptividade dos familiares, vizinhos e do próprio marido, ou companheiro, ao fato de a pesquisadora ir buscá-la em sua casa para participar da pesquisa sobre assuntos tão doloridos e sofridos para cada família. Essas observações eram, posteriormente, anotadas em diário de campo.

As entrevistas-piloto foram realizadas em seis dias, com duração de três horas cada uma com as mães e, com as crianças e adolescentes, tiveram a duração, em média, de duas horas e meia.

A realização das entrevistas com as mães e com as crianças e adolescentes trouxe subsídios para adequação da mesma, como também auxiliou no sentido de observar as mudanças que se fizeram necessárias e que tempo se levaria, em média, em cada entrevista com as mães e com seus filhos.

As entrevistas foram aplicadas, inicialmente, com as mães e, posteriormente, com cada filho que fazia parte do estudo piloto.

Com a aplicação do estudo piloto, pôde-se perceber o quanto as famílias (mães) ficariam tocadas com as questões abordadas e, para a pesquisadora, o quanto seria difícil conter as emoções e disfarçar a tristeza diante de relatos tão doloridos e repletos de violência de todas as formas. Isso foi extremamente difícil no decorrer da pesquisa.

O último instrumento a ser testado foi os desenhos, nos quais estão caracterizadas as famílias em seu dia-a-dia, em situações diferentes, dentro do seu contexto e cotidiano familiar.

Os desenhos foram apresentados em ordem de seqüência numérica do primeiro ao último: o décimo primeiro. Os desenhos eram apresentados às crianças e adolescentes e eram feitas três perguntas referentes ao desenho, às quais os participantes respondiam em ordem. As perguntas serão apresentadas e discutidas no próximo capítulo.

As crianças e adolescentes respondiam, uma a uma, a cada pergunta que era formulada e sempre emitiam opinião e, às vezes, ao término das perguntas e encerrada a entrevista, emitiam também opiniões sobre os desenhos, fazendo um paralelo sobre suas famílias. A pesquisadora anotava as opiniões em diário de campo.

Pode ser observado que esse instrumento tocava os participantes de maneira muito particular. Houve participante que, durante o estudo piloto, rasgou o desenho. Outros, após terminarem suas falas, choravam copiosamente; esses episódios não foram acontecidos em sua totalidade, mas ocorreram de maneira significativa.

Com o término do estudo piloto, os instrumentos que seriam utilizados haviam sido testados, adequados e estavam prontos para serem aplicados. Ficou composto da seguinte maneira: entrevista estruturada, aplicadas às mães e às crianças e aos adolescentes, entrevista semi-estruturada, aplicada às mães, crianças e adolescentes, e jogos de sentenças incompletas e desenhos, aplicadas às crianças e adolescentes.

## **5.7 Obtenção dos dados**

O procedimento para selecionar a amostra de participantes da pesquisa ocorreu por meio da assistente social da unidade do CREAS, onde a pesquisa foi realizada.

A assistente social e sua estagiária selecionaram os protocolos de atendimentos nos quais as famílias se referem à existência da presença de violência doméstica contra ela, praticada por seu marido/companheiro, e que ela, ou seu marido, foram sinalizados ao Conselho Tutelar por violência física contra seus filhos.

Esse foi o critério utilizado para ter acesso às famílias, pois a pesquisa tem como foco de estudo a violência contra a criança e o adolescente praticado por seus pais.

A assistente social usou alguns critérios para selecionar a amostra de participantes que, posteriormente, seriam mostradas à pesquisadora. Esses critérios de exclusão tiveram como objetivo principal o cuidado da pesquisadora, no sentido de que ela não entrevistasse famílias onde havia a presença de problemas de saúde mental e, também, foram excluídas as famílias onde a mãe estava em tratamento psiquiátrico, famílias com histórico de muita agressividade.

Teve-se, inicialmente, o cuidado de excluir regiões em que os participantes residissem e fossem regiões perigosas, pela presença do tráfico de drogas e índice alto de violência, mas a pesquisadora pediu que esses locais fizessem parte da seleção de participantes e não fossem excluídos. O pedido foi aceito pela assistente social e essas regiões fizeram parte da pesquisa.

A partir do momento em que os protocolos foram selecionados, fez-se uma reunião entre a pesquisadora e a assistente social para que ela apresentasse às famílias selecionadas e, a partir desse momento, começou a falar sobre o problema que envolvia cada família e a relação da mesma com seus filhos.

A amostra selecionada ficou inicialmente delimitada em 100 famílias e seus filhos tinham idades entre 6 e 16 anos completos.

A partir desse momento, a primeira etapa de seleção da amostra de participante estava delineada e passou-se, então, à segunda etapa, que foi também efetuada pela assistente social e sua estagiária.

Coube à assistente social e estagiária fazerem o primeiro contato com cada uma das famílias selecionadas e foi feito um convite para que comparecesse à unidade do CREAS. No comparecimento de cada família, era colocado o motivo pelo qual o convite havia sido feito e, apenas depois de explicado e aceito por ela, o encontro da pesquisadora e a participante era realizado.

Nesse primeiro encontro, a pesquisadora, após explicar com detalhes a pesquisa, garantia a confidencialidade dos dados, respeito a todos os procedimentos éticos e todos os cuidados que se têm quando envolvem assunto tão difícil de ser abordado, como a questão da violência, tanto contra a mulher, como contra seus filhos.

Das 100 famílias selecionadas, 30 famílias se recusaram a participar da pesquisa desde o início, com a assistente social. Com essas famílias não ocorreu nenhum contato com a pesquisadora.

Das 70 famílias que restaram, 20 dessas famílias não responderam e não atenderam ao convite inicial para comparecer à unidade do CREAS, para conversar com a assistente social.

Restaram então 50 famílias que conheceram a pesquisadora e participaram da pesquisa.

Então, ficou acordado com as participantes que as entrevistas seriam marcadas no horário que fosse melhor para cada mãe e seus filhos e que a pesquisadora compareceria à residência de cada participante para buscá-los, na data e nos horários marcados, e que, após o término da entrevista, levaria os mesmos até sua residência, sem que os participantes tivessem qualquer ônus ou problema por estarem participando da pesquisa. Isso foi feito com todas as participantes e seus filhos, que sempre estiveram acompanhados por um responsável.

Dessas 50 famílias, 15 desistiram logo no início da pesquisa e não responderam as perguntas e também foram grosseiras com a pesquisadora, logo que a primeira pergunta foi feita.

Das outras 35 famílias, 12 não permitiram que seus filhos participassem da pesquisa, logo que foi apresentado a elas os instrumentos de coleta de dados, alegando que as perguntas que seriam feitas a eles não eram adequadas e de maneira nenhuma concordaram com a participação de seus filhos, então foram excluídas.

Restaram então 23 famílias, mas 6 dessas famílias desistiram por medo de se comprometer e não acreditaram que os dados seriam sigilosos e o Ministério Público não ficaria sabendo do conteúdo das conversas tanto dela (mãe) como de seus filhos.

Dessas 23 famílias, restaram 17 que participaram da pesquisa e autorizaram também a participação de seus filhos.

A amostra de participantes ficou, então, composta por 17 famílias (mães) e seus 77 filhos, crianças e adolescentes, com idade entre 6 e 16 anos.

A coleta de dados teve início em março de 2005 e terminou em dezembro de 2006, desde a preparação do estudo piloto até a fase em que todos os dados já haviam sido coletados.

A pesquisadora buscou cada família em sua residência como também seus filhos, esse procedimento foi feito com cada uma das famílias e seus filhos até o término das entrevistas, não importando se necessitasse ir até a residência da família várias vezes.

As famílias foram entrevistadas uma a uma, ou seja, primeiramente a família número 1 e todos os seus filhos, para depois ter início à participação da família número 2 e seus filhos e, assim, sucessivamente, até última família.

Cada família foi identificada como família 1 (F-1), mas, na realidade, família é a mãe em questão e seus filhos. Todos os participantes foram identificados como entrevistado 1 (E-1) e assim por diante com todos os participantes.

O início da pesquisa teve como protocolo, primeiramente, ouvir as mães, ter uma conversa informal, fazê-la sentir-se à vontade, explicar o que é o Termo de Consentimento

Livre Esclarecido, pedir que ela assinasse o termo, permitindo a entrevista dela e de seus filhos. Era a mãe quem assinava autorizando a participação de seus filhos na pesquisa, por eles serem menores de idade.

Após o Termo de Consentimento ter sido assinado, teve início a pesquisa, com as questões referentes à entrevista estruturada e, a seguir, a entrevista semi-estruturada, com as mães. Em seguida, iniciou-se a pesquisa com as crianças e adolescentes, com as questões referentes à entrevista estruturada e depois a entrevista semi-estruturada, seguida pelos jogos de sentenças incompletas e, por último, os desenhos. Todos esses instrumentos encontram-se nos anexos.

Nenhuma das participantes autorizou que a conversa fosse gravada, alegando que tinham medo de alguém ouvir e, também, que todas tinham medo do juiz.

As entrevistas foram, então, escritas, conforme pedido das participantes. A pesquisadora escreveu, na íntegra, as palavras das mães, que colaboraram falando mais pausadamente. Foi tomado o cuidado para que nenhuma informação fosse perdida.

Foi utilizado um diário de campo, para que informações dadas antes ou depois das entrevistas, como também quando a pesquisadora ia buscar a família em casa, fossem anotadas informações que, naquele momento, tivessem relevância e pudessem ser anotadas.

A entrevista foi realizada numa sala disponibilizada pela assistente social na própria unidade. Esse local tinha mesa, cadeira, silêncio, privacidade e tranquilidade para abordar questões tão sérias e importantes.

Cada entrevista semi-estruturada, aplicada às mães, teve duração média de 3 horas e, com as crianças e adolescentes, teve a duração média de 2h 30 em cada instrumento, ocorrendo que, com algumas crianças, esse tempo foi muito maior. Também aconteceu de a criança iniciar a conversa e, depois de responder algumas questões, pedir para responder as

demais no outro dia, por não querer continuar conversando naquele dia. Pedidos assim eram respeitados e a criança era levada de volta à sua residência, juntamente com seus irmãos.

A pesquisadora, quando terminava cada entrevista, fazia uma revisão da escrita e anotava informações sobre o comportamento do participante e outras informações pertinentes.

Quando, ao final do dia, com todos os participantes agendados já ouvidos, a pesquisadora fazia uma revisão do que estava escrito, lia e observava se não tinha perdido nenhuma informação dada pelo entrevistado.

As informações dadas pelos participantes, a cada dia, eram registradas no computador, em banco de dados idealizados pela pesquisadora, para que fossem digitados de forma a não perder nenhum pormenor e que, caso necessário, poderiam ser cruzados e ampliar a análise.

## ***6 - PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS***

---

## 6 - PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS

Como dito anteriormente, a análise do material fundamentou-se na associação das abordagens quantitativo-interpretativas e qualitativas. Essas duas abordagens, ainda que de natureza distintas, buscam, de forma complementar, a melhor maneira de se aproximar a uma realidade, a qual se deseja conhecer, por meio da pesquisa (MINAYO et al., 1993).

Com relação aos dados qualitativos desta pesquisa, os mesmos foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, modalidade temática de Bardin (1977, p.105). Essa análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença pode ter algum significado para o objetivo analítico escolhido, além de buscar respostas para questões. Com essa técnica, pode-se caminhar em direção à descoberta daquilo que se mostra velado nos conteúdos manifestos, indo para além das aparências do que se está sendo analisado (GOMES, 1994<sup>a</sup>, p. 70).

Foram utilizadas duas formas de análise de dados nesse estudo. A primeira, quantitativo-interpretativo, seguindo o modelo proposto por Biasoli-alves (1998). Nessa análise, a forma adequada de iniciar uma interpretação dos dados é ler e reler o material, evidenciando pontos importantes. Requer dois momentos distintos de agrupamentos: o das questões e o das respostas.

É importante que os dados obtidos e classificados sejam apreendidos pelo pesquisador, o qual vai atribuir sentido a eles. Nessa atribuição terá por base interpretações e/ou inferências advindas da literatura e do conhecimento empírico adquirido (BIASOLI-ALVES, 1998).

Após esse procedimento, segue-se para uma nova etapa que consiste na categorização das respostas, segundo um estudo detalhado e exaustivo das falas dos participantes, as quais possibilitarão a construção de categorias, a serem discutidas e analisadas (BIASOLI-ALVES, 1998).

Após a coleta de informações, a pesquisa foi submetida, também, à análise qualitativa dos dados, sobre a qual, Minayo (1996) menciona que ela contempla muito bem questões referentes, onde se trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes. Isso imprime maior relação nos processos, fenômenos que não podem ser reduzidos a operações de variáveis.

Para Bodgam e Biklen (1991), esse momento da pesquisa é o processo de busca e organização sistemática dos dados coletados, por meio das entrevistas, registro de notas no diário de campo e de componentes que fizeram parte da coleta de dados.

Essa análise, que ocorre após o término da coleta de dados, se dá à medida que os dados são lidos, sendo sistematizados e, por fim, categorizados e agrupados por temas que levem à discussão dos dados.

Para Ludke e André (1986), essa etapa de análise, após a coleta de dados, é a fase formal. Nesse momento, o pesquisador já tem as possíveis direções teóricas da pesquisa e direciona-se para leituras e trabalho dos dados da coleta, buscando destacar os principais achados e temas para as discussões.

A análise de dados desta pesquisa foi feita de duas formas distintas; primeiramente, a análise quantitativo-interpretativa das entrevistas estruturadas, realizadas com as mães e as crianças e adolescentes, e do jogo de sentenças incompletas, tendo como modelo o proposto por Biasoli-Alves (1998, p.147-148).

... este tipo de análise, no caso específico de entrevista e jogo de sentenças incompletas, prevê dois momentos de agrupamentos: o das questões e o das respostas. No primeiro é importante observar o que cada pergunta permite obter e classificar as questões segundo a proximidade de sentido nas informações que elas possibilitam (...). Encerrada esta etapa tem início a tarefa ligada à elaboração de sistemas abertos para categorizar respostas com base em inferências quanto ao seu significado.

Na análise quantitativo-interpretativa, os dados são lidos diversas vezes e, após essas leituras, são, juntamente com as falas dos participantes, categorizados e retoma-se novamente

a quantificação que, nesse momento, é caracterizada por procedimentos de tabulação de dados, calculadas as porcentagens, criadas e elaboradas as tabelas, gráficos. Para que essa tarefa possa ser realizada etapa por etapa, quando a coleta de dados foi finalizada, foi criado um banco de dados no computador para que os mesmos pudessem ser transcritos na íntegra e, também, pudessem ser visualizados de forma que cada família pudesse ser analisada em sua totalidade.

... a caracterização sumarizada nesse tipo de análise põe em evidência que, mais que simplesmente descrever, ele permite, através do trabalho sistemático operacionalizado e quantificado, encaminhar interpretações (BIASOLI-ALVES, 1998, p. 148).

As categorias são empregadas para se estabelecer classificações; nesse sentido, trabalhar com elas significa fazer agrupamentos de idéias ou expressões a partir de um conceito, capaz de abranger tudo isto e, todos os significados e expressões importantes que, a partir das classificações de cada categoria, possa dar um sentido ao que foi analisado e categorizado (GOMES, 1994, p. 70).

Para dar continuidade à análise dos dados, foi feita uma segunda análise referente às entrevistas semi-estruturadas, realizadas com as mães e com as crianças e adolescentes. Sobre os desenhos aplicados às crianças e adolescentes foi feita a análise de dados qualitativa, seguindo o modelo de análise temática descritiva de conteúdo, modelo proposto por Bardin (1977), que consiste em analisar, classificar e dividir por temas os segmentos, para dispor os dados.

Bardin (1977) preconiza que a análise de conteúdo seja realizada da seguinte forma: a pré-análise, que é a fase de organização propriamente dita; a exploração do material, que consiste em classificação e categorização e a fase de resultados obtidos, tratados de maneira serem fidedignos e significativos.

O procedimento para a análise ocorreu em duas etapas: primeiramente foram analisados os dados referentes aos instrumentos aplicados às mães. Esse procedimento teve como objetivo a melhor interpretação e contextualização das famílias que foram participantes da pesquisa.

Decidiu-se, primeiramente analisar os dados referentes às mães, tendo como objetivo saber e entender como são as famílias e, conseqüentemente, como é a vida da criança e do adolescente inserido nesse cotidiano, isso facilita no sentido de possibilitar maior visibilidade e entendimento da realidade da criança e adolescente pesquisado.

Após a análise dos dados referentes às famílias, deu-se a análise dos dados das crianças e adolescentes, tendo como início de análise a entrevista estruturada, analisada de maneira quantitativo-interpretativa e, posteriormente, passou-se para a análise das entrevistas semi-estruturadas e, após o término das mesmas, à análise dos desenhos.

O conjunto de informações coletadas constitui-se de várias páginas contendo as entrevistas semi-estruturadas com as mães e com seus filhos, inclusive as respostas dos jogos de sentenças incompletas, e outras páginas referentes aos desenhos.

Em seguida, foram feitas inúmeras leituras desse material até que surgiram os temas principais que seriam abordados na discussão e que serão discutidos no próximo capítulo.

A análise, posteriormente, teve um segundo momento de releitura, onde as informações contidas nas entrevistas foram agrupadas em temas centrais, podendo, assim, serem categorizadas.

O material utilizado para a realização dessa pesquisa consistiu de quatro instrumentos complementares, aplicados às crianças e adolescentes a saber: roteiro para realização de uma entrevista estruturada; roteiro para realização de uma entrevista semi-estruturada, jogos de sentenças incompletas e aplicação de desenhos.

Com relação às famílias (Mães), o material utilizado foi composto por dois instrumentos complementares: roteiro para a entrevista estruturada e para a semi-

estruturada. Necessitou-se ainda de um diário de campo e uma agenda para anotar as datas e horários para as entrevistas e outras informações importantes e pertinentes; de material de escritório; de um veículo para que a pesquisadora pudesse ir buscar as famílias em suas residências, além de inúmeras fotocópias para os instrumentos.

O primeiro instrumento de coleta de dados foi a entrevista estruturada, aplicada às mães e, após o término, iniciava-se a entrevista semi-estruturada.

Após a aplicação dos instrumentos com as mães, tinha início a sua aplicação com as crianças e adolescentes, segundo ordem: primeiro, a entrevista estruturada, seguido da semi-estruturada, pelos jogos de sentenças incompletas e, por último, os desenhos.

A aplicação dos jogos de sentenças incompletas é o instrumento em que o entrevistador lê para o participante as sentenças, tendo-o instruído, previamente, para responder completando as sentenças com a primeira frase que lhe ocorrer, sem nenhuma preocupação com a forma da resposta, concordância verbal, extensão da frase, ou palavras erradas que possa estar usando ou ainda com a exatidão das respostas. Nesse instrumento não há respostas certas ou erradas. Tudo é passível de categorização e análise.

Trata-se de instrumento que não exige muito esforço do participante da pesquisa; é de fácil e rápida aplicação, possibilitando densidade de conteúdos pelo fato de se estar trabalhando com crianças e adolescentes, inseridos em famílias onde a violência se faz presente.

O último instrumento a ser coletado foi o desenho, o qual foi aplicado em crianças e adolescentes. O desenho era a eles mostrado e se propunha três questões, que seguiam sempre a mesma ordem. Somente após o término da primeira pergunta, iniciava-se a segunda e, assim por diante.

A seguir serão apresentados os resultados e discutido cada instrumento, iniciando-se pela apresentação da entrevista estruturada com as mães.



## ***7 - RESULTADOS E DISCUSSÃO***

---

## 7 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 7.1 - Entrevista estruturada com as mães

Apresentar-se-á a seguir os resultados e discussões referentes às entrevistas estruturadas com as mães, primeiro instrumento utilizado nesta pesquisa.

As famílias que participaram desta pesquisa são chamadas de mães, pois foram elas que fizeram parte da pesquisa, não havendo nenhuma entrevista realizada com o pai.

As entrevistas foram realizadas com 17 mães, participantes desta pesquisa, e na Tabela 3, a seguir pode-se observar como é composta cada família participante desta pesquisa; são famílias onde há a presença de vários filhos.

Iniciou-se a apresentação dos resultados pelas mães, por considerar que deixaria a pesquisa mais ilustrativa dentro do contexto familiar.

A seguir, as famílias

Tabela 3 – Famílias participantes da pesquisa, quantidade de filhos por famílias e quantidade de filhos entrevistados por família

Famílias entrevistadas	Total de filhos na família	Quantidade de filhos entrevistados
1	11	9
2	3	2
3	5	3
4	3	2
5	8	6
6	2	2
7	5	3
8	4	3
9	8	7
10	3	3
11	4	2
12	8	6
13	5	4
14	4	3
15	13	11
16	7	5
17	7	7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>77</b>

A tabela acima demonstra que a média de filhos por família é de 5,9, sendo que a família que tem maior número de filhos possui 11 filhos e, a menos numerosa, tem 2 filhos.

Tabela 4 - Escolaridade das mães que participaram da pesquisa

Escolaridade	Quantidade	Percentual
Analfabeta	7	41,18
Semi-analfabeta	4	23,54
Ensino fundamental incompleto	2	11,76
Ensino médio incompleto	2	11,76
Ensino médio completo	2	11,76

A tabela acima demonstra como é a situação do nível de escolaridade da amostra das mães pesquisadas e, como pode-se observar, a maioria é de analfabetas (41,2%), seguido de mães que são semi-analfabetas. A diferença existente entre as analfabetas e as semi-analfabetas é que essas sabem apenas escrever seu próprio nome e conhecem o dinheiro. É uma triste realidade que se apresenta e essa pode ser a razão de muitas das crianças e adolescentes, filhos dessas mães, não irem à escola.

A baixa escolaridade está presente em 88,3% das mães.

Tabela 5 - Relação das mães que possuem trabalho remunerado

Condição de trabalho	Quantidade	Percentual
Trabalha (diarista e faxineira)	09	53
Não trabalha	08	47

O que se observa acima na tabela é que a grande maioria das mães trabalha fora de casa (53%), e, desta forma, tornam-se as principais provedoras dos filhos e da casa. O trabalho que exercem é de diarista e faxineira que, na prática, são a mesma atividade, mas algumas participantes se referem como sendo diarista e outras como sendo faxineiras, sendo que ambas exercem essa atividade em casa de família, três vezes por semana.

A renda dessas famílias é complementada por programas sociais que o governo federal e estadual financiam, atribuindo formas diferenciadas de ajuda ou auxílio, que são direcionados ao CREAS, sendo que cada unidade atribui às famílias que necessitem, mediante visita às mesmas.

Tabela 6 - Relação dos maridos/companheiros que possuem trabalho remunerado

Condição de trabalho	Quantidade	Percentual
Trabalha	8	47
Não trabalha	9	53

A tabela acima mostra os dados referentes aos maridos/companheiros que exercem alguma atividade remunerada, ficando evidente que a grande maioria não trabalha (53%). Essas informações foram fornecidas pelas esposas/companheiras, no momento da entrevista estruturada.

Tabela 7 - Relação dos maridos/companheiros que colaboram nas despesas da casa

Condições da ajuda	Quantidade	Percentual
Ajudam sempre	5	29,4
Não ajudam	8	47,1
De vez em quando	4	23,5

A tabela acima revela dados referentes aos maridos/companheiros que colaboram nas despesas de casa, quando estão trabalhando, ou fazem algum bico, e o que fica claro é que 47,1%, não ajudam e não colaboram nas despesas de casa, cabendo à mulher toda essa responsabilidade. Essas informações foram passadas pela mulher, no momento da realização da entrevista estruturada.

Como pode ser observado, com esses resultados, as mães, em sua grande maioria, trabalham fora, assegurando o sustento para seus filhos e familiares; elas têm a renda familiar completada por auxílios dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Cabe à mulher ser provedora, ser mãe, e cabe a ela também administrar uma família sozinha, pois os homens não contribuem em quase nada para a manutenção da casa. Conforme declarado pelas mães, o homem tem o hábito de levar coisas, presentes e dar dinheiro. Quando têm filhos, não cuidam do filho(a) de outro pai, mesmo convivendo com ele diariamente. As crianças se referem muito a essa atitude do pai e a mãe também ressalta isso durante a entrevista.

## 7.2 - Entrevista semi-estruturada com as mães

As entrevistas semi-estruturadas foram divididas em temas a serem analisados e o primeiro será a infância com violência.

Nesta categoria de respostas, as mães se referem à infância que tiveram e à relação dos seus pais com os filhos e com a mãe. Relatam que presenciaram, na infância, muitos episódios de violência entre os pais e também sofreram essa violência de forma muito grave, sendo algumas até hospitalizadas, em decorrência da violência sofrida.

Essas mães afirmam também que cresceram em meio à violência, discussão e muitas brigas entre seus pais, afetando a infância de cada uma, pois a violência também era sofrida por elas, o que prejudicou suas vidas de maneira muito significativa. Muitas afirmaram terem saído de casa em função da vida que levavam em família e foram para a rua, onde conheceram outro tipo de violência, muito mais destrutiva, mas não encontraram o que buscavam: liberdade e paz. A fala abaixo expressa o pensar de uma mãe.

*(...) infância, não tive não, minha vida foi um inferno, fui pa rua e aí vi que o inferno é pior, apanhava da polícia, fui estuprada e violentada, mexi com droga, peguei AIDS. Minha mãe me odeia e não me ajuda. A rua foi pior que meu pai e sua violência, sofri o diabo em casa e na rua, infância e vida de criança nem sei que é isso (M-6) \**

---

\* M refere-se à mãe e o número 6 à ordem cronológica da realização da entrevista.

Mulheres que não tiveram infância sentem-se abandonadas, com medo de tudo, não têm estudo, não possuem estrutura para terem família; seus filhos sofrem o que elas sofreram em sua infância, não conseguem agir de forma diferente, preocupam-se muito com seus filhos, para que não passem por todas as situações que elas passaram, mas não sabem o que fazer.

Para essas mães, a infância foi repleta de violência, de situações vividas por suas mães e observadas por elas, filhas. Diante disso, elas não querem que os filhos também sofram, pois a vida de cada uma foi muito ruim.

Desde cedo aprenderam a conviver não apenas com a violência, mas também com a presença do álcool e, muitas vezes, com a droga.

*(...) meu pai bebia e batia na mãe, espancava ela, que quase matava de pancada, ele bebia, ficava bêbado e batia na gente, os fio apanhava até caí no chão, não quero isso pos meus fio, é ruim não tê infância, não sê feliz, só tive pancada e vi minha mãe ficá que nem morta no chão (M-12).*

Essas mães preocupam-se com os filhos quando dizem que não querem que eles passem pelo que cada elas passaram. Isso ficou claro em todas as entrevistas, no entanto, elas não conseguem romper com esse ciclo de violência e fazem com seus filhos o que elas presenciaram na infância: a violência, agressão, bebida, brigas e, por alguma razão, que não dá para explicar pelos resultados obtidos nesta pesquisa, essas mães sujeitam-se a terem a vida que suas mães tiveram e dão a seus filhos a mesma violência que receberam.

Para essas mães, a infância é o retrato da dor, humilhação e violência. Nunca tiveram chance de estudar, na infância, pois, a maioria dos pais não deixava seus filhos irem à escola, pois queriam que eles trabalhassem e trouxessem dinheiro para casa, e

*(...) o dinheiro eles gastavam na bebida e chegava em casa bebo e batia (M-7).*

*(...) nunca estudei e nem sei lê e escrevê, não quero isso pos meus filhos, o pai dizia que só podia trabalhá, não deixava sî de casa, ficava preso em casa, meu irmão quando cresceu batia no pai e não aceitava a braveza do pai, ele batia no pai até o pai caí, o pai tinha medo dele (M-3).*

Pode-se observar, pelas falas, que são mulheres que não tiveram infância e sofreram muito, e hoje não conseguem perceber que estão fazendo o mesmo com seus filhos, pois elas próprias admitem que batem quando precisam, mas não se referem à força nem à violência contra os filhos.

Está-se falando, aqui, de famílias em que a presença de violência existe e que essas crianças estão crescendo e se desenvolvendo em ambientes desfavoráveis e pouco saudáveis. A criança e o adolescente necessitam de ambientes seguros para se desenvolverem e não é isso o que, muitas vezes, ocorre. Ao contrário, a violência faz parte da vida de gerações, sendo passada de mãe para filhos ao longo dos tempos, repetindo o que viveu em sua infância e prejudicando a socialização e o desenvolvimento dessa criança.

As mães de hoje já foram crianças. Quando se fala de criança, tem-se que pensar que, ao nascer, ela é inserida dentro de um contexto familiar e irá fazer parte de ambientes formados por crença, culturas, pensamentos já prontos e estabelecidos.

A criança, em seu processo de desenvolvimento e socialização, começa a adquirir conceitos e passa a conviver e compartilhar com seus pares, faz trocas dentro desse aprendizado e isso ocorre de forma natural.

Newcombe (1999, p. 338) diz que “socialização é o processo pelo qual as crianças adquirem comportamentos, habilidades, motivações, valores, convicções e padrões que são característicos e desejáveis em sua cultura”. E é por essa razão que a família é considerada como agente primário na socialização e, assim, molda comportamentos, a personalidade e transmite valores.

É na família que a criança começa a aprender a viver em grupo, a entender as diferenças individuais e ter segurança para conviver em sociedade. Para que isso ocorra de maneira saudável, torna-se imprescindível que a família forneça os subsídios necessários para um desenvolvimento saudável.

Também é importante enfatizar que os adultos significativos são modelos para a criança, ou seja, ela adquire muitos comportamentos tomando por base a forma dos pais agirem.

O enfoque, portanto, que coloca a socialização acontecendo ao longo de toda a vida da pessoa, está fundamentado em uma visão de influências bilaterais; o adulto ensina àqueles de gerações mais novas, por meio de tarefas propostas, das atitudes e valores que passa e é, ao mesmo tempo, ensinado por elas, quer no seu papel, quer na revisão dos seus códigos de normas, ao deparar-se com as reações e necessidades de seus filhos (BIASOLI-ALVES, 1997).

No processo de educação da criança é importante que ela tenha um bom relacionamento com os pais e receber deles afeto e estímulo, indicando-lhe suas competências, porque, a partir daí, ela irá desenvolver auto-estima positiva e sentir-se-á segura com suas habilidades.

De acordo com a literatura, a criança, quando cresce e se desenvolve, criando vínculo positivo, tende a se comportar de forma mais tranqüila, mantendo bons relacionamentos tanto com os adultos, quanto com seus pares.

A criança que vive a violência acredita que a vida é assim e que ela não tem direito a ser feliz.

*(...) minha vida só tem tristeza, foi assim desde cedo, só apanho, trabalho, não tenho nada, bato nos fio pa desconta as mágoas da vida, e bato muito, as veiz, por que tô com raiva e bato nele desconta no meus fios as tristeza da vida, as veiz, penso em morrer, nada é feliz (M-17).*

*(...) meu pai me vendeu por uma garrafa de cachaça, eu tinha 13 anos, ele era bem mais velho e só queria sexo, o dia todo, eu tinha dor, nojo dele e vergonha de transá toda hora no banheiro, o quarto não tinha porta, sofri muito na mão desse homem, não penso em nada bom para mim, e meus fio, não sei lê, sô triste, tenho vontade de morrer, passei de mão em mão, o pai me vendeu, isso é triste, é a vida, não da pa se feliz, sofri e sofro muito (M-7).*

Essas mulheres não esperam nada que seja positivo da vida. Perderam a esperança há muitos anos, em razão de tudo que vivenciaram em sua infância, deixando marcas bem profundas. Como fica a vida dessas crianças quando passam por situações tão graves e que deixam marcas? Como essa criança será quando crescer?

Como fica a socialização, o desenvolvimento seguro, tranqüilo e com amor, carinho que os pais deveriam ter para com seus filhos? Como a criança, que hoje apanha e tem a infância com vivências de violência, será amanhã com seus filhos? Os resultados até aqui apresentados parecem mostrar que a criança de ontem, mãe de hoje, irá repetir o que viveu em sua infância.

O segundo tema a ser discutido será a violência física entre o casal. A presença dessa forma de violência doméstica contra a mulher foi verbalizada por todas as participantes da pesquisa, as quais mencionaram apanhar muito e de forma muito intensa; as agressões são tão fortes que o espancamento, a que o homem submete a mulher, a leva para o hospital onde, freqüentemente, fica internada ou, quando não fica, é porque pede para ir embora, omitindo do médico a razão e a causa dos ferimentos:

*(...) eu apanho todo dia, já fui po hospital toda machucada, oia aqui minhas pernas (pede para que a pesquisadora olhe as pernas todas marcadas por pauladas, e suas costelas quebradas), ele me deitô no chão e me quebrou toda, dói muito, não fui no médico, tive medo, de deixá os fio com ele (ela tem 13 filhos), ele tá doído, bate e machuca, tenho dor, ele bebe e a pinga deixa ele assim (M-15) (começou a chorar, e estava toda machucada e se recusou a ter ajuda).*

Badinter (1986, p. 23), em seu livro *Um é o Outro*, faz uma análise do relacionamento homem-mulher e diz

Para todos os lugares que olharmos, o homem e a mulher não são apenas diferentes, mas se completam tão bem que, juntos são quase todo-poderoso: senhores da vida, artesãos de sua sobrevivência, de seu prazer e do calor afetivo necessário. Separados Um do Outro, parecem ao mesmo tempo inúteis e em perigo de morte, como se apenas a unidade dos dois tivesse sentido e eficácia. Um deve esposar o Outro e colaborar com ele para que a humanidade fique completa, isto é, realizada, acabada perfeita. Nada indica *a priori* a supremacia de Um ou a menor necessidade do Outro.

Dirigindo a atenção para o tipo específico de violência que é a doméstica, assume-se inicialmente a grande complexidade do tema, porque ele diz respeito, ao mesmo tempo, à alguma coisa que acontece no espaço do privado, sendo, então, restrito às pessoas que dele fazem parte, mas que tem todo um entrelaçamento com o social.

Assim, de um lado há a família, instituição que sofre mudanças constantemente, a começar pelo seu tamanho, pelos papéis atribuídos ao homem e à mulher, aos adultos e às crianças, mas que se constitui agrupamento estável ao longo das sociedades e dos tempos, fundado na responsabilidade pelo cuidado e educação das gerações mais novas.

Saffioti (1997, p. 85) afirma que

A violência doméstica ocorre numa relação afetiva cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que isso ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e retorno a ela.

É fácil, nesse caso, perceber que se está diante de uma contradição, porque o imaginário social vê a casa como lugar seguro, tranquilo, onde o ser humano inicia seu desenvolvimento, pode se sentir à vontade e protegido, formando sentimentos, as primeiras relações afetivas, assimilando modelos; assim, quando, nessa família, a violência se faz presente fica muito mais difícil reagir e até mesmo entender a situação porque a pessoa foi ensinada que é nesse ambiente que ela terá amor, carinho e proteção. Por essa razão é que Saffioti (1997, p. 53) diz

(...) as pessoas sentem-se envergonhadas de admitir, mesmo para amigos, que um membro de sua família pratica violência. Assim, qualquer que seja a modalidade de violência, geralmente se forma em torno dela uma conspiração do silêncio. Ninguém fala sobre o assunto.

Torna-se, pois, quase inacreditável pensar que, dentro de seu lar, a mulher esteja à mercê de um companheiro agressivo; isso contraria o que se poderia esperar, uma vez que esse espaço é visto como sagrado.

Saffioti (1999, p. 23) diz que “de qualquer maneira, a violência doméstica pode ter causas muito mais profundas do que o afloramento de raivas e tensões”, colocando como fator de manutenção do *status quo* a grande dependência que a mulher manifesta em relação ao homem, mesmo quando não existe a necessidade de ser por ele sustentada. Ela afirma que

A ambigüidade da conduta feminina é muito grande e compreende-se o porquê disto. Em primeiro lugar, trata-se de uma relação afetiva, com múltiplas dependências recíprocas. Em segundo lugar, raras são as mulheres que constroem sua própria autonomia ou que pertencem a grupos dominantes. Seguramente, o gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia (p. 88-89).

Ainda, dentro desse tema, Ricota (1999, p. 14) diz

Muita coisa num lar deixou de ser suprida, e não estamos falando de bens materiais. O lar, que seria o local para a construção da matriz da família – favorecendo assim o desenvolvimento psicológico, emocional e social de seus membros deixou de ser, para muitos, o ninho que deveria promover acolhimento, aconchego, conforto, confiança e afeto. É muitas vezes este modelo familiar em que o casal está inserido, construindo um padrão de relacionamento baseado na ameaça, na desqualificação, no ciúme, na competição, na traição: não há espaço para aceitar o/(a) parceiro como ele é. E, essa intolerância torna-se também uma dificuldade no entrosamento afetivo, pois não se respeitam as diferenças individuais, rejeitando-se anulando-se o outro, estabelecendo-se um vínculo no qual um dos parceiros se coloca como superior, e não como igual.

Isso leva a que se indague quais seriam as conseqüências da violência contra a mulher pelo seu marido/companheiro.

A literatura tem sido enfática ao relatar que uma das conseqüências da violência é que ela deixa marcas importantes, gera feridas que comprometem a auto-estima, os relacionamentos futuros.

O trecho publicado pela Sempre Viva Organização Feminista, em 1998, é bem contundente

Quando um homem espanca uma mulher, mais do que o seu corpo, o que ele espanca são ilusões, sonhos, projetos investidos na relação. Quanto mais frágil, mais desprotegida e sem recursos é a mulher, mais ela conta com o marido como protetor, mais importância ela atribui à casa como um lugar seguro. Quando essa “ordem natural das coisas” se rompe o perigo passa a viver dentro de casa pelas mãos do protetor, instala-se o pânico, como se o chão lhe fugisse debaixo dos pés. Sem protestos, sendo agredida, só lhe resta enfrentar sua própria situação, esquecer os heróis novelescos que prolongam, os príncipes encantados da infância, e enfrentar a vida real.

A presença da violência física entre o casal é algo que destrói o relacionamento e que, na maioria dos episódios, os filhos presenciam e muitas vezes apanham junto. Assim, as sequelas da violência para a mulher, além de deixarem profundas marcas em seu corpo, destroem seu emocional.

Essas mulheres crescem em lares tendo famílias que não proporcionaram a elas, quando crianças, desenvolvimento saudável e protetor, se tornam adultas fragilizadas, muitas vezes depressivas e que, infelizmente, em meio a tanto sofrimento no passado, em momento que necessitavam de carinho, amor, atenção, proteção, não encontraram. Cresceram presenciando violência, agressões, brigas e, depois, adultas e, algumas, repetem esse ciclo ao se unirem a companheiros violentos, permitindo bater e agredir seus filhos, sem saber o que fazer para que tudo isso tenha um fim.

O terceiro tema a ser considerado é a presença de bebida alcoólica nos episódios de violência ocorridos na família. As mães que fizeram parte dessa pesquisa deixam claro, em suas entrevistas, o quanto a bebida é fator importante nos episódios de violência vivenciados pelo casal

*(...) quando ele bebe, fica violento, e começa a bate (M-12).*

Para as mulheres, o fato de que seus maridos batem e ficam violentos está relacionado ao uso de bebidas alcoólicas como fator desencadeante para a violência. Na concepção delas, se eles não bebessem não ficariam agressivos e a violência não existiria.

*(...) ele só bate, porque bebe (M-1).*

*(...) eu acho que ele não ia bate em nós, se não bebesse pinga, a pinga deixa ele doido, aí, pertuba nós e os fios, bate, quebra tudo em casa, não tenho coisa em casa, ele quebra quando bebe pinga, a violência que bate em nós vem da pinga, sem pinga ele é um bom marido (M-1).*

Como se observa nessa fala, a justificativa que essas mulheres apresentam para a violência que sofrem está relacionada à bebida que seus maridos fazem uso. Mas, o contraditório dessa fala, é que as mães bebem e também ficam violentas quando o fazem. Os filhos, durante as entrevistas, foram claros ao dizerem que, suas mães bebem pinga ou cachaça como outros, referindo-se à bebida alcoólica. As mães não admitem que bebem, em nenhum momento da entrevista, mesmo em alguns casos, tendo comparecido à entrevista cheirando pinga e chupando bala de hortelã, para disfarçar o cheiro. Em alguns destes casos, em função disso, a entrevista nem pode acontecer, pois o cheiro era extremamente forte.

Em todas as entrevistas, as mães se referem ao uso da bebida alcoólica por parte dos companheiros e dizem também que os pais de seu marido bebiam e também eram violentos e que, talvez por isso, o marido aja assim.

*(...) o pai e a mãe do meu marido bebia muito e espancava ele ele foi morá no abrigo e lá foi violentado ele é assim por causa disso, minha mãe e pai também bebi e sempre bateu nos fios aí noís fugia pa rua e só voltava a noite bem tarde (M-11).*

Essas falas mostram que a presença da bebida na vida dessas pessoas existe desde sempre e que, ao final, acaba tornando-se um ciclo de repetição; a mãe e o pai bebem, os filhos aprendem a beber vendo os pais bebendo, aprendem a ser violentos, pois vêem os pais serem violentos, ou aprendem com os pais, como eles próprios disseram ao observarem os desenhos. Isso será discutido mais à frente, quando forem apresentados os resultados referentes às crianças e aos adolescentes.

Essas famílias parecem estar sendo destruídas pelo uso de bebida alcoólica, por seus pais, os filhos ficam à mercê da vida, enquanto seus pais caem na rua por causa da pinga, tal como foi dito, por um filho, na entrevista.

*(...) meu pai e mãe bebe e cai na calçada, tenho vergonha, e ajudo ela a levanta e choro (E-67).*

Na família, a presença do álcool é muito grave, pois deixa os filhos sempre em alerta no momento em que seus pais chegam em casa, para perceber se estão bêbados ou não,

*(...) o pai manda eu comprar cachaça e aí sei que a violência vai começar, ele bate na mãe, quebra tudo e bate em nós, fica doido e tenho medo (E-69).*

A fala acima ilustra o quanto é grave a presença do álcool no contexto familiar. O próprio filho vai ao bar comprar a cachaça que o pai vai beber e, depois de beber, vai ficar violento, agressivo, com a mãe e com os filhos, quebrando tudo o que há em casa,

*(...) meu pai faz uma quebradeira, quando bebe (E-69).*

A situação é péssima, pois o filho é quem traz para casa o motivo que leva à tanta destruição, sendo que, para eles, sem a bebida, a violência não ocorreria. Como será que fica no imaginário dessa criança ou adolescente, ir até o bar comprar a cachaça e o pai ficar transtornado na frente dos filhos e da esposa, iniciando episódios de violência? Isso é um ponto importante a ser pensado, pois situações como essas ocorrem diariamente no cotidiano dessas famílias, nas quais há presença da violência doméstica contra a mulher e seus filhos.

O álcool<sup>5</sup> surge em outras pesquisas como sendo um dos desencadeantes das situações de violência (JONG, 2000; CONRADO, 2001). É fato que ele faz com que o agressor tenha perda temporária de controle, contudo, na pesquisa de Conrado (2001) e Langley e Levy (1980), não fica claro porque os homens bebem, se por motivos outros ou se para ter permissão social para praticar a violência.

A questão da bebida, entretanto, pode e deve ser analisada incluindo o contexto em que o homem costuma beber, considerando tudo o que ocorre na situação dele estar sentado no bar com seus amigos/companheiros, tomando cerveja ou pinga. É fato que, nessa hora, ocorrem muitas conversas. Oliveira (2001) relata, em um dos casos que analisou no seu

---

<sup>5</sup> Este texto teve como base a dissertação de mestrado “Estudo sobre relatos de violência contra a mulher, segundo denúncias registradas em delegacia especializada na cidade de Goiânia-Goiás, nos anos de 1999-2000”, de autoria de Mírian Botelho Sagim.

mestrado, a fala de um homem que afirma, claramente, chegar em casa “de cabeça cheia”, já desconfiando de sua mulher porque os seus “parceiros de mesa” diziam que ele deveria prestar mais atenção porque ela tinha saído muito arrumada, ou tinha sido vista em tal e tal lugar. Portanto, parece que não se trata apenas da bebida que o deixa violento, libera seu controle (conforme assinala AZEVEDO, 1985), mas, e sobretudo, porque, no bar, além de estar junto a seus iguais, podendo usufruir de um tempo em que o comando sobre sua vida é inteiramente seu, ainda ocorre de lhe “darem razões” para chegar em casa numa posição de ataque (que, enquanto mecanismo de reação, é a melhor defesa, segundo Biasoli-Alves (2000)).

No estudo realizado por Vargas e Zago (2005), aparece o sofrimento da esposa que convive com o marido alcoólatra. Para a mulher, é um sofrimento viver com alguém que bebe, e com isso, gera violência e causa danos à estrutura da família.

Para Salcedo e Carvalho (2005), o álcool é responsável por vários episódios de violência contra crianças que acabaram indo a óbito e por conseqüências graves à saúde de seus filhos, como também a violência doméstica contra a mãe.

A conseqüência da presença do álcool para o cotidiano das famílias, no qual ele se faz presente, é que, além da violência instalada, pode também gerar sentimentos negativos com relação a seus filhos que buscam a bebida para seus pais.

O quarto tema a ser discutido, referente às entrevistas semi-estruturadas, realizadas com as mães, é a presença do ciúme como um dos motivos que levam à violência.

A presença do ciúme do marido com relação à sua esposa aparece em todas as entrevistas realizadas com as mães. Elas dizem que os maridos são ciumentos e, quando sentem ciúmes, brigam e ficam violentos. Segundo as mesmas, não existe razão alguma para que sintam ciúmes delas, mas que, ao sentirem, tornam-se violentos e que as suposições seriam uma justificativa para a violência praticada.

As falas deixam claro o ciúme como sendo fator que gera episódios de violência de ambas as partes.

As mães relatam que não podem fazer nada sem dar satisfação de onde estão indo e por quê.. Essas mulheres, quando saem para trabalhar, têm que ter hora para voltar e, caso atrasem, não importa qual a justificativa dada, a briga e a violência irão ocorrer,

*(...) onde se teve que demoro pa chegar, tava me chifrando né sua vagabunda (M-12).*

Para seus maridos parece que, por algum motivo não claro nessa pesquisa, tudo é razão para que as mulheres os traiam. A insegurança é tamanha que chegam a cometer atos graves de violência e até atentam contra a vida da própria esposa,

*(...) ele tentô me matá, pois fogo na casa com nós tudo dentro, ele tem ciúme doentio, diz que os fio não é dele, ele não trabaia e nem deixa eu trabaia, ele já tentô me matá e os fio também, tudo por causa do ciúme (M-1).*

Segundo as entrevistadas, não existe nenhum motivo para que seus maridos procedam dessa maneira e, ao fazê-lo, eles as humilham e cometem atos impensados de violência, podendo até mesmo, causar a morte das mesmas, por motivo fútil e sem que tenham qualquer prova da traição da mulher.

Essa questão é muito séria, pois atinge os filhos também, uma vez que os atos de violência têm início contra a mulher e, posteriormente, chegam até aos filhos.

As mulheres sofrem muito com essa situação, pois não é só a violência que ocorre por causa do ciúme do companheiro, mas, a vergonha e a humilhação são bem piores, segundo relatam,

*(...) ele me xinga na rua, diz que boto chifre nele e transo com os amigo dele, diz isso gritando na rua, na porta do meu trabaio, é muito pior que apanhar, dói muito, não é verdade (M-10).*

O ciúme das mulheres em relação a seus maridos também existe e, em muitos casos são exacerbados e acabam por levar a mãe para a delegacia e os filhos para os abrigos de menores; tudo em razão de brigas entre a mãe e o pai, por causa do ciúme que ambos sentem um pelo outro,

*(...) minha mãe morre de ciúme do pai, ela odeia a vizinha que ela fala que gosta do pai, chama ela de macaca feia e véia, e um dia ela foi na porta da casa da muié e deitô na rua, abriu as pernas sem calcinhas e tirô a saia só pa vizinha vê que ela é muié e pa ela pará de dá em cima do meu pai, a polícia veio e minha mãe foi presa e nós fomo tudo po abrigo (E-66).*

*(...) eu morro de ciúme do meu véio, a macaca da vizinha dá em cima dele e ele fica oiando pa ela, aí eu parto pa cima dela, sô muié por que oia pa ela, sô muié também, oiá pa mim não sô muié, a macaca é preta e feia, fui presa por causa dela, por atentado violento ao pudor, abri as perna pa ela vê que sô muié e tenho tudo no meio das pernas (M-16).*

Esse relato mostra que o ciúme pode ser oriundo de ambos os lados e que sempre irá chegar até aos filhos, prejudicando-os e dando-lhes o péssimo exemplo de conduta que uma mãe e pai devem ter.

As mulheres alegam que seus maridos têm ciúmes injustificados e que agem assim por não terem o que fazer no seu dia-a-dia, não trabalhando e tendo tempo para pensar besteiras sobre elas,

*(...) ele não faiz nada aí fica pensando bobage, tinha que procura trabaio, aí parava com essa besteira (M-15).*

A vida dessas famílias parece ser comprometida pelo ciúme porque isso gera episódios de violência sem fim, uma vez que sempre há um motivo para terem ciúme.

*(...) meu marido não faiz nada o dia todo, por isso me vigia, me leva e busca no emprego todo dia, não posso saí sozinha, tenho que fazê tudo que ele pede, até na cama, se não ele fala que vai saí com outra e me deixá, aí faço mesmo sentindo dor, tem que fazê sexo todo dia e sempre que ele quer, se não diz que tô dando pa outro, ele tem ciúme que eu trai ele (M-14).*

Como pode ser observado, as razões apresentadas pelo ciúme, são várias e sempre acabam de forma negativa, com episódios de violência contra a mulher e contra seus filhos.

A alegação de que o motivo para o ato de violência é o ciúme que o agressor tem da vítima apresenta conotações diversas, de um lado e do outro. Pode-se, primeiramente, focalizando o masculino, pensar que a mulher está sendo vista como objeto sobre o qual o homem tem inteiro poder, é dele, e, nesse caso, ninguém mais pode se aproximar.

Do lado feminino, há dois aspectos, até contraditórios, porque incomoda, tira a liberdade, mas é também indicativo de que ela se constitui em algo importante para o seu marido/companheiro, que não a quer dividir com ninguém, mesmo que isso não corresponda à realidade. Em outras palavras, a mulher pode sentir-se valorizada pelo ciúme do marido, construindo para si a imagem de que é indispensável na vida dele e que o exagero leva-o a agredi-la por medo de perdê-la.

*(...) meu marido diz que não vive sem mim, por isso o ciúme é muito forte, eu só boa pá ele, ele é violento, por que diz que não vive sem mim, é bom isso, só que as veiz ele fica muito bravo, mais é ciume, medo de me perdê, e isso é amor, é bom né (M-16).*

Assim, a relação violenta vivida parece ser multifacetada, tanto no que diz respeito aos motivos, quanto à participação de cada um na manutenção da situação.

O quinto tema vai discutir a interferência dos filhos nos episódios de violência entre os pais.

A questão da violência contra a mulher não escolhe cor, raça, credo religioso, cultura, condição social, nacionalidade; e um fato nos mais diversos grupos sociais.

Pode-se, assim, afirmar que o problema da violência é muito difundido e antigo, o que o coloca também como assunto discutido por muitos, pesquisado por grupos de diferentes áreas, mas, ainda, sem compreensão mais ampla, capaz de auxiliar na sua prevenção.

No Brasil, a discussão a respeito da violência doméstica é facilmente datável no início, em 1980, quando ocorre uma sucessão de crimes que tiveram repercussão nacional: inicialmente o “crime de Búzios”, logo seguido por mais dois assassinatos de mulheres em Minas Gerais; as três vítimas pertenciam à classe média alta e os agressores eram seus maridos, o que fez ganharem a mídia e passarem a influir na opinião pública.

Espera-se que seja o lar, o local de proteção, de afeto e de cuidado. Quando ocorre o contrário, há estranheza, pois este se torna espaço de violência e agressão.

A violência é algo muito grave que pode ocorrer a qualquer momento, sem que a vítima, no caso, a mulher, perceba quando os episódios terão início. Não se pode deixar de lado a possibilidade de que, muitas vezes, a violência entre membros do casal vem acompanhada daquela que se dirige à criança e ao adolescente, que, de alguma maneira, interagem com a situação.

A violência doméstica contra a mulher assume caráter ainda mais sério, quando os filhos ficam como observadores do que ocorre. Nesses casos, eles encontram-se diante da possibilidade de aprenderem comportamentos inteiramente inadequados como se fossem os corretos ou de desenvolverem sentimentos de impotência e revolta. Além disso, as mães correm o risco de danos físicos, dependendo do local do corpo atingido pelo ato.

Segundo Jouriles et al. (2001), a criança não precisa observar a agressão para ser afetada por ela; esses efeitos ocorrem mesmo quando ela apenas vê ou ouve um incidente com a mãe, vê o resultado, as marcas, ou vivencia seu efeito quando interage com seus pais (HOLDEN, 1998).

A criança, não necessariamente, precisa estar, de fato, presenciando as cenas de agressão entre seus pais para sentir-se exposta à violência. Ela é afetada de todas as formas, independente de presenciar o que ocorre. Ela é afetada e sofre da mesma maneira como se tivesse sido maltratada. Crianças e adolescentes que vivem em ambientes, onde a violência

ocorre, sofrerão muitos danos psicológicos e emocionais, que poderão afetar seu desenvolvimento.

As mães sempre deixaram evidente o fato de os filhos não apenas assistirem as cenas dos episódios de violência contra ela, como também interagem de muitas maneiras diferenciadas, nas quais irão interferir a favor da mãe para que esses episódios tenham um fim, evitando que a mãe saia tão ferida ou espancada, como eles sempre têm o hábito de presenciar.

Elas relatam que o filho sempre está perto ou escuta quando as discussões têm início e colocam-se frente ao pai, protegendo-a para que ela não apanhe.

*Meu filho sempre assiste a violência do pai, ele começa a me batê e meu filho entra no meio da briga, e começa a gritá com o pai, xingá, bate no pai com a vassoura, e joga água, faz de um tudo pá que ele pare de me batê, ele chora muito quando vê a violência, fica desesperado querendo ajudá, entra no meio de nós dois e apanha junto, o pai não para de me batê por que o fio pede, ele nem vê o fio, só xinga o menino, e continua batendo e espancando eu e o fio, meu fio sofre muito com isso, e pede po pai i embora de casa (M-13).*

O que se observa acima é o desespero e a frustração do filho fazendo de tudo para ajudar sua mãe, para evitar que ela seja espancada, tal qual ele está habituado ver. Como, no entanto, não consegue cessar a violência, acaba apanhando junto e pedindo à mãe que mande seu pai embora. Para a mãe, ouvir um pedido assim de seu filho não deve ser nada fácil.

Para o filho, assistir e interferir nos episódios de violência entre seus pais, é muito difícil, pois, por mais que ele tente ajudar, não consegue e como são episódios repetitivos, ele sempre precisa de alguma estratégia, no sentido de ajudar e proteger a mãe.

*Meu filho sofre tentado me ajudá, ele pega a mangueira e vai pá cima do pai, pega pau, bate na cabeça do pai, faz isso pô pai não me machucá, ele tenta me protegê, pá não me vê machucada, ele sempre vê o pai judiá de mim, e fico sempre muito machucada, ele espanca e vô pô hospital, e os fio vê e ficam com ódio do pai, fala que quando cresce vai matá o pai, e não vai deixá mais ele bate em mim, nem nos fios (M-14).*

A presença da violência, na frente dos filhos, acaba gerando sentimentos de ódio e raiva pelo pai; os filhos acabam experimentando sentimentos negativos que os fazem pensar em se vingarem quando forem maiores, dizendo que, quando forem grandes, o pai não encostará mais um dedo neles, nem na mãe e a violência, então, irá acabar.

A violência afeta esses filhos de diferentes maneiras e torna-se necessária mais pesquisa sobre a questão da violência dos pais, assistida pelos seus filhos, para que se possa chegar a uma melhor compreensão do quanto isso causa danos e acaba gerando ainda mais violência.

Será apresentado, a seguir, a segunda etapa dos resultados e discussão, referentes às crianças e adolescentes.

Iniciar-se-á com os resultados da aplicação do Jogo de Sentenças Incompletas, tendo como modelo a análise de dados quantitativa – interpretativa (BIASOLI-ALVES, 1998).

### **7.3 - Jogos de sentenças incompletas**

Apresentação dos resultados obtidos com a aplicação do instrumento Jogos de Sentenças Incompletas às crianças e adolescentes.

#### **- Categoria das respostas da sentença: “para mim família é...”**

Respostas em que os participantes relacionam família à presença de atributos/adjetivos positivos; legal, bom, boa, muito boa, feliz, muito importante né, n<sup>6</sup> 60 (77,9%).

Respostas em que os participantes relacionam família à presença de sentimentos de plenitude, como sendo a família o ponto de respostas a todas as necessidades; família é tudo, uma coisa boa na vida, é a melhor coisa na vida, é tudo para mim, n 14 (18,2%).

---

<sup>6</sup> N número total de respostas dadas pelos participantes à sentença perguntada.

Tabela 8 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim família é...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A- Atributos/adjetivos positivos	60	77,9
B- Sentimentos de plenitude, local de respostas a todas as necessidades	14	18,2
C) Não responderam <sup>7</sup>	3	3,9
Total	77	100

De acordo com os resultados apresentados na tabela acima, verifica-se que há tendência das crianças e adolescentes definirem família como algo positivo. Isso se observa nas categorias (A, B), seja por atribuir à família atributos e adjetivos positivos, sendo ela legal, boa, ou por atribuírem à família sentimentos de plenitude; a família como o local onde são respondidas todas as necessidades que eles têm; família é uma coisa muito boa na vida, é tudo.

Vale ressaltar que o percentual de crianças e adolescentes, que não souberam ou não quiseram definir o que é família, foi muito pequeno.

**- Categoria das respostas da sentença: “para mim família feliz é...”**

Os participantes responderam reafirmando ao que foi perguntado na sentença; família feliz, é uma família feliz, feliz, é família: n 70 (90,9%).

Tabela 9 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim uma família feliz é...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Reafirmam a sentença	70	90,9
B) Não responderam	7	9,1
Total	77	100

De acordo com os resultados obtidos com a sentença acima, é importante notar o número expressivo de respostas (90,9%) em que se reafirmam a sentença perguntada,

<sup>7</sup> Quando a categoria é, não responderam é, por que os participantes não responderam, ficaram calados, ou disseram que não iriam responder ao que foi perguntado, ou disseram: não sei.

indicando que, para a grande maioria dessas crianças e adolescentes, é muito difícil definir ou conceber o que seja uma família feliz, tornando-se, mais evidente, considerar as crianças e adolescentes que não responderam essa questão.

**- Categoria das respostas da sentença: “para mim uma família infeliz é...”**

Os participantes responderam reafirmando ao que foi perguntado na sentença: é uma família infeliz, família infeliz, sempre família infeliz, infeliz, n 72 (93,5%).

Tabela 10 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim uma família infeliz é...

Categorias de Respostas	Contagem	Percentual
A) Reafirmam a sentença	72	93,5
B) Não responderam	05	6,5
Total	77	100

De acordo com os resultados obtidos com a sentença acima, é importante notar o número expressivo de respostas (93,5%), em que reafirmam a sentença perguntada, indicando que, para a grande maioria dessas crianças e adolescentes, é muito difícil definir e/ou conceber o que seja uma família infeliz, indicando possível dificuldade na definição. Isso se torna mais evidente se considerarmos as crianças e adolescentes que não responderam essa questão.

**-Categoria das respostas da sentença: “eu queria que minha família fosse...”**

Respostas relacionadas ao desejo de mudanças concretas no comportamento dos pais, em relação à presença de violência e brigas: sem violência, sem briga, sem discussão, sem problema de violência, não batesse, n 30 (37%).

Respostas relacionadas à expressão do desejo de obter uma dinâmica familiar positiva; fosse alegre, fosse feliz, fosse legal, fosse boa com os filhos, fosse unida, n 48 (59,3%).

Tabela 11 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: eu queria que minha família fosse...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Desejo de mudança no comportamento dos pais	30	37,0
B) Desejo de obter uma dinâmica familiar positiva	48	59,3
C) Não responderam	3	3,7
Total	81	100

De acordo com os resultados apresentados acima, pode-se observar que, na categoria desejos de mudanças no comportamento dos pais (37%), das respostas obtidas há um valor considerável que expressa o desejo dos filhos para que ocorra mudança concreta no comportamento dos pais. Gostariam que, na família, não houvesse briga, discussão e vivessem sem violência.

E a maioria (59,3%) expressa desejo de obter, na família, uma dinâmica positiva, no sentido de uma família alegre, feliz e legal. Eles gostariam que seus pais fossem legais e que a convivência, entre pais e filhos, fosse alegre.

O número de crianças e adolescentes que não responderam a essa questão foi muito pequeno.

**- Categoria das respostas da sentença: “sinto-me bem em casa quando...”**

Respostas dos participantes à sentença perguntada, relacionando bem-estar na família à dinâmica familiar positiva: estão todos bem, são tratadas bem, têm carinho, têm paz, a família é boa com os filhos e ajuda eles, quando estão contentes, quando estão alegres, n 20 (24,7%).

Respostas dos participantes à sentença perguntada, relacionando bem-estar na família, enquanto um local de descanso, tranquilidade: me deixam quieto, posso ficar tranquilo, sem problema de violência aí tem descanso, todos ficam quietos: n 55 (67,9%).

Tabela 12 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: sinto-me bem em casa quando...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Dinâmica de relações familiares positivas	20	24,7
B) Possibilidade de sentir-se livre sem constrangimento	55	67,9
C) Não responderam	6	7,4
Total	81	100

De acordo com os resultados apresentados na tabela acima, a grande maioria das respostas está na categoria da possibilidade de sentir-se livre, sem constrangimento (67,9%). As respostas indicam a importância da liberdade, no sentido em que se mostra a ausência de controle dos pais sobre seus filhos, como sendo essa uma condição de bem-estar na família.

As respostas da categoria da dinâmica de relações familiares positivas (24,7%) indicam associações de bem-estar à dinâmica de relações familiares positivas: como todos estão bem.

A categoria dos que não responderam foi de 7,4% dos participantes. Pode-se pensar que, para essas crianças e adolescentes, é muito difícil definir e/ou conceber o que é sentir-se bem em casa.

#### **- Categoria das respostas da sentença: “sinto-me mal em casa quando...”**

Respostas dos participantes à sentença perguntada, relacionando o mal-estar na família às dinâmicas familiares negativas e conflitantes entre seus membros: tem muita briga, tem muita discussão, tem muita violência tem muita tristeza; n 58 (71,6%).

Respostas relacionando mal-estar na família a eventos inespecíficos: quando me enchem o saco não me deixam quieto, não tenho paz; n 18 (22,2%).

Tabela 13 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: sinto-me mal em casa quando...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Dinâmica negativa/conflitiva	58	71,6
B) Eventos negativos inespecíficos	18	22,2
C) Não responderam	5	6,2
Total	81	100

De acordo com os resultados apresentados na tabela acima, a categoria da dinâmica negativa/conflictiva (71,6%) apresenta o maior número de respostas que relacionam o mal-estar em casa com uma dinâmica familiar negativa e/ou conflictiva, há que considerar que casa refere-se à família e, para esses participantes, a família é local de brigas, discussões e violência

A categoria de eventos negativos inespecíficos (22,2%) indica respostas em que associam o mal-estar na família a eventos inespecíficos, na qual as respostas não permitem entender o que sejam esses eventos.

**- Categoria das respostas da sentença: “gostaria que meus pais fossem...”**

Respostas relacionando o desejo de mudanças concretas no comportamento negativo dos pais: ah, fossem bons, não bebessem, ah, não batessem, não tivesse briga, que trabalhasse, não batesse na mãe e em nós, n 60 (77,9%).

Respostas relacionando a sentença perguntada de forma evasivas: assim mesmo, tá bom assim, não dá pá muda, assim né tem de outro jeito, n 12 (15,6%).

Tabela 14 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: gostaria que meus pais fossem.

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Desejo de mudanças no comportamento dos pais	60	77,9
B) Resposta evasiva	12	15,6
C) Não responderam	5	6,5
Total	77	100

De acordo com os resultados apresentados na tabela acima, a categoria desejos de mudanças no comportamento dos pais (77,9%) apresenta o maior número de respostas referindo-se ao desejo de mudanças concretas no comportamento dos pais em relação a eles (filhos), na qual expressam o desejo de que os pais fossem bons e que parassem com a punição física (não batessem).

Na categoria de resposta evasiva (15,6%), os participantes não conseguem definir, ou conceber, como gostariam que seus pais fossem.

**-Categoria das respostas da sentença: “quando apanho sinto...”**

Respostas dos participantes à sentença perguntada, relacionando a prática educativa punitiva a sentimentos de tristeza e dor: sinto muita dor, eu choro, fico muito triste, fico muito mal, sinto ódio, n 78 (96,3%).

Tabela 15 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: quando apanho sinto...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Prática educativa punitiva	78	96,3
B) Não responderam	3	3,7
Total	81	100

De acordo com os resultados apresentados na tabela acima, verifica-se que a quase totalidade das respostas está presente na categoria prática educativa punitiva (96,3%), destacando-se os sentimentos de dor e tristeza da criança que apanha.

**- Categoria das respostas da sentença: “para mim violência é...”**

Respostas dos participantes à sentença perguntada relacionam vivência de sentimentos de tristeza: é triste, sinto muita tristeza, dá uma tristeza aqui dentro do peito, n 40 (51,9%).

Os participantes respondem à sentença perguntada, reafirmando a sentença: batê, apanhá, violência é violência, bate e apanha, n 34 (44,2%).

Tabela 16 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim violência é...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Vivencia de sentimentos de tristeza	40	51,9
B) Reafirmam a sentença	34	44,2
C) Não responderam	3	3,9
Total	77	100

De acordo com os resultados apresentados acima, na categoria vivência de sentimentos de tristeza, a maioria das respostas (51,9%), concentrou-se onde são despertados os sentimentos de tristeza em uma criança e adolescente, quando se referem ao que é violência, para eles.

A categoria dos que reafirmam a sentença (44,2%) concentra-se nas respostas onde os participantes reafirmam a sentença perguntada.

**- Categoria das respostas da sentença: “para mim violência contra criança é...”**

Respostas dos participantes à sentença perguntada, relacionadas a sentimentos de tristeza: é triste, muito triste, é uma dor no coração, criança não merece te violência, n 40 (51,9%).

Os participantes respondem à sentença perguntada, reafirmando o que foi perguntado: batê, apanhá, é violência contra a criança, violência, n 34 (44,2%).

Tabela 17 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: para mim violência contra criança é...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Vivencia de sentimentos de tristeza	40	51,9
B) Reafirmam a sentença	34	44,2
C) Não responderam	3	3,9
Total	77	100

De acordo com os resultados apresentados acima, na categoria vivência de sentimentos de tristeza é onde se concentra a maioria das respostas (51,9%), quando são despertados os sentimentos de tristeza em uma criança e adolescente, quando se referem aquilo que é violência para eles.

A categoria dos que reafirmam a sentença (44,2%) concentra-se nas respostas onde os participantes reafirmam a sentença perguntada.

**- Categoria das respostas da sentença: “quando vejo meus pais brigando eu...”**

Respostas dos participantes à sentença perguntada relacionam a vivência de sentimentos de tristeza com relação a presenciar as brigas entre os pais: é triste, é muito triste e dói muito, dá tristeza, choro de dó, choro de tristeza, n 45 (58,4%).

Respostas dos participantes à sentença perguntada, e que relacionam a interferência dos filhos de forma direta nas situações de briga e violência: eu entro no meio deles, jogo água pra pará a briga, bato nele com a vassoura, chamo a polícia, grito com ele, n 30 (40%).

Tabela 18 - Categoria e porcentagens referentes à sentença: quando vejo meus pais brigando eu...

Categorias de respostas	Contagem	Percentual
A) Vivência de sentimentos de tristeza	45	58,4
B) Papel ativo dos filhos na situação de violência entre os pais	30	40
C) Não responderam	2	2,6
Total	77	100

De acordo com os resultados apresentados na tabela acima, na categoria vivência de sentimentos de tristeza (58,4%) apresentam o maior número de respostas indicando os sentimentos dos filhos em relação às brigas dos pais. Estão evidentes os sentimentos de tristeza em relação a assistir ou presenciar cenas de brigas entre os pais.

Quanto à categoria papel ativo dos filhos na situação de violência entre os pais (40%), fica claro como eles reagem a essa situação, interferindo nas brigas de forma direta, entrando no meio dos pais para separá-los e para parar a briga.

De acordo com os resultados apresentados, alguns apontamentos podem ser feitos e discutidos em função dos temas abordados nas sentenças.

Na sentença 1, “**para mim família é...**”, é abordada a questão da família, pode-se observar que, de modo geral, eles definem a família como algo positivo, seja em atributos e adjetivos ou em relação ao sentimento de plenitude. Essas são características da presença de algo positivo na vida deles.

Na literatura especializada, a família é vista como o elemento básico da sociedade, o meio natural para o crescimento das gerações mais novas, sendo considerado como o lugar da privacidade, das trocas afetivas intensas e, de certa forma, o espaço do bem-estar de todos os seus membros.

A família, então, é vista como o elemento básico da sociedade e, de acordo com Bruschini (1997, p. 77)

(...) um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções; ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade (...)

Ceballos e Rodrigo (1998) referem-se à família como sendo um contexto primordial de desenvolvimento para os filhos.

Biasoli-Alves (2004) ressalta que a família seria o meio natural para o bem-estar de todos os seus membros, em particular e de maneira muito especial das crianças, que devem receber proteção e cuidados necessários para que se desenvolvam plenamente. Cabe à família e aos pais serem os agentes principais da socialização primária dos filhos.

A família para criança é muito importante, cabendo a ela iniciar o processo de desenvolvimento e socialização. Newcombe (1999, p. 338) diz que “socialização é o processo do qual as crianças adquirem comportamentos, habilidades, motivações, valores, convicções e padrões que são característicos e desejáveis em sua cultura”. É por essa razão que a família é o agente primário na socialização, com isso molda comportamentos, personalidade e transmite valores (NEWCOMBE, 1999).

Pode-se observar, nessas colocações, o quanto a família é importante para a criança e o adolescente e que, quanto maior forem as atribuições e adjetivos positivos dados a ela, melhor será o desenvolvimento dentro desse contexto.

Os participantes sentem e entendem que a família é algo bom, positivo, onde eles podem se sentir felizes e que a família é fundamental na vida deles.

Continuando nas sentenças sobre família, serão tratadas, a seguir, as sentenças, 2 e 3: **“para mim família feliz é...”**, **“para mim família infeliz é...”**.

Pode-se perceber a grande dificuldade que os participantes tiveram ao abordar o tema. Eles reafirmam a sentença perguntada, levando-se a pensar que essa dificuldade possa estar centrada na ausência de experiências reais do que deveria ser uma família feliz e do que seria uma família infeliz, uma vez que o cotidiano dessas crianças e adolescentes sempre é muito igual, não há diferenças de um dia para o outro, seus amigos e vizinhos têm a mesma situação familiar vividas por eles. Assim, essa dificuldade pode estar relacionada à falta de vivências e experiências onde existam, no seu cotidiano, dias felizes e tristes, para que eles possam entender o que é uma família feliz e qual a diferença entre uma família infeliz. Parece que, para essas crianças e adolescentes, o cotidiano é sempre igual, não lhes permitindo a diferenciação entre ser ou não feliz.

Mas, essa dificuldade acerca de família feliz e infeliz também pode estar relacionada à dificuldade em atribuir à mesma sentimentos ou até em reproduzir respostas a um ideário convencional. Pois, como os participantes foram instruídos a responder os jogos de sentenças incompletas, com a primeira palavra que lhes viesse à cabeça, isso pode ter dificultado o acesso a eventuais experiências diferenciadas, mas pouco usuais. Na comparação com as considerações feitas a propósito da sentença 1, pode-se observar que eles definiram família como algo positivo e com sentimentos de plenitude, mas, no entanto, mostram-se contraditórios e evasivos quando reafirmam o que, para eles, é família feliz e infeliz. Todavia, não há dados que permitam esclarecer ou entender essa contradição.

Outra consideração é que as crianças e adolescentes, que não responderam às sentenças incompletas, sempre foram os mesmos em todas as sentenças, apenas com alterações no percentual de respostas.

Não se dispõe de dados, aqui, para que esse apontamento possa ser entendido.

Nas próximas discussões, abordar-se-á as sentenças 4, 5, 6 e 7, (“eu gostaria que minha família fosse...”; “sinto-me bem em casa quando...”; “sinto-me mal em casa quando...”; “gostaria que meus pais fossem...” referem-se ao que é esperado da família pelas crianças e adolescentes.

Os resultados dessas sentenças mostram que as crianças e adolescentes gostariam que seus pais fossem bons, não bebessem, não batessem, demonstrando que o cotidiano ocorre nas famílias onde a dinâmica familiar é negativa e conflitiva, com a presença de bebida. Eles dizem ainda que os pais bebem muito e gostariam que mudassem de atitude.

Em relação à bebida, esse é um dado presente em outras pesquisas (PASCOLAT et al., 2001; SAGIM, 2003), indicando violência doméstica na família contra a mulher e a criança.

Quando as crianças e os adolescentes relatam que gostariam que seus pais não bebessem, talvez seja porque entendem ou percebem que, sem a bebida, o comportamento dos mesmos seria diferente. Notam que, quando o pai não está bebendo ou bêbado, ele não comete violência, não bate em seus filhos. Assim sendo, sem a presença da bebida, não há episódios de violência e discussões entre seus pais.

Quanto ao fato de que gostariam que seus pais não batessem, fica demonstrado que a vida em família é permeada por fatores de risco que comprometem seu desenvolvimento ao longo da vida. A família, que deveria ser um ambiente de maior segurança, transforma-se em local onde não há qualquer forma de respeito e proteção à criança e ao adolescente (DELFINO, 2005).

As crianças e adolescentes têm em seus pais e família um local onde não há segurança, carinho, afeto, o respeito, que deveria receber, não existe. Todo esse contexto familiar é permeado por vínculos frágeis, pois a violência não permite que sejam dados às crianças e adolescentes recursos interiores para a formação de vínculos afetivos positivos e que possibilitem que seu desenvolvimento seja seguro e não comprometido pelas vivências familiares.

Em relação às respostas à sentença que solicita, como gostariam que seus pais fossem, responderam que gostariam que fossem bons. Isso pode indicar que consideram que os seus pais não sejam tão bons, que há ausência de afeto e carinho. Esse fato é muito preocupante, pois, a falta desse afeto positivo causa, na criança e no adolescente, a sensação de que não gostam dela, gerando baixa auto-estima e comprometimento acerca de seu desenvolvimento futuro.

Em relação às sentenças 8, 9, 10 e 11 “quando apanho eu...”, “para mim violência é...”, “para mim violência contra criança é...”, “quando vejo meus pais brigando eu...”, os resultados permitem concluir que a criança e o adolescente, ao apanharem, expressam sentimentos de tristeza, de dor e até choram.

Segundo Zamberlan (2002), os pais querem ter controle sobre os filhos e, desta forma, fazem uso da punição ou força, conforme julguem necessário. O que se questiona é se, de fato, o que se espera realmente acontece com a prática utilizada: ter um bom comportamento, ou se existem mais excessos do que uma ação efetiva para que a criança possa compreender como correção daquilo que fez de errado.

A forma autoritária dos pais agirem com seus filhos, utilizando a prática educativa punitiva, a força física como disciplinadora, faz com seus filhos sintam-se tristes e com dor e, devido à punição física, choram muito pela dor que sentem. Isso pode não educar e ainda deixam evidentes os limites de controle dos filhos. Nessas situações, a comunicação entre pais

e filhos deixa de existir, bem como a consideração e o respeito pela opinião dos filhos (BAURIND, 1966; CEBALLOS; RODRIGO, 1998; VITALI, 2004).

As crianças e adolescentes que sofrem violências físicas têm comprometimentos psicológicos que vão desde a baixa auto-estima até desordens psíquicas; conseqüências cognitivas desde a deficiência de atenção até distúrbios de aprendizado; conseqüências comportamentais que variam desde a dificuldade de se relacionar com seus pares e colegas até os comportamentos suicidas e criminosos; todas essas conseqüências decorrentes da violência física e psicológica (BRITO; DIRCE; MENDONÇA, 2005; MINAYO, 2001; MUZA, 1994; PASCOLAT et al., 2001).

Reforçando as considerações acima, independente da forma que seja a violência ou os maus-tratos, quer física, psicológica, sexual ou por negligência (BRASIL, 1997), as principais conseqüências na infância ocorrem no seu desenvolvimento nas esferas física, social, comportamental, emocional e cognitiva (GERSHOFF, 2002; KASHANI; DANIEL; DANDOY, 1992).

Pode-se observar que essas conseqüências comprometem o desenvolvimento da criança e do adolescente, levando as mesmas a viverem um desamparo aprendido, pela ausência dos pais, por viverem em famílias onde há presença da violência, não se formando vínculos afetivos positivos.

No que se refere à questão dos filhos presenciarem atos de brigas e discussões entre seus pais, enfoque importante e novo surgiu nas últimas duas décadas e diz respeito às possíveis conseqüências para a saúde da criança e do adolescente, ao testemunharem a violência entre os pais. Freidrick e Einbeber (1983), existindo a afirmação, por parte de alguns autores de que, diferentemente do que se supunha, as conseqüências emocionais da convivência das crianças em situação de grande conflito podem ser piores do que quando elas próprias são alvo de violência.

Nessa linha, Reichenheim (1999) comenta que existem estudos sugerindo a ocorrência de distúrbios ulteriores, tanto no nível emocional quanto cognitivo, como decorrência da criança ter sido exposta à violência entre os pais.

A percepção de que vivem em famílias conflituosas, sem limites e perigosas, misturando-se à freqüente culpabilidade que carregam violência entre os pais, é parte do cenário de desencadeamento de agravos psicoemocionais, quer de curto, médio e longo prazo (HUGHES, 1988; JAFFE; HURLEY, 1990; LAYZER; GOODSON; DE LANGE, 1985; HEICHENHEIN, 1999)

Mas, não se pode deixar de lado a possibilidade de que, muitas vezes, a violência entre membros do casal vem acompanhada da que se dirige à criança e ao adolescente e, assim sendo, esses, de alguma maneira, interagem com a situação.

Isso torna difícil, com freqüência, compreender o efeito isolado de cada fator que estaria contribuindo para a existência dos problemas acima referidos (HILBERMAM, 1980); (HEICHENHEIN, 1999). Algumas pesquisas “têm mostrado que essa concomitância tem efeito sinérgico sobre a saúde da criança e que a gravidade da situação conjunta é maior que a soma dos dois abusos em separado” (HASHANI; DANIEL; DANDOY, 1992; BRANCALHONE; FOGO; WILLIAN, 2004).

#### **7.4 - Entrevistas semi-estruturadas com crianças e adolescentes**

Tomando como procedimento a análise temática do conteúdo das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com as crianças e os adolescentes, buscando respostas às questões e pressupostos que norteiam este estudo, desenvolveu-se a análise de todo material coletado. Os dados desta investigação estão categorizados abaixo, de forma que possibilite maior compreensão e entendimento dos temas e categorias encontradas e serão consideradas e discutidas a seguir.

Para melhor ilustrar, buscou-se elaborar e montar quadro ilustrativo das categorias temáticas, provenientes das várias leituras do material obtido.

Quadro 1- Síntese das categorias temáticas referentes às entrevistas com as crianças e adolescentes

1-Relacionamento da criança e do adolescente com seus pais.
A) Afeto positivo pelos pais (57,1 <sup>8</sup> %)
B) Presença da violência doméstica contra os filhos (42,9%)
2-Violência contra a criança e o adolescente
A) Presença da violência física contra os filhos (100%)
3-Violência doméstica e a percepção da criança e do adolescente
A) Caracterização dos episódios de violência (48,3%)
B) Papel ativo dos filhos nos episódios de violência entre seus pais (36,7%)
C) Papel passivo dos filhos nos episódios de violência entre seus pais (15%)
4-Proposta de soluções
A) Presença da bebida (álcool) (45%)
B) Presença do ciúme (35%)
C) Desemprego dos pais (20%)

#### 7.4.1 - Relacionamento da criança e do adolescente com seus pais

Por meio dessa categoria, o relacionamento da criança e do adolescente com seus pais, pôde-se compreender, como é o cenário familiar em que estão inseridos e como funciona a dinâmica familiar.

#### 7.4.2 - Afeto positivo pelos pais

Nessa categoria, em suas respostas, as crianças e adolescentes referem-se a seus pais como sendo bons e que não há nada de errado no relacionamento entre eles. Sempre se referem aos pais como sendo pessoas boas e bonitas. No contexto familiar onde estão, há a presença da violência doméstica, mas, em nenhum momento, essas crianças mencionam esse fato. Quando falam dos pais, para eles, são bons e está tudo bem assim.

Demonstram carinho pelos pais, falam da família com respeito e amor e, em nenhum momento, referem-se eles com palavras ou entonação de voz, que possam demonstrar algo de estranho ou algum sentimento de tristeza.

Com isso, pode-se inferir que a família é algo muito importante para eles, mesmo que tenha problemas como a presença da violência.

<sup>8</sup> O valor das porcentagens é sobre a quantidade respostas obtidas sobre as 77 entrevistas realizadas.

Para eles, o afeto pelos pais independe da presença da violência doméstica existente no ambiente em que vivem. A vida em família é permeada por cenas rotineiras de violência contra as mães e, também, contra seus filhos, mas isso não aparece quando eles falam da relação com os pais. Parece que se sentem seguros e dizem que sua casa é o lugar mais seguro que eles conhecem,

*(...) meu pai e minha mãe são bons, me sinto bem em casa (E-21).*

São crianças e adolescentes que, de alguma maneira, conseguem não ser atingidos pelas situações de conflito e violência existentes à sua volta. Não dá para saber se eles não percebem ou sentem essa violência ou se, para eles, independentemente dessas situações, os pais são mais importantes e, o lar, o lugar mais seguro que eles conhecem. É como se o resto não importasse.

Para eles, na prática, o lar não é um lugar seguro, a mãe não os protege, mas, mesmo assim, eles sentem amor por esses pais, de forma que a violência e os maus-tratos sofridos ficam em segundo plano. Até mesmo quando eles relatam os episódios de violência, dizem que fizeram alguma coisa, mesmo não sabendo o quê, para justificar a atitude de violência,

*(...) “fiz coisa errada eu acho aí apanho né”, “se sabe faz coisa errada merece” (E-25, E-34, E-39).*

Torna-se difícil entender melhor essas questões, pois não há dados que demonstrem realmente o que eles sentem e pensam. Uma última hipótese que se poderia levantar sobre essa aparente contradição seria de que, talvez, a violência contra os filhos não seja fenômeno único, mas permita diferenciações quantitativas, referentes ao número de vezes que ocorre, em um dado período de tempo e, também, qualitativa, em relação aos seus efeitos sobre a afetividade das vítimas.

Assim, poder-se-ia pensar em um limiar de tolerância, até o qual o afeto pelos pais não assume conotações negativas, como decorrência da violência sofrida.

Em adição a essa hipótese, pode-se, ainda, supor que há vivência afetiva nas outras situações, nas quais a violência não esteja presente.

Enfim, o que se pode afirmar, enfaticamente, por enquanto, é que falar em violência contra os filhos é falar em um fenômeno múltiplo e diversificado; uma multiplicidade que inclui situações diferenciadas e contraditórias, não sendo possível reduzi-lo, simplesmente, à questão de presença ou ausência, como parecem supor estudos presentes na literatura especializada.

Como evidência de que a violência contra os filhos não é um fenômeno uníssono, encontrou-se também crianças e adolescentes que, em suas respostas, se demonstraram sentir-se atingidos pela violência que os cercam, a ponto dessa alterar, na direção negativa, o afeto pelos seus pais.

A seguir, será abordada essa temática.

#### **7.4.3 - Presença da violência doméstica contra os filhos**

Nesta categoria, as crianças e os adolescentes, ao responderem sobre o relacionamento com seus pais, ficam quietas, pensativas e, só depois de um breve silêncio, as respostas começam a surgir. Eles dizem que seus pais são pessoas ruins e violentas, que fazem uso da violência contra eles, constantemente, e passam a falar como é o ato de violência sofrido em casa, como isso ocorre. Dizem ainda que a mãe é muito brava e bate muito.

Segundo relatam, em qualquer situação, os problemas dessas crianças e adolescentes são resolvidos com violência. Eles se referem ao fato de apanharem sempre, sem nem saber por quê.

*(...) minha mãe bate sempre muito, nem sei por que apanho, não pode fala; pedi comida, não pode que vem pancada (E-32, E-36, E-41).*

Para eles, a violência se faz presente, rotineiramente. São crianças que falam com tristeza dos pais, verbalizam que gostariam de ter pais e vida diferentes, são tristes, magoados e, acima de tudo, querem muito viver sem violência.

A vida familiar deles está inserida dentro da violência e apanham de forma extremamente grave.

*(...) minha mãe bate tanto que espanca, já fui pô hospital muitas veiz, ela bate com pau, correia, nem sei; apanho todo dia, e com muita força, ó, tenho marca na perna, apanhei com tábua, ela queimou minha mão, dói muito (E-17, E-43, E-46, E-50).*

Esses relatos não apenas evidenciam a violência sofrida, como também a forma como ela vem sendo aplicada.

São crianças e adolescentes que estão sendo vítimas de violência por parte de seus pais e, o que é pior, isso ocorre dentro de suas próprias casas.

O que mais surpreende e torna a situação grave é que, quem deveria protegê-los, é, justamente, quem os maltrata e comete tantos atos de violência - a própria mãe. Os relatos são claros. A mãe bate muito mais que o pai e de forma muito mais violenta. Esse dado aparece em outras pesquisas (GELLES, 1979; GIL, 1978, 1988) e vem reforçar que a mãe é quem mais comete atos de violência física contra seus filhos, talvez porque seja ela quem passa mais tempo junto deles, sendo, ainda, na maioria das vezes, quem toma as decisões sozinhas sobre o cotidiano e a convivência familiar.

A mãe é a figura mais próxima da criança, cabendo a ela o papel de educar, proteger e cuidar, mas nem sempre isso ocorre (BRITO; DIRCE; MENDONÇA, 2005). Assim, ela pode tornar-se a maior perpetuadora de violência contra seus filhos.

A violência, como fenômeno social e familiar, não é exclusividade de nossa época, mas o resultado de uma cultura que veio se estabelecendo ao longo da história e, na qual, as relações de poder têm papel fundamental e determinante.

Pensando assim, alguns autores, ao tratarem da questão da violência sobre a criança e adolescentes nas suas casas, dizem que essa decorre da violência inerente às relações interpessoais, possuindo caráter abusivo, perpetrada pelo adulto (OLIVEIRA, 1989, p. 89; DESLANDES, 1994; SCHERER; SCHERER, 2000).

Segundo Assis (1991), no âmbito do lar, a relação estabelecida entre os familiares, em um lar violento, possui elos que enlaçam todos os seus componentes, não só o ato abusivo, mas alimentando-o constantemente.

O que fica demonstrado é que, mesmo nos dias atuais, o desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes existe e não há sinais de que venham a acontecer, em médio prazo, mudanças, o que, para as crianças, chega a ser desastroso, podendo acarretar vários problemas.

#### **7.4.4 - A violência contra a criança e o adolescente**

Nesta categoria, nota-se o quanto a presença da violência doméstica contra a criança e o adolescente se faz presente e como formam-se os vínculos entre pais e filhos, no cenário de violência doméstica.

Essa questão sempre esteve presente na história da humanidade. Crianças e adolescentes vivem em lares, onde a violência está presente na sua rotina cotidiana. Eles aprendem, desde muito cedo, que vão apanhar por qualquer razão ou, até mesmo, sem razão alguma; apenas apanham. Eles têm comportamento, na hora da entrevista, muito peculiar de quem tem medo de falar e, assim, prejudicar seus pais ou a eles mesmos. Nesse sentido, quando entrevistados, eles me perguntavam,

*... se eu respondê e falá com você, ninguém vai sabê; não quero ir para o abrigo; gosto da minha mãe do meu pai; você não fala pa ninguém não (E-14, E-16, E-39).*

Esclarecido que, à entrevista, ninguém teria acesso, apenas o entrevistador, e que o nome deles não apareceria posteriormente, preservando o sigilo, só então, eles começavam a conversar e respondiam, muitas vezes, até bem mais do que a própria pergunta solicitava.

São crianças e adolescentes, que vivem em lares, onde há falta de tudo, desde o principal e mais importante, que é o amor dos pais, até a falta de alimentos, copos, de qualquer forma de lazer e de poder conversar com o pai ou com a mãe.

Muitas dessas crianças e adolescentes vivem em lares onde o pai biológico não está presente, seus irmãos são cada um de um pai diferente, e aprendem que só o filho biológico tem o carinho do pai,

*(...) não conheço meu pai, nunca vi ele, meu padrasto só gosta da minha irmã, pá ela ele da tudo, pega no colo dá carinho, dá abraço apertado eu e os outro não temo nada disso, só pancada, queria tê meu pai aqui, pá tê carinho (E-43, E-44, E-56, E-62).*

Essas pessoas, desde muito cedo, vivenciam as diferenças de tratamento entre um e o outro, assim como apreendem que a vida é muito sofrida e triste, não restando muitas opções dentro desse contexto, onde há desigualdade de tratamento, falta de alimento e violência. Assim sendo, para eles, nada parece ter muita importância.

*(...) só triste, se peço mais comida, mais pão, por que é tudo dividido um pedaço pá cada um, e aí apanho, e não como, é tudo triste e choro (E-43).*

#### **7.4.5 - Presença da violência física contra seus filhos**

Nesta categoria, será discutida a questão da violência física contra as crianças e adolescentes, praticada muito mais pela mãe do que pelos pais.

Essas crianças e adolescentes convivem, diariamente, com esse problema de tal forma que, para eles, torna-se estranho o dia em que eles não apanham e, então, falam que esse dia foi o mais feliz.

*(...) apanho todo dia, quebro um copo e minha mãe bate tanto que machuca eu toda, se abri a boca apanho, eu nem sei pó que mais apanho sempre e já fui pô hospital muitas veiz, o dia que não apanho, sô feliz (E-50, E-53, E-62).*

A realidade dessas crianças e adolescentes é muito triste, vivenciam o abandono dos pais em vários aspectos. São crianças que já passaram por diversas internações hospitalares, nas quais as causas foram as mais diversas, desde a desnutrição até a questão dos espancamentos pelas mães.

Uma das entrevistadas, uma menina de oito anos, disse, muito triste, que está careca, pois, tem tantos piolhos porque a mãe não os retira que ela tem que ficar careca. Além disso, relata ter ficado, muitas vezes, internada com forte anemia, em decorrência dos piolhos e dos carrapatos que tem. Diz sentir-se feia e muito diferente das outras crianças de sua idade, que têm cabelo.

Ela relata também que a mãe, por ser muito brava, já esteve até internada. É uma menina de pele bem clara, seus cabelos, que estão nascendo, são bem clarinhos também; é uma criança linda, triste e bem pequena. Fez relatos tão dolorosos sobre sua vida em família e sobre o quanto ficaria feliz se tivesse cabelo, alimento e não apanhasse.

As crianças e adolescentes, que fizeram parte desta pesquisa, pertencem à famílias nas quais parece haver uma estrutura que pode não possibilitar desenvolvimento saudável das mesmas. Eles passam por várias formas de violência praticadas por seus pais, variando desde tapa até aquela que leva ao espancamento e à hospitalização.

Essas crianças e adolescentes dizem que gostariam que a vida mudasse, no sentido da violência não fazer mais parte do cotidiano. Elas dizem que os pais poderiam mudar o comportamento, deixando de bater tanto,

*(...) minha mãe bate tanto nunca fala, só dá tapa na cara, e queima minha mão (E-65, E-68, E-70).*

Essas crianças e adolescentes são pequenos em altura, falam pausadamente, chegam, muitas vezes, a chorar quando começam a falar sobre o quanto apanham, movidos, provavelmente, pela dor que sentem. São tristes, vivem em uma realidade na qual esperam o ano inteiro pelo Natal, porque sabem que vão ganhar doces, festa na escola. Nas entrevistas que foram realizadas próximas ao Natal, nas falas ficou bem evidenciada a alegria com que elas esperavam a vinda do dia em que é realizada uma grande festa para elas no bairro.

*(...) na minha casa a comida é pouca, o leite tem pouco e dá pá todos, tudo divide, tenho fome, não tem carne e bolo só como no Natal, lá na minha vizinha que faiz festa pá gente, aí eu fico feliz esse dia e bom não apanho em casa, não peço comida e a mãe fica boa (E-45, E-47, E-55).*

A vida dessas crianças e adolescentes é tão difícil que eles se tornam adultos muito cedo, com muitas responsabilidades em casa, dão banho nos irmãos e ajudam em outras tarefas da casa.

*(...) ajudo minha mãe em casa, não posso nem brincá e ainda apanho muito, é ruim (E-69, E-70, E-71).*

Eles, que vivem nesse ambiente, poderão ter todo seu futuro comprometido, pois muitos estudos, mostram os graves danos provocados pelos maus-tratos e pela violência sofrida, gerando efeitos ao longo de sua vida. Suas vítimas são mais propícias a cometer suicídios (BRYANT; RANGE, 1995).

Já Bachar et al. (1997) mostram que a violência contra criança e o adolescente está associada a altos níveis de sintomas psiquiátricos. Apresentam também mal-estar geral, queixas inespecíficas de dores que eles sentem, e comportamentos anti-sociais (MILLER; KNUTSON, 1997).

Para Guerra, Guerra (2001, p. 23), a violência contra a criança e o adolescente tem, na família sua ecologia privilegiada, pois ela pertence à esfera do privado e, desta forma, a violência doméstica acaba revestindo-se da característica do sigilo.

Para Andrade (2003), o espaço familiar, eminentemente privado, deixa de sê-lo quando a violência se instala e faz de vítimas seus membros, pois o que está em jogo é o direito fundamental das pessoas de terem uma vida em que a violência não se faça presente. A proteção e a qualidade de vida para a criança e o adolescente integram os princípios fundamentais de atenção e direitos, que se encontram legitimizados em documentos mundialmente conhecidos e consagrados, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959) e a Convenção Internacional de Direitos do Adolescente.

A violência dentro dos lares demonstra o quanto a família tem problemas que não aparecem de forma clara devido ao sigilo imposto em relações a fatos que ocorrem dentro de suas casas. As crianças e adolescentes são aqueles que mais sofrem com esse pacto de sigilo, pois se perde muito com essa atitude, levando essas pessoas a viverem uma rotina de medo e angústia. Estão sempre à espera de quando acontecerá mais um ato de violência contra elas. São crianças e adolescentes angustiados e muitos são tristes de tal forma que parece que estão em depressão.

*(...) minha vida é tão triste, eu apanho por que tenho fome (E-51).*

É muito difícil falar sobre a situação da família envolvida com episódios de violência. Os pais, frequentemente, têm baixa auto-estima, muitas vezes, vivem isolados socialmente e com *stress*. São famílias que possuem muitos problemas e sentem grandes dificuldades para resolvê-los, o que pode servir como justificativa para a violência. Os pais acabam usando os filhos para descarregarem suas frustrações e angústias, gerando a violência, tal como eles mesmos relataram nas entrevistas.

Acredita-se (ALGERI; MELLO, 2006) que o ciclo de violência a que essas crianças e adolescentes estão expostos diariamente, de alguma maneira, está relacionado ao vínculo afetivo entre pais e filhos e que, muitas delas, demonstram sentirem-se ameaçadas, tristes, abandonadas, não encontrando motivos, em sua casa, para crerem que, de alguma maneira, são importantes para seu pai e sua mãe. Estão, constantemente, submetidos à violência, aprendem que apenas dessa forma, errada e inadequada, existe solução para seus problemas.

Talvez, por viverem em ambientes violentos, tendem a acreditar que essa é a única forma de vida existente. Isso, além de gerar mais violência, acaba por contribuir para a manutenção e propagação da violência (PERREIRA, 2005).

Vivendo já no século XXI e sabendo que há crianças e adolescentes que apanham muito porque têm fome, faz questionar que realidade está sendo construída para o futuro, no qual se apanha por ter fome e por outras razões que, até mesmo quem apanha, desconhece.

#### **7.4.6 - A violência doméstica e a percepção da criança e do adolescente**

Nesta categoria será abordada a percepção da criança e do adolescente em relação à violência que os cercam; como sentem essa violência.

Essa categoria irá descrever como são as características desses episódios de violência e qual é o comportamento dos filhos durante tais episódios que presenciam.

As crianças e adolescentes, que vivem em famílias onde há violência e elas são observadoras desses episódios, provavelmente, irão sofrer sérias conseqüências emocionais no seu futuro. Junqueira (1998, p. 432) diz que os pais reproduzem os modelos de educação vividos na infância e, sendo assim, uma criança e adolescente que vive ou presencia atos de violência, quando adultos, irão reproduzir esses atos sobre seus filhos, podendo, no futuro, virem a ser autores de maus-tratos e violência contra outras crianças e adolescentes (CENTEVILLE; CABRAL; ATADIA, 1997, p. 100).

O comportamento das crianças e adolescentes, que vivem em ambientes em que há violência, é bem diversificado, no sentido dos sentimentos que podem acarretar, desde problemas emocionais e psicossociais, psiquiátricos, retardo no desenvolvimento cognitivo, motor e de linguagem, (GABEL, 1997; GOLD, 1993; MIRABAL, 1988;).

Furniss (1993) diz que o dano psicológico pode estar associado à idade de início da violência, ao tempo de duração, grau ou ameaça de violência. Como pode-se observar, os danos e as conseqüências de crianças e adolescentes que vivem em ambientes onde há violência são extremamente preocupantes, porque irão interferir, de forma definitiva, no seu futuro, no adulto que ele deveria vir a ser.

#### **7.4.7 - As características dos episódios de violência**

Nesta categoria, as crianças e adolescentes se referem ao fato das mães apanharem sempre e por várias vezes, não sendo um episódio único; é repetitivo e ocorre na presença dos filhos.

Os filhos relatam que as mães apanham sempre.

*(...) minha mãe só apanha, meu pai bate nela e ela fica doente e machucada, já foi pô hospital, a violência do meu pai pá minha mãe é todo dia (E-67, E-68, E-73).*

As crianças e adolescentes relatam os episódios de violência com voz triste, indicando que, para eles, é um sofrimento ver seus pais brigando e assistirem as ocorrências de violência. Para eles, todos esses acontecimentos são prejudiciais e os deixam angustiados.

Nos relatos e nas conversas após o término da entrevista, que foram registrados em um diário de campo, o que eles mais dizem é que é muito ruim ver o pai e a mãe brigando. Também, muitas vezes, sentem muito medo da situação vivenciada, correm para a rua e chamam a polícia. Foram várias as crianças e adolescentes que relataram ter chamado a polícia quando as brigas têm início, mas sabem, no entanto, que isso pouco ajuda, pois a

polícia não leva o pai preso e o ele ainda acaba batendo no filho, em decorrência de ter chamado a polícia. Com isso os filhos não têm muito a fazer diante da situação que se apresenta.

*(...) ah chamo a polícia toda vez que tem briga, mais não a polícia não faiz nada (E-17).*

Percebe-se, nas conversas, que essas crianças e adolescentes sentem-se completamente perdidos e divididos em meio às brigas dos pais, o que, para seu desenvolvimento, será desastroso. Além disso, podem aprender que, com a violência, tudo se resolve. Pode ser difícil para eles entenderem isso de outra maneira, pois o ambiente e o local onde vivem é repleto de violência e de casos semelhantes aos que eles vivenciam.

*(...) a mulher lá da rua perto de casa os filhos tão no abrigo, porque a polícia foi lá e levô ele, tinha briga igual lá em casa, no abrigo é ruim, tenho medo de i pá lá (E-33, E-34, E-41).*

As falas dessas crianças e adolescentes deixam evidentes o quanto é difícil viver em ambientes em que a violência está tão presente. Em função dos locais onde moram, seus amigos, conhecidos e vizinhos têm vivência e experiência muito próximas ou iguais às que eles vivem em suas casas, e com tantos episódios de violência próximos, podem achar que assim é que tem que ser. Passam a ter tolerância em relação à violência e à dor.

Scherer e Scherer (2000) dizem que as manifestações tardias na vida de uma pessoa que foi vítima de violência demonstram forte correlação entre abuso físico e violências familiares e não familiares, no futuro desse indivíduo, além de uma maior propensão para a vida criminosa, maior envolvimento com o uso de substâncias ilícitas, tendência maior à automutilação e comportamento suicida, somatização de algumas doenças, ansiedade, depressão, distúrbios de personalidade, dissociação e psicose e problemas nos relacionamentos interpessoais. O que, segundo o autor, são trabalhos com resultados mais precisos para se ter maior exatidão nos fatos.

Entre as entrevistadas realizadas, uma merece ser destacada; a de adolescente (E-26), com 16 anos de idade, que, quando, ao ser buscado em sua casa, juntamente com sua mãe e seus irmãos, estava muito triste, angustiado. Trata-se de um adolescente muito calado, mas a franqueza com que realizou a entrevista forneceu dados preciosos. Em contrapartida, ao término dos relatos, disse que estava muito triste antes da entrevista e que sua intenção era a de se matar, mas, após a entrevista e a longa conversa que teve com a pesquisadora, por mais de duas horas, havia desistido disso. Foram essas as palavras dele.

*(...) eu tô aliviado, saco, foi bom, minha parada com a senhora fez eu pará e pensá, não vô mais me matá, levantei hoje com essa idéia na cabeça, é uma parada brava, mais tô bem agora, não vou mais me matá, hoje não, valeu, meu (E-26).*

Esse adolescente fez relatos inimagináveis sobre a violência que sofreu durante sua vida inteira, desde ficar amarrado em uma cadeira com um fio elétrico, não poder estudar, nem ter amigos, ficar trancado em casa, amarrado, quando os pais saíam e levar uma marretada nas costas. A violência, por ele sofrida, deixou marcas mais do que profundas.

Mas, para ele, o que mais marcou foram os momentos em que ele viu seu pai bater na sua mãe, as inúmeras vezes em que ele chamou a polícia, entrou no meio para defendê-la e, ainda, o fato de que, depois de interferir na briga, apanhava tanto que chegava a desmaiar, dada a violência praticada por seu pai.

Hoje, ele diz que quer morrer, não vê futuro em sua vida, crê que não irá mais deixar seu pai agredir sua mãe, pois irá interferir na briga e, até mesmo, diz-se decidido a matá-lo, como forma de livrar sua mãe dessa tristeza, maldade e dessa vida sem um caminho seguro. Ao fazer esse relato, sua voz estava embargada pela tristeza e angústia. Em sua casa, a irmã mais velha já havia tentado matar o pai, com uma foice.

*(...) ela avançou no pai com a foice nas costas dele, não mato, mais machuco, e aí o pai tentô matá ela, enforcando, o pai foi preso, por tentá matá a filha, minha irmã tinha 13 anos e o pai ía abusá dela, é por isso que se ele bate na mãe e, se eu vê, mato ele e me mato depois (E-26).*

Esses são relatos tristes de um adolescente que não vê, em seu futuro, nada que pareça ter sentido; só a morte para ele seria alívio de seu sofrimento.

O relato desse adolescente não foi o único, sendo que outros seis expressaram a vontade de matar o pai, ainda que não falem em cometer suicídio. São adolescentes tão angustiados e tristes e que foram tão afetados pelos episódios de violência presenciados, que para eles, a vida parece ter perdido o sentido. Em seus relatos deixam explícito o de não terem nenhuma conduta criminosa anterior e nem fazerem uso de drogas, por terem muito medo da polícia, têm amigos que já passaram pela FEBEM e dizem que não querem seguir este mesmo destino.

*(...) pó tenho medo, saco os caras, são foda, batem e sacaneiam tô fora disso, quero sim é morre tô triste pô (E-50).*

Como pode ser observado acima, o efeito da violência é inquestionável e o que mais fica evidente é que, para os filhos, ver a mãe apanhar é o que mais dói. Os sentimentos de raiva e ódio pelo pai aparecem nos momentos em que a mãe apanha, bem mais do que quando ele, filho, é a vítima.

*(...) apanhá dói, mais vê minha mãe leva porrada todo dia é foda, dói mais ela apanha (E-75, E-76, E-77).*

As crianças e adolescentes recebem e percebem todos os impactos de situações de desajustes e violência e, dessa forma, perdem seus vínculos afetivos e tornam-se adultos agressivos, potencializando, cada vez mais, situações agressivas e de violência. (KORN et al., 1998).

Brancahorne; Willian et al. (2000) dizem que o conceito de criança exposta à violência não se restringe ao fato de estar presente no momento do episódio de violência, abrangendo

essa condição por completo, ou seja, para estar exposta à violência é suficiente que a criança e o adolescente tenham uma mãe que é agredida pelo seu marido ou companheiro.

#### **7.4.8 - Papel ativo dos filhos nos episódios de violência**

Nesta categoria será considerada a forma como os filhos reagem aos episódios de violência que eles presenciam entre seus pais.

*(...) Ah, eu entro no meio, joga água, pego a vassoura e bato nele grito pá ele pará, não faiz isso com a mãe, solta ela, e bato a vassoura na cabeça dele (E-60, E-65, E-66).*

Essas são falas que demonstram, claramente, o papel dos filhos nos momentos em que a violência começa e no transcorrer dos atos. O que se percebe é que os filhos têm papel ativo e participativo nos atos da violência, ficando totalmente inseridos nos problemas dos pais, vivenciando essas ocorrências. O que não se pode esquecer é que são crianças e adolescentes, que estão em pleno desenvolvimento intelectual e cognitivo, muito necessitam de atenção, carinho, proteção, educação e socialização para a vida.

No entanto, nesse momento de suas vidas, estão preocupados, ansiosos, vivendo o momento em que novos episódios de violência entre seus pais irão começar e pensando sobre o que farão para ajudar. São crianças que têm problemas para dormir, por medo de acordarem e os pais estarem brigando.

*(...) não tenho sono, tenho medo de dormi, e não ouvi a briga (E-75).*

As crianças e os adolescentes interferem, de forma bem ativa, nos episódios de violência entre seus pais. Segundo a literatura especializada, essa não é a conduta nem o papel a ser desempenhado pelos filhos, mas eles interferem da maneira deles, à moda deles, do jeito que, naquele momento, for mais fácil para acabar com o sofrimento e dor da mãe, movidos pela angústia que sentem por presenciarem essas situações.

Para eles, dói muito ver a mãe apanhar, ficar machucada.

*(...) eu chamo a polícia e joga água nele, chamo ele de covarde e falo mãe manda ele embora (E-24, E-27, E-31).*

Para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes, a vida em família, envolta em episódios de violência diuturnamente, é extremamente danosa para todo seu futuro.

As formas que os filhos interferem nos episódios de violência são várias, desde chamar a polícia, os avós que moram na casa em frente, até a interferência, quando entram no meio da briga.

*(...) eu entro no meio dos tapas e chutes, abraço a mãe e apanho junto (E-22, E-30, E-40).*

Como pode ser observado, o filho que interfere na violência dos pais, entrando no meio das brigas, apanha junto. Essa atitude, além de ser mais perigosa, deixa o filho com a sensação maior de impotência, porque o pai continua a bater na mãe e agora também nele, sem se importar com nenhum dos dois.

*(...) é triste apanhá e apanhá com a mãe (E-13, E-17, E-66).*

A vida dessas crianças e adolescentes, desde muito cedo, está permeada por contatos com polícia, hospital, ver a mãe machucada ou ferida pelas brigas e cenas de violência. A interferência dos filhos nessa situação coloca a vida dos mesmos em mais um cenário de risco, além daqueles que já existem na violência contra os filhos, de forma bem efetiva pelos pais contra eles, principalmente a mãe, que é quem mais agride seus filhos. Ironicamente, seus filhos a defendem tanto, interferindo nos episódios de violência do seu pai contra a ela.

#### **7.4.9 - Papel passivo dos filhos nos episódios de violência**

Nesta categoria, serão consideradas as respostas em que os entrevistados dizem que sentem medo e insegurança em relação aos episódios de violência que assistem e, o quanto se sentem impotentes, diante da situação vivenciada.

As crianças e os adolescentes, cujos relatos foram incluídos nessa categoria, ao falarem sobre os episódios de violência que assistem em casa, decorrentes das brigas e discussões entre seus pais, falam com tristeza e medo e, para eles, é muito difícil assistir por que se sentem impotentes.

*(...) não tem o que fazer né, choro e fico quieto olhando tenho muito medo, fazê o que, nada tem pá fazê (E-27, E-51, E-37, E-56).*

A partir dessas falas, percebe-se o quanto eles tornam-se passivos diante do que assistem e o quanto isso os deixa paralisados e sem ação diante do que vêem e presenciam bem ali, diante de seus olhos. São crianças e adolescentes que, nesse momento, experimentam sentimento de impotência, de imobilidade e surpresa diante do medo que sentem ao presenciar o que ocorre com a mãe. Têm medo de perdê-la em decorrência dos ferimentos ou até mesmo de que ela vá embora, como ela mesma diz aos filhos, em momentos de desespero.

São muito pequenos para terem que vivenciar esse tipo de problema e passar por essa experiência de vida. Provavelmente, nunca a esquecerão. A presença da violência deixará a marca da insegurança e do medo.

Não foram encontrados, na literatura científica especializada, relatos de pesquisas com dados como esses aqui apresentados, referindo-se ao fato de os filhos assistirem e interferirem nos episódios de violência. Assim, não se pode saber, nesse momento, qual será o efeito, a curto e longo prazo, sobre seu estado emocional e psíquico, diante de vivências tão negativas.

#### 7.4.10 - Propondo soluções para as questões referentes à violência

Nesta categoria serão considerados os problemas pelos quais as crianças e os adolescentes vivem em decorrência da violência na família, como são os episódios de violência contra a mãe que eles assistem e participam, interferindo no mesmo.

Qual a percepção dos mesmos para a questão da violência dos pais contra os filhos e, na percepção deles, qual deve ser o caminho para que exista qualidade de vida em família?

#### 7.4.11 - Presença da bebida nos episódios de violência

Nesta categoria, em suas respostas, as crianças e adolescentes dizem que a violência em sua casa só existe porque o pai e a mãe bebem muita pinga.

*(...) se eles não bebessem não tinha isso (E-49, E-56, E-61).*

Para eles, a bebida é que desencadeia os episódios de violência:

*(...) ah, meu pai para de bebe cachaça ele fica bonzinho, quando ele bebe apanho de pau e quebra tudo, a bebida faiz ele ficá loco (E-30, E-32, E-47).*

Para eles, a violência e o quanto eles apanham está ligado à bebida, pois vêem o pai chegar bêbado em casa ou pedir para que comprem a bebida.

*(...) eu compo a cachaça aí tem briga (F-65).*

*(...) minha mãe bebe de caí, já fui busca ela caída suja na esquina, a cachaça faiz isso (E-27, E-33, E-59, E-77).*

No entendimento dessas crianças e adolescentes, a bebida é que transforma suas famílias em pessoas violentas, que contribui para a falta ou ausência completa de comida. Referem-se muito, também, à falta de alimentos, ao fato de não terem tanto alimento disponível e tudo ter que ser dividido. Muitas vezes, lhes resta apenas dormir com fome.

*(...) minha barriga dói, choro, minha mãe e meu pai tá lá caído com a cachaça na cabeça e eu tenho dor na barriga de fome (E-35, E-41, E-53, E-68, E-71).*

Para eles, se os pais deixarem de beber, o cotidiano de suas vidas irá melhorar em todos os aspectos, pois vivem em famílias onde há a presença da bebida, desemprego, violência e tudo isso para eles é causado porque os pais bebem cachaça ou chegam em casa bêbados.

O álcool aparece em pesquisas como sendo um dos desencadeantes das situações de violência (CONRADO, 2001; JONG, 2000;). Para alguns autores, o álcool faz com que o agressor tenha perda de controle temporária (CONRADO, 2001; LANGLEY; LEVY, 1980; SAGIM, 2003), dizem que não fica claro por que os homens e mulheres bebem, se isso ocorre para que tenham uma forma de permissão social para praticar a violência e arrumar uma desculpa pelo seu ato.

São vários os estudos que buscam possíveis explicações para as questões que se referem à violência. Guerra (1985), analisando famílias com a presença da violência, diz que a drogadição, especialmente o álcool, tem desempenho importante nos episódios de violência, tanto naquela que se refere às mães, quanto a seus filhos. (GIOVANI; BECERRA, 1982; MONTEIRO, 1992) dizem que o álcool é importante fator desencadeante de violência.

As crianças e os adolescentes percebem a importância do álcool nos episódios de violência e, por essa razão, quando mencionam o que gostariam que ocorresse em relação às mudanças em sua casa, a ausência de bebida aparece em primeiro lugar.

*(...) eu queria que meu pai parasse de bebê e ficasse bonzinho (F-70, F-69, F-50, F-47).*

Esse é apontado pelas crianças e adolescentes como o principal problema no contexto familiar, capaz de gerar brigas e violência, No entanto, não existem dados de pesquisa que

venham validar essa colocação por parte das crianças e adolescentes que vivenciam essa problemática.

Em estudo realizado, as vítimas de violência, em 41% dos casos, relatam que seu agressor não estava sob efeito do álcool no momento da violência (GOMES et al., 2006). Também existem outros estudos, realizados no México e no Chile que apontam não ter sido possível, ao contrário do que se esperava, encontrar no uso do álcool predisponente para suscitar a violência. (ORTEGA et al., 2001) (VIZCARRA et al., 2001) Nesse estudo, não prevaleceu, nas questões de violência doméstica contra a mulher e seus filhos, a presença do álcool. Os autores esclarecem que esses resultados podem estar subestimados, pois, parte das vítimas, não relatam o uso do álcool ou não havia essa resposta em seus prontuários.

Não fica claro realmente a importância do álcool em episódios de violência, mas para as crianças e adolescentes que vivem e vivenciam os episódios de violência e sentem, na própria pele e corpo, os efeitos disso em seu cotidiano, parece que a percepção é a de que, sem a bebida, a vida ficaria melhor.

#### **7.4.12- Presença do ciúme como sendo um dos motivos para a violência**

Nesta categoria abordar-se-á a questão do ciúme como um dos motivos que levam a episódios de violência. Segundo os relatos das crianças e adolescentes, o ciúme do pai pela mãe ou da mãe pelo pai sempre é motivo de briga e violência,

*(...) meu pai é ciumento demais, qualquer coisa bate na mãe, tem ciúme de tudo se ela atrasa do serviço, ele fica dizendo que tá levando chifre, que a mãe tá traindo ele, é o ciúme dela (E-21, E-24, E-38).*

Para eles, o ciúme acaba levando a discussões e essas se transformam em violência que, de certa maneira, acaba também por envolvê-los, uma vez que, a partir do momento que

eles interferem na violência dos pais, acabam apanhando junto. Assim, se o pai deixasse de ser ciumento, na percepção deles, a violência não teria início.

*(...) minha mãe e meu pai briga muito, minha mãe tem ciúme da vizinha, meu pai não pode oiá pô lado da casa da vizinha que a mãe parti pá briga, chama a muié de macaca fedida, já foi presa por causa disso, tirô a roupa e abriu a perna pá muié olha e sabe que ela é muié também ai foi presa, e nois fomos tudo po abrigo, tudo por causa do ciúme, a mãe é boa mais bebe cachaça e briga muito por causa do pai, morre de ciúme dele e só faiz baixaria (E-62, E-64, E-65, E-66).*

Esses relatos são de um casal que teve 13 filhos e a casa e a família são completamente carentes de todos os recursos possíveis e inimagináveis. São crianças e adolescentes que vivem na rua, não tomam banho, vivem sujos; alguns freqüentam a escola, outros não vão regularmente ao núcleo, tendo pais que bebem muita pinga.

Quando a violência tem início, os filhos fazem tudo o que é possível. São muitas as interferências para que a mesma cesse, chamam a polícia inúmeras vezes, até o dia em que a polícia resolve levar os pais presos, em decorrência da violência entre o casal. Os filhos também entravam no meio para que tudo acabasse, até nas brigas com os vizinhos. Como consequência, todos os filhos vão para o abrigo e lá, dizem eles, é muito pior do que em sua casa, pois apanham dos outros, dormem no chão e sentem muito mais medo e desamparo do que em casa, junto dos pais.

*(...) eles briga, bebe pinga, tem um ciúme do outro pá morre, briga até de olha pô lado, mas se gosta e gosta de nós, tem que o ciúme não acontece e a pinga para (E-62, E-63, E-64, E-65).*

Esses são relatos de crianças e adolescentes que percebem a violência como sendo fruto do ciúme entre seus pais e que, para eles, se não existisse o ciúme, a vida seria boa e tranqüila, sem nenhuma intercorrência. O cenário familiar só é problemático devido à presença do ciúme. Na percepção dessas crianças e adolescentes, todo o problema de sua

família se resume ao ciúme e é nesse ponto que eles insistem durante todo o transcorrer da entrevista.

Não há comprovação efetiva de que realmente a percepção dessas crianças e adolescentes esteja certa. Há necessidade de estudos para se obter maiores informações sobre essa situação. Sagim (2003) observou, em relatos de Boletim de Ocorrência, em uma Delegacia de Atendimento à Mulher, que a presença do ciúme estava presente na quase totalidade dos episódios de violência doméstica contra a mulher e também contra os filhos.

A questão também aparece como um dos motivos para desencadear episódios de violência. A criança e/ou adolescente, que presencia as cenas de ciúme entre seus pais, seguidas de episódios de violência realmente, o associa à forma de violência em sua casa e contra sua própria mãe e filhos.

#### **7.4.13 - Presença do desemprego como motivo de violência**

Nesta categoria considerar-se-á o desemprego como motivo para episódios de violência na percepção das crianças e dos adolescentes.

Para eles, o fato de os pais não trabalharem e ficarem, diariamente, em casa, sem fazer nada, apenas bebendo pinga, xingando e, por outro lado, a mãe saindo para ir trabalhar e voltando sempre ao iniciar a noite, acaba gerando violência. Para eles, o fato do pai passar a maior parte do tempo sem fazer nada, já é motivo para violência.

As crianças e adolescentes dizem que:

*(...) o pai fica em casa não faz nada, não traiz dinheiro, nem comida, ele tem que trabaiá (E-14, E-17, E-22, E-25).*

Eles associam a idéia de ver o pai em casa, sem fazer nada, com as cenas de violência quando a mãe chega do trabalho, cansada.

Em relação ao desemprego, pesquisas indicam estar associado a episódios de violência (BRITO; DIRCE; MENDOÇA, 2005), mas ainda não há estudos suficientes que comprovem, satisfatoriamente, a associação entre desemprego e violência contra a mulher e seus filhos.

Nessa categoria, não foi possível discutir, de maneira mais ampla, pois não se tem dados suficientes na argumentação dos entrevistados sobre o fato de o desemprego ser um dos motivos que levam à violência. Os dados das entrevistas remetem às falas em que as crianças e adolescentes dizem que a falta de um trabalho para o pai é o que faz com que ele cometa os atos de violência contra a mãe e seus filhos. Para eles, a desocupação do pai gera violência



## ***8 - DISCUSSÃO DOS DESENHOS***

---

## 8 - DISCUSSÃO DOS DESENHOS

A metodologia utilizada na aplicação dos onze desenhos para as crianças e adolescentes foi uma entrevista estruturada, contendo três questões fechadas. Para todos os desenhos, foram feitas as três perguntas abaixo:

1- O que acontece neste desenho?

2- Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?

3- O que mais você tem a falar sobre este desenho?

O procedimento para realização deste instrumento foi o de que cada desenho fosse apresentado da mesma maneira, iniciando-se pelo primeiro e prosseguindo, na seqüência, até o último.

Os desenhos foram todos selecionados, pensando em situações familiares, nas quais a criança e o adolescente pudessem observar o cotidiano de uma família, em seus vários momentos cotidianos, sob várias perspectivas.

O desenho 1- Um casal de crianças jantando em uma família reunida.

O desenho 2- Um pai está lendo um livro para seu filho na cama, enquanto ele não adormece.

O desenho 3- Uma irmã mais velha está dando banho na irmã menor.

O desenho 4- Uma mãe está saindo e a filha está, supostamente, ficando sozinha em casa.

O desenho 5- Uma mãe está batendo na filha, supostamente, para educá-la.

O desenho 6- Uma menina entregando um livro a um adulto, supostamente seu professor, que lhe agradece pela devolução.

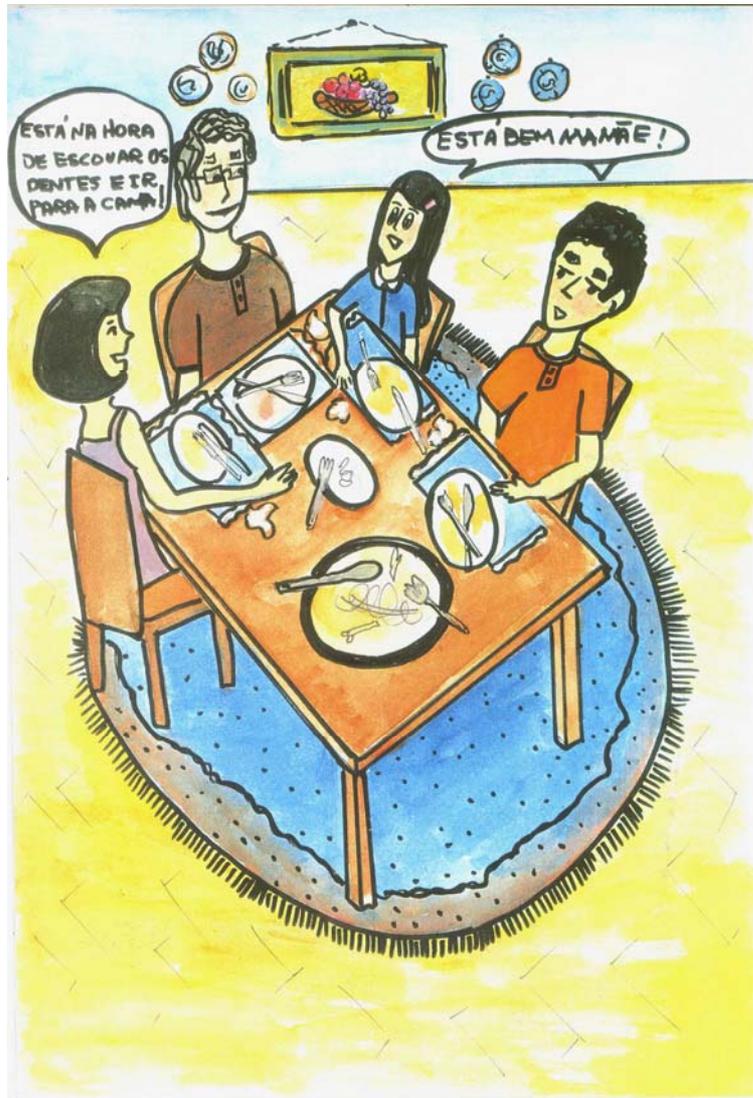
O desenho 7- Um menino é repreendido e classificado de mal-educado pelo pai.

O desenho 8- Um menino quebra um brinquedo diante de um adulto, supostamente, seu pai.

O desenho 9- Uma mulher, supostamente sua mãe, convida uma menina para arrumar o quarto dela e essa responde de forma desobediente.

O desenho 10- Dois meninos em uma situação supostamente de briga no recreio.

O desenho 11- Dois meninos numa cena de briga supostamente violenta.

**Desenho 1****A- O que acontece neste desenho?**

Ao observar esse desenho, as crianças e adolescentes fizeram uma descrição do que estavam vendo.

*(...) é uma família jantando (E-3).*

Todas as respostas ficaram centradas na descrição da família do desenho ou do que eles estavam observando, como sendo algo mais significativo ou importante para eles.

*(...) a família é bonita, tem prato, colher e faca, na minha casa não tem isso não (E-6, E-8, E-13).*

Essas observações, talvez, sejam mais significativas, pois, além de emitirem uma opinião sobre o cotidiano de sua família, a criança e o adolescente fazem observações sobre o fato da família em questão. No desenho, ter prato, colher e associarem tudo isso ao fato de que a família de origem não tem. Isso, para eles, de certa forma, marca algo importante, porque, em muitas ocasiões, durante a entrevista ou na conversa que antecedeu a coleta de dados, eles sempre mencionaram que, por quebrarem um copo, ou prato, irão apanhar muito. Quando mencionavam o fato de que a família do desenho é bonita e tem prato e colher, talvez seja porque, em seu cotidiano, esses são utensílios que dispõem de muito valor, uma vez que, quando os quebram, apanham, e também porque nem todos os entrevistados possuem, em suas casas, pratos, garfos e copos suficientes para todos os membros da família.

### **B) Por que as crianças estão se comportando assim?**

Ao fazer essa pergunta à criança e ao adolescente, as respostas foram que eles são educados e que o comportamento da criança do desenho, deve-se ao fato dos pais terem a educado para que fosse assim.

*(...) ah, elas são educadas (E-5).*

*(...) né tem respeito pelo pai (E-13).*

*(...) a mãe mando (E-23).*

*(...) a mãe da educação pá elas, a minha não faiz isso (E-33).*

*(...) tão feliz, tem família né (E-19).*

Como pode ser observado, as falas das crianças e adolescentes, ao responderem à pergunta, referem-se ao comportamento das crianças do desenho, como sendo algo que a mãe ensinou a fazer, oferecendo educação para que se comportasse dessa forma.

As respostas dos participantes recaem sobre essas falas. O que pode ser entendido disso é que as crianças e adolescentes entendem que, para ter um comportamento como aquele, demonstrado no desenho, a criança tem que ser ensinada, educada e comportada e, tal como mencionam, cabe aos pais essa responsabilidade.

*(...) elas são educadas, o pai e a mãe deu educação (E- 11).*

Os participantes, ao responderem, pensaram também que o comportamento delas está relacionado ao fato de terem comida em casa, uma mesa bonita. A menção à mesa bonita aparece (40 - 52%) crianças, como sendo a principal razão vista por eles.

*(...) tem comida (E-9).*

*(...) não passa fome (E-45).*

*(...) a comida e educação é assim (E-54).*

*(...) a comida é bom tê comida até eu fico assim tenho fome (E-39).*

Com relação a essa pergunta, ficou claro que, para essas crianças e adolescentes, a educação, ser educado, ter bom comportamento, cabe aos pais. Nesse sentido, o fato de muitos deles terem problemas por passarem por algumas necessidades materiais, deve-se ao fato dos pais nem sempre estarem trabalhando. Muitos associam educação com comida e, desta forma, acreditam que sentem fome por culpa dos pais.

### **C- O que você tem a falar sobre esse desenho**

Ao fazer essa pergunta às crianças e aos adolescentes, as respostas foram no sentido de atribuir um sentimento ao desenho, como também trazer à tona a opinião deles.

A grande maioria das respostas (69 - 90%) crianças e adolescentes responderam ao desenho.

*(...) é muito triste (E-73).*

*(...) e que dá tristeza e vontade de chorar (E-56).*

*(...) olho e dá vontade de chorar (E-73).*

*(...) é triste tão triste deu tristeza vê ele (E-34).*

*(...) quero chorá (E-61).*

As crianças e adolescentes, ao responderem essa questão, ficaram realmente tocadas, sendo que algumas se comoveram e choraram (14 - 18%); outras (8 -10%) rasgaram o desenho, sem nenhuma indicativa de que fariam isso.

O que deu para perceber é que os desenhos referentes a essa pergunta, em especial, tocou-as de maneira especial, levando-as a comportamentos alterados.

**Desenho 2****A- O que acontece neste desenho?**

As crianças e adolescentes, ao observarem esse desenho, e responderem à pergunta, referem-se ao fato do pai do desenho ser bom, gostar do filho. A maioria das respostas (60 - 78%) está centrada nesses itens.

Para essas crianças, as respostas são de que.

*(...) o pai é muito bom (E-27).*

*(...) gosta do filho, meu pai não gosta (E-75).*

*(...) lê a história pro filho cresce bem (E-49).*

Ao ver o desenho, as respostas são no sentido de que o pai é bom porque lê para o filho e isso, para essas crianças e adolescentes, é algo muito diferente da realidade por eles vivenciadas.

*(...) meu pai não faiz isso não gosta de mim (E-58).*

*(...) quero um pai assim, porque o meu pai não é assim (E-38).*

*(...) é bom ter um pai bom e que cuida da gente (E-75).*

*(...)lá em casa só tem briga e o pai bate (E- 67).*

*(...) não tenho quarto o dele é lindo (E-44).*

*(...) não tenho um pai assim (E-20).*

Como pode ser observado pelas respostas, essas crianças, ao se depararem com os desenhos e perguntas, fizeram assimilações com cenas familiares, que, no entanto, não são vivenciadas por elas e, de alguma maneira, foram tocadas por essas imagens, levando-as a pensar sobre o pai que têm em casa.

Essas crianças e adolescentes, em suas falas, ao dizerem que.

*(...) é bom ter um pai que cuida da gente (E-75).*

Ao ressaltarem isso, elas estão querendo mostrar que não têm, em casa, com o seu pai, o cuidado que gostariam de ter.

Essas crianças e adolescentes, com essas falas, dizem que seus pais não são bons. Nesse sentido, não devemos esquecer que são crianças e adolescentes que, para terem desenvolvimento saudável, precisam e necessitam ser cuidadas, protegidas e sentirem-se amadas.

**B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

As crianças e adolescentes, ao responderem essa pergunta, a grande maioria das respostas (70 - 91%) foi a de que *gostam do pai, e o pai gosta delas*.

Por essas falas, pode-se pensar que elas entendem que, quando se gosta de alguém e sentem que gostam dela também, ocorre mudança positiva no comportamento, ou seja, quando essas crianças e adolescentes sentem-se amadas, encontram motivo para mudarem o comportamento. Esse fato é importante, pois, essas crianças e adolescentes, vêm de famílias, onde há presença da violência doméstica contra a mãe e contra elas, sendo que, uma justificativa apresentada pelas mães, quando agredem seus filhos, é o mau comportamento das mesmas.

Para elas, o comportamento dos pais é determinante na forma como irão se comportar, tanto em casa como no convívio em sociedade e com seus pares.

**C) O que você tem a falar sobre esse desenho?**

Ao fazer essa pergunta para as crianças e adolescentes, as respostas foram no sentido de atribuir um sentimento ao desenho, como também a opinião deles.

A grande maioria das respostas (70 - 91%) disse que as crianças e adolescentes respondem que o desenho.

*(...) é muito triste (E-65).*

*(...) triste e bonito (E-56).*

Eles se referiram ao desenho como sendo algo triste e bonito. Essas são as respostas que aparecem em sua maioria (70 - 71%) o que não deixa de ser contradição, pois o desenho, ao mesmo tempo, é muito triste é também bonito; eles unem sentimento - o de tristeza e emitem sua opinião, ao dizer que os desenhos são bonitos.

Toda as vezes que essa pergunta foi feita, a criança alterou seu comportamento e, para tal reação, não foi encontrada uma resposta, nem dados capazes de explicá-la.

Mas, as mudanças, realmente, são profundas, variando desde o choro (16 - 21%); como pedir para ir embora (10 - 13%); rasgar os desenhos (8 - 10%). Não se tem resposta para essa colocação nesta pesquisa.

**Desenho 3****A) O que acontece nesse desenho?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta, as respostas foram, em sua maioria (65 - 84%), relacionadas ao comportamento da irmã mais velha, em dois sentidos. No primeiro, diz respeito ao fato de a irmã cuidar da menor e, no segundo, que ela precisa ajudar em casa, enquanto a mãe está trabalhando.

Os participantes dizem que.

*(...) a irmã é boa, e ajuda a mãe (E-49, E-55).*

O que ressalta o comportamento adequado da irmã mais velha.

Em muitas respostas, os participantes dizem que eles fazem em casa aquilo que o desenho demonstra.

*(...) eu do banho nos irmanzinho menor, faço isso todo dia se não apanho (E-61, E-72).*

As respostas a essa pergunta estão centradas no comportamento adequado da irmã mais velha, dando banho na irmã menor e, essa situação para os participantes, é algo próximo.

*(...) faço isso em casa (E-36).*

*(...) cuido dos meus irmãos, minha mãe trabalha e eu cuido da casa (E-32).*

*E diz muito a respeito do seu cotidiano.*

As meninas disseram que realizam essa tarefa em casa, para ajudar as mães, Elogiam a menina do desenho, como sendo.

*(...) uma boa menina (E-33).*

Essas crianças e adolescentes, desde muito cedo, aprendem a ajudar nas tarefas domésticas, pois as mães trabalham fora e têm muitos irmãos. Nesse sentido, esse desenho, para elas, retrata bem o cotidiano.

### **B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta, mencionam a violência associada ao comportamento da menina do desenho.

Ao olhar o desenho, as respostas são que, em suas casas, isso acontece sempre. Como as mães trabalham fora, o cuidado dos filhos menores fica sob a responsabilidade dos irmãos maiores e, quando encontram essa situação retratada em um desenho, sentem-se bem.

*(...) é bom vê isso, em casa é assim (E-77).*

*(...)faço isso sempre (E-66).*

*(...) a menina parece minha irmã ela é boa (E-44).*

*(...) é bom sabê que tem desenho com isso (E-33).*

A maior parte das respostas (65 - 84%) é que, se o comportamento não for como aquele que o desenho mostra, a irmã irá bater na outra menor.

*(...) tem que sê assim, se não a irmã bate nela, e ela fica sozinha e tem medo (E-51).*

Os participantes vêem, no desenho, a irmã cuidando dos menores. Isso os leva a outra questão; eles passam a ver, na irmã maior, uma inversão de valor, uma vez que ela, cuidando dos menores como se fosse a mãe, recebe a responsabilidade também de educar. No caso de não se comportarem, *apanham, ficam sozinhas e sentem medo*; essas são falas ditas por elas, podendo comprovar a inversão de valor. Nesse sentido, o que sempre foi papel atribuído às mães, hoje, cabe aos filhos maiores.

Outra resposta, que aparece em número menor (8 - 10%), é o fato de atribuírem à menina do desenho sentimentos de bondade.

*(...) ela é boa, menina boazinha (E-23).*

Ressaltam a situação dela trabalhar para a mãe.

*(...) trabalha pá mãe (E-15).*

As respostas, nesse item, são de constatação, uma vez que elas vivem essa realidade, em suas casas.

**C) O que você tem a falar sobre esse desenho?**

Os participantes, a essa pergunta, emitem três respostas diferenciadas, na primeira o.

*(...) não sei.*

Ditas por (16 - 21%) participantes. Na segunda, emitem sentimentos de tristeza.

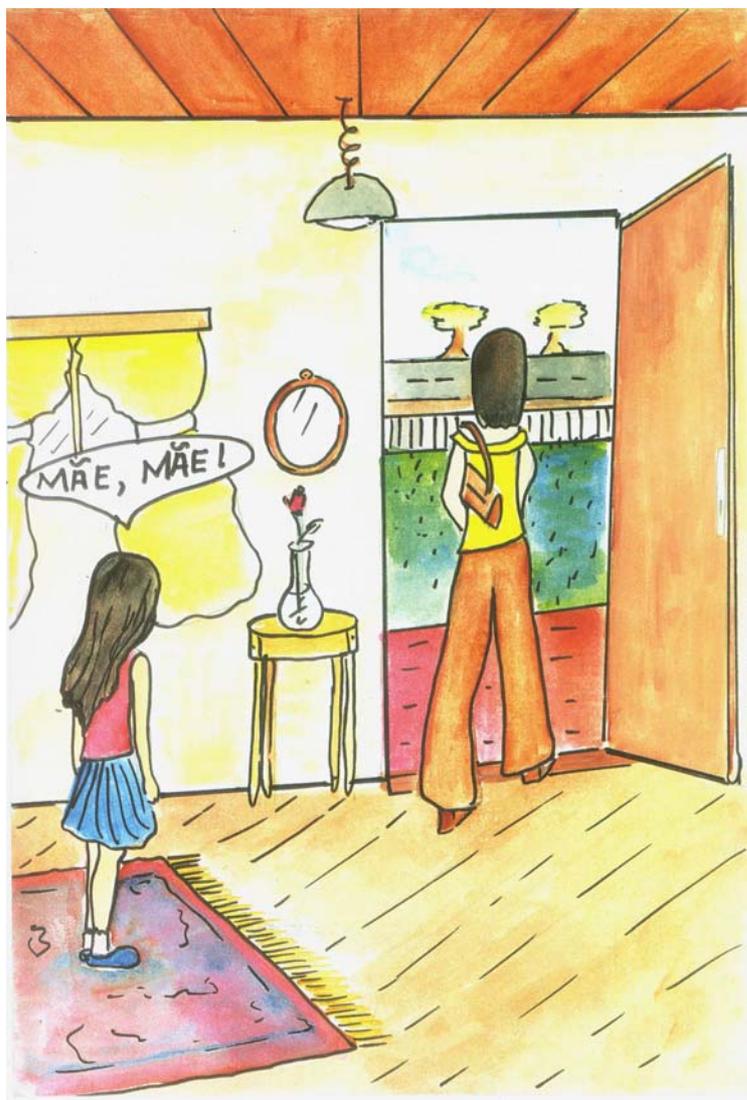
*(...) é muito triste vê isso dá vontade de chorar (E-16).*

As respostas, em sua maioria, dizem respeito a essa afirmação (50 - 65%). Na terceira (11 - 14%) participantes dizem que.

*(...) é errado e triste, né a filha tê que fazê isso, não acho certo a irmã tê que cuidá da outra (E-21, E-26, E-31, E-43, E-22).*

O que faz pensar que, apesar de viverem essa situação em suas casas, não consideram que esse comportamento é adequado.

Os desenhos mostrados aos participantes não nos permitem comprovar o que eles realmente pensam, uma vez que o desenho se limita a uma opinião deles, que pode ou não ser dita de maneira verdadeira.

**Desenho 4****A) O que acontece neste desenho?**

Ao responderem essa pergunta, as crianças e adolescentes referem-se ao comportamento da mãe, de deixar a filha sozinha em casa, como sendo errado. Para eles, é algo próximo de suas realidades, pois vivenciam isso no cotidiano. Para eles, a mãe é ruim e vai abandoná-los. A maioria das respostas (66 - 86%) é sobre essa afirmação.

*(...) ah, mãe faz isso me deixá, diz que não vai voltá, fala que vai embora e não voltá mais, vai deixá nós, a mãe é ruim, não pode se assim (E-27, E-33, E-43, E-54, E-64, E-71).*

Para eles, a mãe fala isso diariamente quando sai de casa, causando sérias interferências, uma vez que sentem medo de serem abandonados. No local onde essas crianças e adolescentes moram, existem mães que saíram para trabalhar e não voltaram para casa e, assim, o medo delas se justifica por isso. Esses participantes, durante a entrevista, mencionam esses fatos, interrompem a entrevista para fazerem comentários sobre seus amigos que foram abandonados pela mãe.

*(...) ah Maria<sup>9</sup>, minha amiga a mãe foi embora e ela foi pô abrigo (E-24).*

*(...) o João a mãe falô que ia trabalhá e nunca volto ele morá com os irmãos e o pai que bebe e bate neles (E-12, E-15, E-31).*

Essas informações foram anotadas no diário de campo e, quando a pesquisadora os levava para suas casas, eles mostravam essas crianças abandonadas pela mãe. Isso, para eles, é algo sério e que provoca muito medo.

Esse desenho é muito importante para eles, pois remete, de forma integral, à vida que têm. O participante E-48, um adolescente de 16 anos, ao olhar esse desenho, lembrou-se de quantas vezes, em sua infância, foi deixado em casa, sozinho. E com os olhos cheios de lágrimas, disse.

*(...) no desenho, a mãe não podia faze isso, a filha sofre, dói, dá medo, a mãe dizia não vô voltá, vô deixá você pô seu pai, você é ruim, não chora menino, não volto.*

Para ele, esse desenho lembra os momentos difíceis vividos na infância, o que lhe é muito difícil. Ele chorou e pediu desculpas por estar chorando. Disse, ainda, que era difícil lembrar-se do passado sem chorar pelos momentos tão tristes. Logo no início de nossa conversa, mencionou que ter tentado o suicídio e também que ter feito uso de maconha, na intenção de esquecer o seu passado.

---

<sup>9</sup> Nome fictício.

Essas crianças e adolescentes demonstram viverem, no seu cotidiano, episódios de tristeza, angústia e medo. Dizem que, até o momento em que a mãe não retorna para casa, vinda do trabalho, ficam ansiosos, nervosos e tristes, pois, ao sair, a mãe disse que não saber se voltaria. Eles mencionam que se sentem angustiados e, só conseguem relaxar, quando a mãe retorna para casa.

*(...) ai fico de boa quando ela chega, dá pá pensá tenho mãe aí (E-50, E-46, E-35).*

Os participantes (11 - 14%) dizem também que a mãe sai para trabalhar e vai trazer comida e dinheiro para casa e que, sem isso, passam fome.

*(...) foi trabalhá pá colocá comida em casa, trazê dinheiro (E-75, E-66, E-31).*

O entendimento deles é o de que, se a mãe não sair para trabalhar, eles não terão alimentos, nem dinheiro. Para eles, o fato da mãe sair e eles ficarem sozinhos é o que garante a comida na mesa, todos os dias.

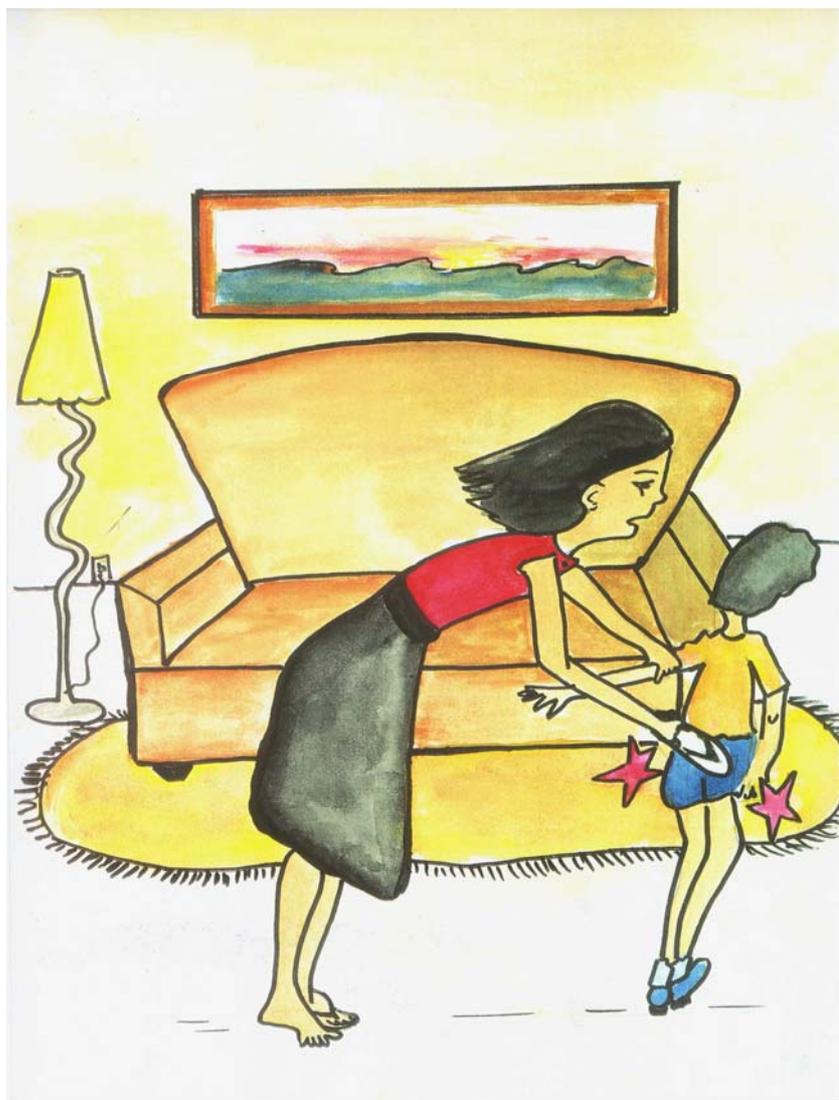
### **B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

As respostas foram iguais ao item anterior, A, onde expressam o medo do abandono, da mãe estar errada e, principalmente, o medo da mãe não retornar para casa.

### **C) O que você tem a falar sobre este desenho?**

Os (77 - 100%) participantes disseram que o desenho *é triste, feio, dá medo da mãe fazê isso me abandoná.*

Como pode ser observado, para eles, a mãe sair e não voltar causa um sentimento de medo muito grande. Todos referem o medo que sentem de serem abandonados. Essa informação foi passada ao término dos desenhos e anotada no diário de campo. Dizem ainda que, enquanto as mães não voltam, nem brincar ou ver televisão os deixa calmos.

**Desenho 5****A) O que acontece neste desenho?**

Sessenta (78%) participantes, ao responderem essa pergunta, emitem opinião sobre a criança do desenho, dizendo que.

*(...) ela é uma criança ruim e fez coisa errada, têm que apanhá* (E-44, E-46, E-56, E-58).

Discorrem sobre a criança e não sobre a atitude da mãe. Elas referem-se ao fato da criança ser “ruim” e merecer apanhar. Ao falarem isso, talvez estejam se projetando,

colocando-se no desenho e emitindo opiniões. Também podem acreditar que o fato da mãe bater na filha não é um ato de prática de educação, e que, se a filha apanha, é porque merece, por ser ruim e fazer algo errado. Acreditam que a mãe está certa, pois é isso que o cotidiano lhes mostra.

Alguns (10 - 13%) participantes referem-se a esse desenho dizendo que o comportamento da mãe é errado.

*(...) não é batendo que a filha vai entender, mãe é ruim (E-31, E-12, E-29).*

Eles vivenciam isso, diariamente, e apanham bastante por não se comportarem como as mães desejam.

*(...) apanho assim todo dia (E-45).*

Essas crianças e adolescentes, talvez, entendam, por experiências próprias, que não é batendo que se educa, uma vez que, no cotidiano deles, essa situação é freqüente.

Outros (5 - 6%) participantes, quando viram o desenho da mãe batendo na filha, vêem a mãe como sendo uma pessoa ruim. Eles não conseguem apenas observar o desenho, mas se colocam neles conforme sugerem algumas respostas.

*(...) minha mãe é assim, isso é sempre comigo assim, minha mãe é assim (E-12, E-29, E-39).*

Para eles, o que importa é que vivem isso no cotidiano, o que é considerando ruim e causador de marcas. Quando se referem ao fato de ser assim em suas casas com suas mães, a voz, o semblante deles se transforma; ficam tristes e alguns iniciam choro, falando que a mãe sempre age dessa maneira.

*(...) apanho e nem sei por quê (E-55).*

Essas são crianças e adolescentes que se sentem desprotegidos e a forma como são tratados em casa, por sua mãe, é motivo de tristeza.

Eles estão no início de suas vidas, de seu desenvolvimento e já viveram situações difíceis e dolorosas, que irão deixar marcas. Prova disso é que, só de olhar o desenho, ficam tristes. Alguns (2), dizem até que isso é assim na sua vida.

(...) *minha vida assim só tristeza* (E-11, E-21).

São crianças e adolescentes que deveriam estar tendo desenvolvimento saudável, pleno, seguro e não sofrendo emoções tão negativas ao olhar um desenho e ver a sua vida ali retratada.

### **B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

Setenta (91%) participantes, ao responderem a pergunta, disseram que a criança é ruim, fez coisa errada e, por isso, merece apanhar. As respostas emitidas nesse item são iguais às do item anterior, A. Por essa razão, não serão discutidos os resultados, para não haver repetição.

### **C) O que você tem a falar sobre esse desenho?**

Os 77 (100%) participantes responderam emitindo sentimentos de tristeza. Essa pergunta e os desenhos nesse item remetem à respostas de sentimentos negativos como tristeza. Nesse caso específico, todos mencionaram que o desenho era triste.

Não há resultados para que se possa discutir qual a razão para essa afirmação, mas, o que pode ser pensado, como opinião, é que a vida dessas crianças e adolescentes é tão difícil que os desenhos, de certa maneira, fazem com que lembrem da sua vida, os deixando tristes. No entanto, não há como confirmar essa opinião emitida.

**Desenho 6****A) O que acontece neste desenho?**

Os 74 (96%) participantes responderam à pergunta referindo-se à devolução do livro.

*(...) devolve o livro.*

Três (4%) participantes disseram que a menina do desenho.

*(...) ela é boa.*

As respostas, de certa maneira, foram respondidas de forma a demonstrar que fizeram a descrição do que viram, e opinaram sobre a menina, ao dizerem que ela é boa.

### **B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim ?**

Os participantes, em sua maioria (55 - 71%), responderam dizendo que a criança é educada e que os pais a ensinam ser assim.

*(...) o pai e a mãe ensina, ela tem respeito e educação (E-32, E-41, E-54).*

Para os participantes, o comportamento dos pais na educação da menina é imprescindível para que ela aprenda a ser tão educada.

Os pais são educados e ensinam os filhos. Os participantes referem-se a isso de forma a deixar claro que seus pais não agem esta forma, não têm essa conduta por não terem educação e, assim, se não têm educação, como podem transmitir isso a seus filhos?

Os pais ensinam os filhos o que eles sabem: alguns (10 - 13%) dizem que

*(...) o meu pai não sabe se educado, é ruim (E-12, E-68, E-75).*

Algumas dessas crianças e adolescentes (12 -16%), disseram que seus pais apenas gritam e xingam, não sabendo conversar e falar baixo.

*... a mãe grita na escola, não tem respeito não, e não ensina, né (E-26, E-31, E-54).*

Eles referem-se à educação e respeito como comportamentos aprendidos em casa. No entanto, se os pais não têm educação e nem respeito pelos outros, conversam gritando e xingando, como vão ensinar aos filhos serem educados e terem respeito pelo outro, tal como a menina do desenho?

Esse desenho remete as crianças e adolescentes à situações de incapacidade dos seus pais em serem melhores diante dos filhos, ensinando-os a serem educados e terem respeito

pelos outros. Para eles, é muito difícil ver essa situação retratada em um desenho, lembrando-lhes o quanto é difícil ter uma família, na qual o comportamento é tão diferente daquele vivenciado nos desenhos apresentados. Isso parece mexer profundamente com suas emoções e eles acabam ficando entristecidos.

### **C) O que você tem a falar sobre este desenho?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta, em sua maioria (75 - 97%), disseram *nada* e apenas (2 - 3%) participantes referiram-se ao desenho como sendo bonito.

O que não ficou claro foi o porquê das respostas serem *nada*; talvez, para eles, esse desenho não tinha mais nada a ser acrescentado. Todavia, não há como discutir esse dado porque não existem resultados para elaborar uma discussão.

## Desenho 7

**A) O que acontece nesse desenho**

Os participantes responderam a essa pergunta, dizendo, na sua totalidade, (77 - 100%), que aprenderam com o pai e com a mãe a serem assim.

*(...) a mãe e o pai ensina a sê assim, vê briga em casa aprende, né (E-67, E-73, E-76).*

As crianças e adolescentes referem-se ao desenho como se o comportamento da criança fosse algo ensinado e apreendido, por meio de exemplos passados pelo pai. Nesse caso, em casa, o pai ensina a brigar.

*(...) a mãe e o pai ensina a sê assim, vê briga em casa aprende, né (E-67, E-73, E-76).*

Para eles, fica muito claro que o comportamento errado dos pais leva ao comportamento errado da criança.

O que mais surpreende é o fato de que, no desenho, em nenhum momento, ao ser elaborado, houve a pretensão de levar a inferir se o pai ensina o filho a brigar ou não.

É importante ressaltar que essas crianças e adolescentes crêem que seus atos e atitudes estão relacionados com a vivência e experiências familiares às quais estão expostos, diariamente.

### **B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

Os participantes, na sua totalidade (77 - 100%), responderam dizendo que o comportamento das crianças está relacionado ao que vivenciam em casa. As respostas são as mesmas do item anterior.

*(...) a mãe e o pai ensina a sê assim, vê briga em casa aprende, né (E-14, E-35, E-70).*

Em decorrência disso, não há como discutir esse item para que não se torne repetitivo.

Parece importante o fato dessas crianças e adolescentes verem, em seus pais, um modelo de vida a ser aprendido e seguido. Quando vivem em lares onde há a violência e eles começam a brigar ou a discutir, associam isso ao comportamento aprendido em casa por atitudes dos pais. As falas mostram isso.

### **C) O que você tem a falar sobre esse desenho?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta o fazem com o mesmo conceito das anteriores que, em decorrência do que vivenciam em casa, com seus pais, aprendem a brigar.

*(...) aprendem tudo com os pais (todos os 77 entrevistados).*

As falas dos participantes, ao responderem sobre esse desenho, mostram que, para eles, a vida em família e o comportamento dos pais determinam o que eles virão a ser.

**Desenho 8****A) O que acontece neste desenho?**

Neste desenho, como no anterior, no qual aparecem cenas de brigas e objetos quebrados, os participantes, em sua maioria (70 - 91%), disseram que a criança do desenho tem esse comportamento porque vê o pai fazendo isso e, nesse sentido, a criança aprende a fazer o que vê em casa.

*(...) vê o pai fazê isso e faiz igual (E-14).*

Essas crianças e adolescentes assistem à cenas de violência, em que o pai quebra os objetos, jogando-os na parede e, ao serem perguntados sobre o que acontece no desenho, respondem que aprendem em casa com o pai.

Alguns participantes (7 - 9%) disseram que vêem o pai fazendo e seguem o exemplo, como um comportamento a ser seguido.

*(...) o pai quebra tudo em casa o filho aprende, é feio quebrá as coisa (E-32, E-45, E-53, E-63).*

As crianças e adolescentes, ao virem esse desenho, disseram que.

*(...) o pai é assim vê o pai fazê isso, o pai quebra tudo, o filho aprende né (E-49, E-57).*

Os filhos repetem o que vêem o pai fazendo, tanto em situações positivas como nas negativas, conforme está nos desenhos.

### **B) Por quê você acha que as crianças estão se comportando assim?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta, mantêm-se na mesma linha de pensamento e disseram que comportamento está associado ao que vivem em casa, com seus pais. Essa é uma informação importante porque está presente nas falas deles, mostrando que é algo importante para os mesmos. Esse dado é bastante relevante quando se pensa em intervenção nas famílias onde existe violência.

Os participantes dizem que aprenderam com o pai.

*(...) o pai ensina, quebra tudo dentro de casa (E-76, E-68, E-15).*

*(...) quando o pai briga com a mãe, quebra tudo que vê (E-11, E-34, E-27).*

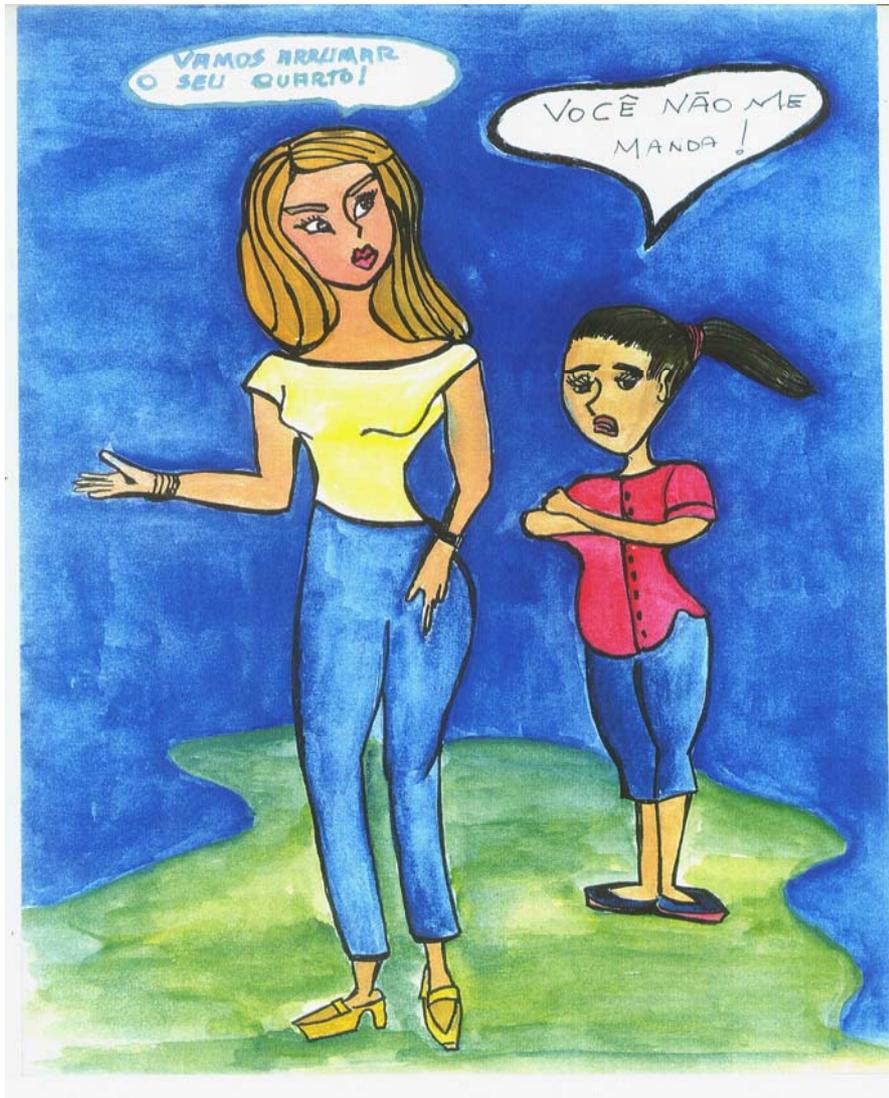
Mais uma vez, ressalta-se o comportamento dos pais diante dos filhos, dizendo que, o que assistem em casa, reproduzem fora dela.

**C) O que você tem a falar sobre esse desenho?**

Os participantes continuaram respondendo, mantendo a mesma linha de pensamento, na qual um comportamento presenciado em casa pode determinar a forma como irão agir, em determinadas situações.

(...) *isso acontece lá em casa, o pai quebra tudo, e assim* (respostas dos 77 entrevistados).

Isto que mostra, mais uma vez, que eles acreditam que, por o pai agir com violência ou quebrar objetos, faz com que os filhos aprendam a agirem da mesma forma, conforme já foi dito anteriormente.

**Desenho 9****A) O que acontece neste desenho?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta, na sua totalidade (77 - 100%) disseram que o comportamento da menina do desenho é assim porque foi desta forma que ela aprendeu com a mãe: a não ter educação. Eles referiram-se ao comportamento da criança como sendo algo que a mãe ensinou.

(...) a mãe ensino ela a se assim sem educação (E-67, E-12, E-47, E-66).

Eles atribuem à mãe como sendo ela a razão pelo comportamento errado da criança do desenho.

Essas crianças e adolescentes, ao observarem o desenho, colocam-se na situação demonstrada no desenho e inferem a responsabilidade da mãe ou do pai no que se refere ao comportamento errado da mãe e da criança, pois eles parecem acreditar que o desenho retrata aquilo que eles vivenciam em suas casas, com seus pais.

Assim, se a menina do desenho não é comportada e não obedece à mãe, é porque a foi ensinada assim. Não foi educada a ter respeito, nem a obedecer a mãe, quando solicitada.

Para eles, o comportamento dos pais, em casa, é indicativo, no momento em que observam os desenhos.

*(...) a mãe manda e eu não faço, não sô empregada, a mãe não deu educação, a mãe ensina a sê assim sem educação, a mãe não manda em mim (E-55, E-76, E-77).*

O que pode ser observado é que os desenhos permitem associações, os transportam para situações vividas com seus pais. Se eles são crianças e adolescentes que são agressivos ou vivem brigando, transportam esse comportamento ao que vêem em suas casas.

B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim

Os participantes ao responderem essa pergunta na sua totalidade (77 - 100%), dizem que.

*(...) a mãe ensino a se assim, não tem educação (E-55, E-61, E-60).*

Como pode-se observar, as respostas são na mesma linha de pensamento do item anterior, A, o que reforça, mais uma vez, o que eles pensam.

Não cabe discutir novamente essa questão, para não se tornar repetitivo.

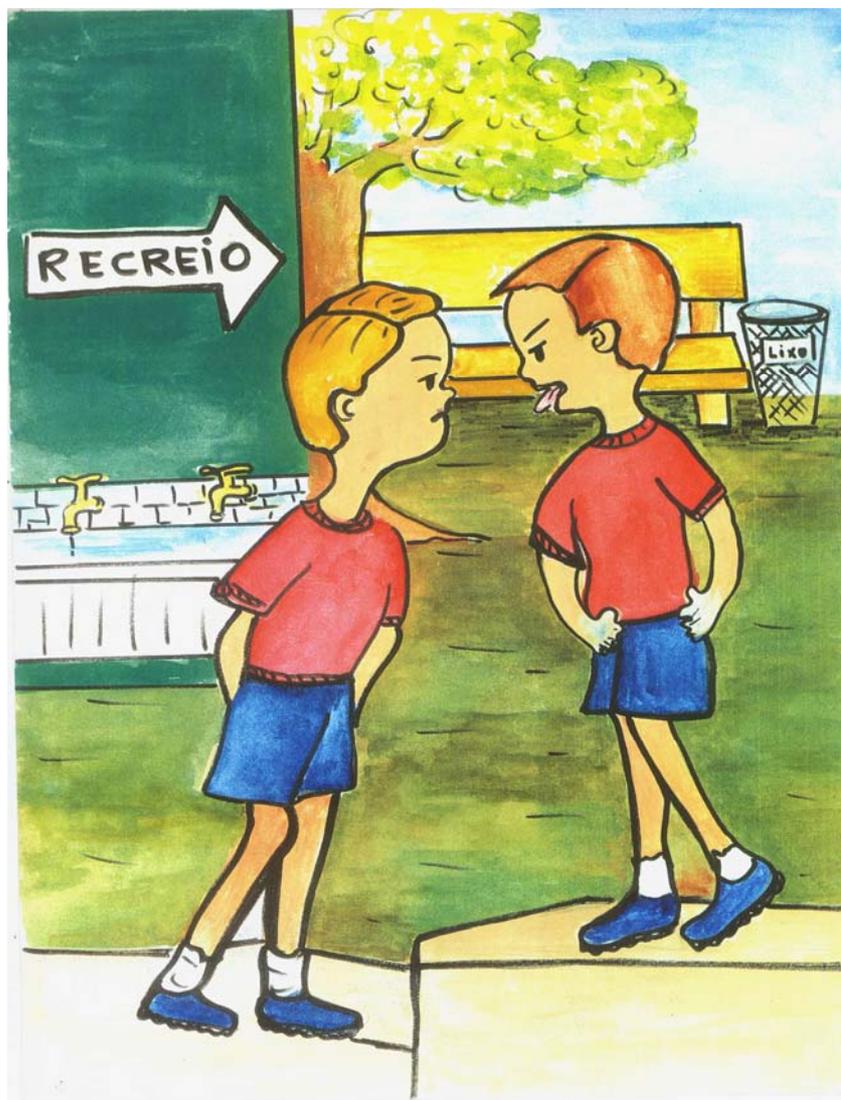
**C) O que você tem a falar sobre esse desenho?**

Os participantes, ao responderem a essa pergunta, mantiveram-se na mesma linha de pensamento e responderam, na totalidade (77 - 100%), como sendo a mãe a responsável pelo comportamento da criança, como já foi dito anteriormente.

*(...) a mãe ensino a se assim, não tem educação (E-53, E-69, E-65).*

Discutir esse resultado não é, portanto, necessário, uma vez que as respostas são as mesmas do itens anteriores, A-B, e, assim sendo, ficaria repetitivo falar a mesma coisa, já que não há dados novos nas respostas a essa questão

Desenho 10

**A) O que acontece neste desenho?**

As crianças e adolescentes, ao observarem esse desenho, disseram que o comportamento dessas crianças é errado e que aprenderam isso em casa, vendo os pais discutirem e brigarem. Em todos os desenhos, em que há situações de falta de respeito, educação e violência, as respostas dadas foram todas no sentido de que esse comportamento errado foi apreendido em casa, com os pais, que não ensinam seus filhos a terem respeito e educação.

Para as crianças e adolescentes, vivenciarem a violência em suas casas e assistirem a violência contra sua mãe é muito marcante, a tal ponto que, em relação a todas as cenas que insinuam violência, eles sempre dizem que os culpados são os pais e que esse comportamento foi apreendido em casa. Pode-se ver perceber que assistir e viver em ambientes marcados pela violência, deixa marcas profundas.

No desenho acima todas as respostas (77 - 100%) foram no sentido de que o comportamento errado das duas crianças deve-se ao comportamento inadequado dos pais em casa; *aprende em casa*.

*(...) vê o pai e a mãe brigá e acha certo, aí faiz igual, o pai ensina a batê e brigá, a mãe batê, ele aprende, isso ele vê em casa, em casa e assim* (E-21, E-34, E-49, E-56, E- 65).

Esses desenhos deixaram claro que as crianças e adolescentes percebem a violência como algo ruim e, principalmente, como um comportamento apreendido por elas e repetido no seu cotidiano, com seus pares.

### **B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

Os participantes, ao responderem esta pergunta, continuaram na mesma linha de raciocínio, ao dizerem que o comportamento da criança é aprendido em casa, por aquilo que vêem seus pais fazerem.

Aqui, as respostas, em sua totalidade, são que.

*(...) aprende em casa, vê o pai e a mãe brigá e acha certo, aí faiz igual, o pai ensina a batê, isso ele vê em casa, em casa e assim* (E-13, E-34, E-41, E-50).

Em decorrência das respostas terem sido as mesmas, não cabem discussões acerca dos resultados para que não fique repetitivo.

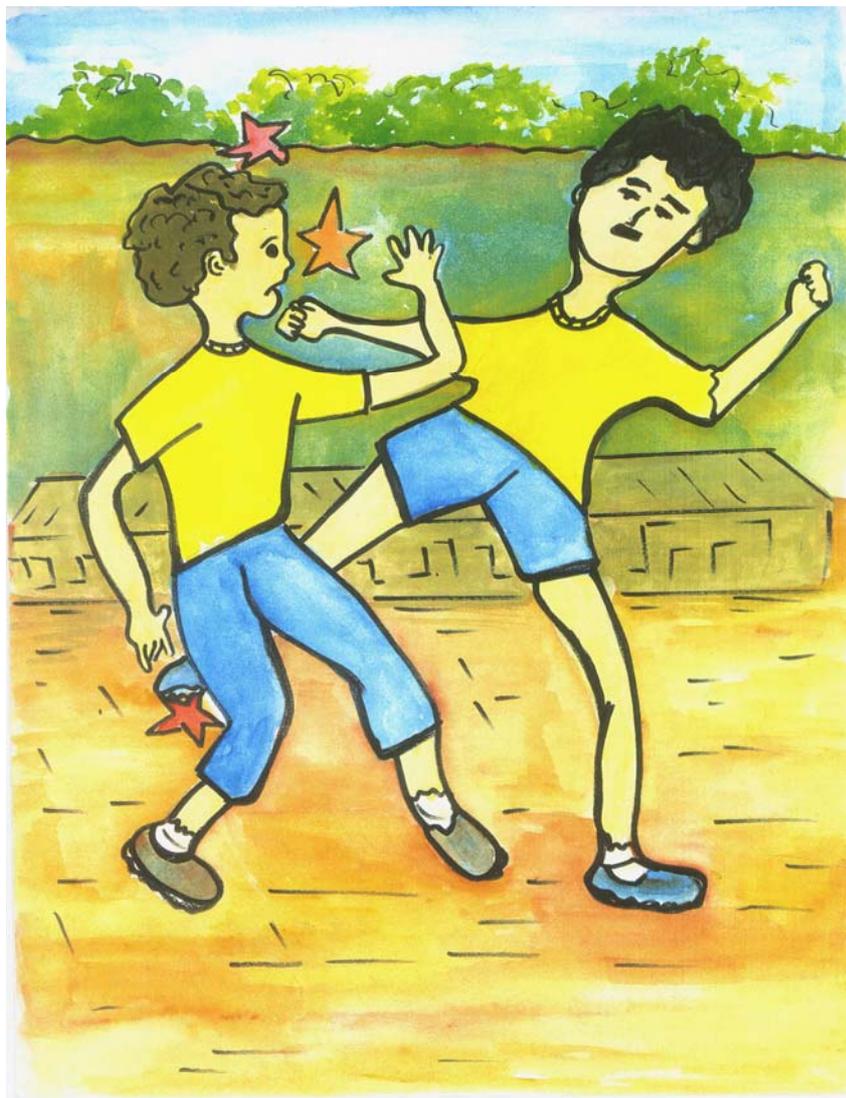
### **C) O que você tem a falar sobre este desenho**

Os participantes responderam à pergunta, dizendo 55 (71%) que, *aprendem tudo em casa* (E-27, E-36, E-67); outros 22 (29%), responderam que *os pais brigam os filhos aprendem* (E-6, E-9, E-31).

Os participantes continuara tendo a mesma linha de pensamento quando remeteram ao que ocorre dentro de suas casas, como responsáveis pelo comportamento errado que possam vir a ter.

Discutir esse resultado, não se torna necessário, pois as respostas são as mesmas das perguntas da 8 e 9 e, desta forma, ficaria repetitivo falar novamente a mesma coisa, considerando que não há dado novo nas respostas a essa questão

Desenho 11



**A) O que acontece neste desenho?**

Os participantes, ao responderem esta pergunta, disseram que os meninos brigam porque vêem seus pais fazendo o mesmo. Essas respostas aparecem em itens anteriores. Eles, em sua totalidade (77 - 100%), disseram.

*(...) aprende em casa com o pai e mãe, vê os pais fazê isso (E-76, E-49, E-11).*

No entender dessas crianças, o comportamento que eles apresentam com seus pares e no cotidiano de cada um, é conseqüência daquilo que os pais os ensinam em casa. Nesse

sentido, o que eles assistem e escutam é um aprendizado, mesmo que negativo, como nas situações analisadas com referência ao que o desenho mostra. Esses resultados vão ao encontro das perguntas 8, 9 e 10, não sendo necessário repetir.

**B) Por que você acha que as crianças estão se comportando assim?**

Os participantes responderam essa questão com os mesmos resultados anteriores.

*(...) aprende em casa com o pai e mãe, vê os pais fazer isso (E-76, E-49, E-11).*

Discutir esse resultado não é necessário, pois as respostas são as mesmas das perguntas 9 e 10. Assim, ficaria repetitivo falar novamente a mesma coisa, uma vez que não há dado novo nas respostas a essa questão.

**C) O que você tem a falar sobre este desenho?**

Os participantes, ao responderem essa pergunta, também o fizeram da mesma maneira das anteriores, dizendo que as crianças se comportam assim porque aprendem em casa com os pais. E essas respostas ocorrem em sua totalidade.

Discutir esse resultado também não é necessário, pois as respostas são as mesmas das perguntas 9 e 10.



## ***9- CONSIDERAÇÕES FINAIS***

---

## 9- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia mostrou-se pertinente à natureza do objeto da presente investigação. Os quatro instrumentos aplicados, a saber, jogos de sentenças incompletas, entrevistas semi-estruturadas, entrevistas estruturadas e desenhos, evidenciaram coerência entre os resultados, conseguindo atingir os objetivos propostos.

Percebe-se que os desenhos constituem-se em um instrumento que possibilita muitas descobertas; as crianças e os adolescentes, ao verem expressas em desenhos, algumas situações familiares, fazem importantes observações.

Foram muitas as contribuições dessa pesquisa; primeiramente, no que se refere à caracterização das mães. São elas jovens, sendo que 41% são analfabetas, 53%, trabalham fora e 53% dos maridos não trabalham, ou quando trabalham, não colaboram com as despesas da casa.

São mulheres que foram criadas em lares onde a violência familiar sempre esteve presente; muitas afirmam que deixaram suas casas por terem presenciado brigas entre seus pais e, também, terem sofrido violência por parte deles. Atualmente, essas mulheres são mães e não pretendem que seus filhos tenham a infância e a vida que elas tiveram, mas, não conseguem romper o ciclo de violência que faz parte da vida de cada uma. Assim, seguem reproduzindo o modelo por elas vivenciado na infância.

A violência praticada pelo pai contra essa mulher é presenciada por seus filhos, que interferem na briga e/ou observam tudo o que rodeia os episódios. Os filhos, além do afeto e carinho que sentem pelos pais, independentemente dos problemas por eles vivenciados, sentem mais raiva do pai quando ele agride a mãe, do que quando são eles os agredidos.

Os resultados evidenciam que a violência assistida, presenciada e observada por filhos de mães que apanham dos maridos tem conseqüências mais graves para as crianças e

adolescentes, do que a violência em si, por eles sofrida. Esse resultado foi encontrado também em outras pesquisas.

As crianças e adolescentes vêm a família como algo positivo e imprescindível, tendo muito apego e carinho por seus pais. Gostariam que não houvesse briga entre eles e verbalizam gostar de ficar em casa quando não há briga e discussão.

Para os participantes, o que seus pais fazem em casa, ensina-os como agir com seus pares e modela o comportamento de cada, um dentro e fora do ambiente familiar. Isto ficou bastante expresso nas suas falas.

Os filhos atribuem a violência familiar ao fato do pai e da mãe serem muito ciumentos, o que leva a brigas constantes entre o casal, seguido do consumo de álcool, por seus pais. As mulheres também fazem a mesma afirmação no que diz respeito ao motivo pelo qual a violência teve início.

Os resultados evidenciam ainda que a criança e o adolescente, que vivenciam e observam a violência entre seus pais e que também dela são vítimas, afirmam ser melhor estar em casa do que ir para um abrigo.

Para futuros projetos de intervenção na família pode-se pensar nessa perspectiva dos filhos de forma a oferecer assistência psicológica, a ser realizada no próprio núcleo assistencial do seu bairro, por meio de grupos de mães e pais e ajuda financeira para família. Assim a problemática da violência pode ser enfrentada em conjunto, pela mãe, pai e filhos, sem que esses sejam retirados do convívio do lar.

São necessárias novas estratégias, sinalizadas por outros estudos, que, juntamente com o Ministério Público, Judiciário, Conselho Tutelar e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher e à Criança, atuem em conjunto com outros profissionais das demais áreas, segundo uma proposta multidisciplinar no sentido de possibilitar maior visibilidade da violência doméstica, envolvendo medidas de controle, prevenção e ajuda.

Consideramos importante ter ouvido essas crianças e adolescentes, pois esses resultados trazem subsídios para elaboração de projetos de política pública que possam intervir nesse quadro.

Acredita-se “...que seja muito importante ouvir a criança e, talvez, seja esse o meio eficaz do Estado realizar sua intervenção no momento certo”.

A fala de um adolescente encerra, em parte, esse estudo :

*Ah, família é tudo na vida da gente, e eu não tenho família...(E 12)*



## *REFERÊNCIAS*

---

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO A INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Alguns dados sobre violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes.** Disponível em: <http://www.abrapia.org.br/antigo/Dado/Gráficos/Viol%20EAncia%20Dom%E9stica.htm>. Acesso em: 1 abr. 2005.

ADORNO, S. Criança: a lei e a cidadania. In: RIZZINI, I. (Org.). **A criança no Brasil de hoje.** Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

ALGERI, S. S. **Caracterização de famílias de crianças em situação de violência intrafamiliar.** 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ALGERI, S. S.; MELLO, L. Violence against children and adolescents: a challenge in the daily work of the nursing team. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 625-631, Aug. 2006.

ALVES, R. **Estórias de quem gosta de contar.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 1990. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

AMPARO AO MENOR CARENTE (AMENCAR). **Violência doméstica.** Brasília: UNICEF, 1999.

ANDRADE, A. P. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: prevenção, repressão e proteção à vítima no âmbito brasileiro e latino-americano. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 160, p. 147-162, 2003.

APTEKAR, L. Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 153-184, 1996.

ARAÚJO, J. M. A.; PASQUALI, L. **Percepção parental de adolescentes viciados e não-viciados em drogas.** 1978. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade de Brasília, Brasília, 1978.

ARBOLEDA-FLÓREZ, J.; WADE, T. J. Childhood and adult victimization as risk factor for major depression. **International Journal of Law and Psychiatry**, Elmsford, v. 24, p. 357-370, 2001.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Shogun, 1978.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981a.

ARIÈS, P. **História social da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ASSIS, S. G. Crianças e adolescentes violentados: presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 126-341. 1994.

ASSIS, S. G. **Quando crescer é um desafio social**: estudo sócio-epidemiológico sobre violência em escolares de Duque de Caxias, RJ. 1991. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1991.

AUSTRALIAN INSTITUTE OF HEALTH AND WELFARE. **Child protection Australian 1997-98** (AIHW Cat. N° CWS 13). Camberra: AIHW 1999. (Child Welfare Series, 27),

AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas**: a violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só estória... um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família**. São Paulo: Roca, 1988.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989a.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. Vitimação e vitimização: questões conceituais. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989b. p. 25-47.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Ed. Iglu, 1995.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA V. N. A. **Infância e violência fatal em família**. São Paulo: Iglu, 1998.

BACHAR, E.; CANETTI, L.; BONE, O.; DE NOUR, A. K.; SHARLEY, A. Y. Physical punishment and signs of mental distress in normal adolescents. **Adolescence**, New York, v. 32, p. 945-958, 1997.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **Um é o Outro: relações entre homens e mulheres**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child Development**, Malden, v. 37, n. 4, p. 887-907, 1966.

BAZILIO, L. C. Política pública de atendimento a criança e ao adolescente: uma experiência de cooperação no estado do Rio de Janeiro, In: BRITO, L. M. **Jovens em conflito com a lei a contribuição da universidade ao sistema sócio-educativo**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

BAZON, R. M.; VENTURINI, F. P. **Família, violência e futuro na ótica de crianças e adolescentes vitimizados**. 2002. 84 f. Monografia (Conclusão de curso) – Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

BELSKY, J. Etiology of child maltreatment: a developmental-ecological analysis. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 114, p. 413-434, 1993.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto: FFCLRP/USP, 1992a. (Texto didático).

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Discutindo o desenvolvimento infantil e do adolescente. **Cadernos de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 3, n. 1, p. 1-37, 1992b.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Família, socialização e desenvolvimento**. 1994. 132 f. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1994.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Trabalhar com relato oral quando a prioridade é recompor uma história do cotidiano. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 3, p. 43-47, 1995.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. A pesquisa em psicologia - análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In: ROMANELLI, G.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**, Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 135-157.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Aproximações teóricas e conceituais de família e violência no final século XX. **Texto e Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 65-75, 1999a.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Relações Familiares. **Texto e Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 229-241, 1999b.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.16, n. 3, p. 233-239, 2000.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Crianças e adolescentes: a questão da tolerância na socialização das gerações mais novas. In: FISCHMANN, R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2001a. p. 79-93.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Crianças e adolescentes – construindo uma cultura da tolerância e da solidariedade. In: FISCHMANN, R.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, p. 27-32, 2001b.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Pesquisando e intervindo com famílias de camadas sociais diversificadas. In: ALTHOFF, C. R.; ELSEN, I.; NITSCHLE, R. G. **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa Livro, 2004. p. 91-106.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; BAZON, M. R. Maus tratos na infância e adolescência: discutindo estudos diagnósticos e de intervenção. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA, 29., Lima, 2003. **Anais...** Lima, 2003. p. 13-18.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; FISCHMANN, R. **Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2001.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M.; CALDANA, R. H. L.; DIAS SILVA, M. G. F. Práticas de educação da criança na família: a emergência do saber técnico-científico. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 49-62, 1997.

BIGRAS, M.; COSTA, O. C. M. Promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, set./out. 2007.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações In: CARVALHO, M. C. B. (Org). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 29-38.

BITTENCOURT, C. B. F. Violência sexual contra crianças: implicações psicológicas. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 420-424, 1995.

BLAY, E. A. Um caminho ainda em construção: a igualdade de oportunidades para as mulheres. **Revista USP**, São Paulo, v. 49, p. 82-97, mar./maio 2001.

BOGAT, G. A.; DEJONGHE, E.; LEVENDONSKY, A. A.; DAVIDSON, W. S.; EYE, A. V. Trauma symptoms among infants exposed to intimate partner violence. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 30, p. 109-125, 2006.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Bell, 1997.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1991.

BOROWSKY, I. W.; IRELAND, M. Parental screening for intimate partner violence by pediatricians and family physicians. **Pediatrics**, Springfield, v. 16, p. 110-509, 2002.

BORDAO ALVES, D. P. **Maltrato infantil: práticas e concepções de negligência sob a ótica do conselho tutelar e famílias**. 2005. Monografia (Conclusão de curso) – Faculdade de Filosofia de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

BRANCALHONE, G. P.; WILLIAN, A. C. L. **Crianças expostas à violência conjugal: uma revisão de área**. 2000. p. 1-6. Disponível em: <http://www.cech.ufscar.br/laprev/conjugal.pdf>. Acesso em: 15 maio 2006.

BRANCALHONE, G. P.; FOGO, C. J.; WILLIAN, A. C. L. Crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 113-117, maio/ago. 2004.

BRANCALHONE, G. P.; WILLIAMS, A. C. L. Crianças expostas à violência conjugal: uma revisão de área. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMODETE, S.; TANAKA, E. D. O. (Orgs.). **O papel da família junto ao portador de necessidades especiais**. Londrina: Eduel, 2003. p. 123-130.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência contra a criança e o adolescente: proposta preliminar de prevenção e a assistência à violência doméstica**. Brasília: Ministério da Saúde/SASA, 1997.

BRILLESLIJPER-KATER, S. N.; FRIEDRICH, W. N.; CORWIN, D. L. Sexual knowledge and emotional reaction as indicators of sexual abuse in young children: theory and research challenges. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 28, p. 1007-1017, 2004.

BRINGIOTTI, M. I. **La escuela ante los niños maltratados**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BRINGIOTTI, M. I. **Maltrato infantil**. Madri: Niño Dávila, 1999.

BRIOSO, A.; SARIA, E. Distúrbios de comportamento. In: COLL, J. P.; MARQUESI, A. (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. v. 3, p.157-168.

BRITO, A. M. M.; DIRCE, M. T.; MENDONÇA, R. C. V. Violência doméstica contra criança e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 143-149, jan./mar. 2005.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO M. A.; GUERRA. V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência: fronteira do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 49-77.

BRYANT, S. L.; RANGE, L. M. Suicidality in college women who were sexually and physically abused and physically punished by parents. **Violence and Victims**, New York, v. 10, n. 3, p. 195-201, 1995.

BUENO, A. R. Vitimização física: identificando o fenômeno. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

BURGES, R. G. **In the field: an introduction to field research**. London: Allen & Unwin, 1984.

CABRAL M. A. A. Prevenção da violência conjugal contra a mulher. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 183-192, 1999.

CAMINO, C.; CAMINO, L.; MORAES, R. Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e julgamento moral. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n.1, p. 41-61, 2003.

CAMINHA, R. A violência e seus danos à criança e adolescente. In: AMENCAR (Org.). **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 1999. p. 43-60.

CARIOLA, T. C. A posição da criança vítima de maus-tratos na constelação familiar. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 158-162, 1995.

CARVALHO, D. B. B. **Crianças e adolescentes**. Curso de capacitação em serviço social e políticas sociais, módulo 3. Brasília: UNB/Centro de Capacitação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

CASTRO NETO, A. A criança maltratada. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 219-227, 1994.

CEBALLOS, E.; RODRIGO, M. J. Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In: PALACIOS, J.; RODRIGO, M. J. **Família y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998. p. 225-243.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONIO, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia e Estudos**, Maringá, v. 8, p. 45-54, 2003.

CENTAVILLE, M.; CABRAL, M. A. A.; ATADIA, S. A. Incidência e tipos mais freqüentes de castigos aplicados pelos pais ou responsáveis de escolares na cidade de Campinas, SP. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 33, p. 99-105, 1997.

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS-TRATOS NA INFANCIA (CRAMI). **Relatório de atividades**. São José do Rio Preto - SP. 2000.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica** – Realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Fibge, 1986.

CONRADO, P. M. **A fala dos envolvidos sob a ótica da lei**: Um balanço da violência a partir da narrativa de vítimas e indiciados em uma Delegacia da Mulher. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

CONTI, F. C. Promovendo a relação entre pais e filhos: In: DELITTI, M. (Org.). **Sobre o comportamento e cognição**. Santo André: AR Bytes, 1997. v. 2, p. 165-173.

CORRÊA, L. C.; WILLIAMS, L. C. A. O impacto conjugal sobre a saúde mental das crianças. In: REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, 30, 2000, Brasília. **Resumos...** Brasília: SBP, 2000. p. 235.

COSTA, A. C. G. Infância, juventude e política social no Brasil. In: BRASIL. **Criança urgente**: a lei, São Paulo: Columbus, 1990.

COSTA, A. C. G. **É possível mudar a criança, o adolescente e a família na política social do município**. São Paulo: Malheiros, 1993a. (Série direitos da criança).

COSTA, A. C. G. Falta vontade política para garantir os direitos de cidadania das crianças. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 17-23, 1993b.

COSTA, J. F. Adultos e crianças. In: \_\_\_\_\_. **Ordem médica e normas familiares**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. p. 153-196.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, O. C. M.; BIGRAS, M. Mecanismos pessoais e coletivos de proteção e promoção da qualidade de vida para a infância e adolescência. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, p. 99-114, set./out. 2007.

CRAISSATI, J.; MCCLURG, G.; BROWNE, K. The parenteral bonding experiences of sex offenders: a comparison between child molesters and rapists. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 26, n. 9, p. 909-921, 2002.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51- 66.

CUNHA, J. M. **Atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: impasses e desafios**. 1999. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999.

DATNER, E. M.; FERROGIARO, A. A. Violence during pregnancy. **Emergency Medicine Clinics of North America**, Philadelphia, v. 17, p. 645-55, 1999.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista Psiquiátrica do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 25, n.1, p. 9-21, abr. 2003.

DE ANTONI. C.; KOLLER, S. H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 5, n. 2, jul./dez. 2000.

DE MAUSE, L. **The history of childhood**. New York: Harper Torchbooks, 1975.

DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais terapia e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

DEL PRIORE, M. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 84-106.

DELFINO, V. **Percepção de pais e professores sobre as práticas de educação e da criança sobre o certo e o errado:** intervindo com ela para promover o respeito a diversidade. 2003. ? f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003.

DELGADO, L. F.; FISBERG, M. Síndrome do bebê espancado. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 111-116, 1990.

DELL`AGLIO, D. D. A investigação psicológica com crianças em situação de risco: dificuldades e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, 3., 2000, Gramado. **Anais...** Gramado, 2000. p. 132.

DESLANDES, S. F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 177-187. 1994.

DESLANDES, S. F. O atendimento às vítimas de violência doméstica na emergência “prevenção numa hora dessas”. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 81-94, 1999.

DESSEN, M. A; LEWIS, C. Como estudar a “família” e o “pai”. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 14/15, p. 105-121, fev./ago. 1998.

DIAS DA SILVA, M. H. G. F. **A educação dos filhos pequenos nos últimos 50 anos:** a busca do melhor? 1986. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

DIAS, M. L. Divórcio e reconstituição familiar no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 19., 1995, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1995.

DOWD, M. D.; KENNEDY, C.; KNAPP, J. F.; STALLBAUMER-ROUYER, J. Mothers' and health care providers' perspectives on screening for intimate partner violence in a pediatric emergency department. **Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine, Chicago**, v. 156, p. 794-799, 2002.

DRUMMOND, M.; DRUMMOND FILHO, H. **Drogas:** a busca de resposta. São Paulo: Loyola, 1998.

DU BOIS-REYMOND, M.; SUNKER, H.; HEINZ, H. K. **Childhood in Europe:** approaches-trends-findings. New York: Peter Lang, 2001.

DUARTE, R. Entrevista em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. In: DURHAM, E. E. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

EISENSTAT, S. A.; BANCROFT, L. Domestic violence. **New England Journal of Medicine**, Boston, v. 341, p. 886-892, 1999.

FAGAN, J. Intoxication and aggression. In: TONRY, M.; WILSON, J. Q. (Eds.). **Drugs and crime**. Chicago: Chicago University Press, 1990. p. 8-43.

FANTUZZO, J. W.; LINDQUIST, C. U. The effects of observing conjugal violence on children: a review and analysis of research methodology. **Journal of Family Violence**, New York, v. 4, n. 1, p. 77-94, 1989.

FARINATTI, F. A. S. A criança maltratada. **Revista Médica da Santa Casa**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 47-50, 1992.

FERREIRA, A. L.; GONÇALVES, S. H; MARQUES, M. J. V.; MORAES, S. R. S. A prevenção da violência contra a criança na experiência do ambulatório de atendimento à família: entraves e possibilidades de atuação. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 123-130, 1999.

FERREIRA, T. Os meninos e a rua – o psicólogo e os impasses da assistência. **Revista de Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 20, n. 1, 2000.

FIGUEIREDO, B.; BIFULCO, A.; PAIVA, C.; MAIA, A.; FERNANDES, E.; MATOS, R. History of childhood abuse in Portuguese parents. **Child Abuse and Neglect**, Oxford, v. 24, p. 669-682, 2004.

FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIEDRICH, W. N.; EINBEEDER, A. J. The abused child a psychological review. **Journal of Clinical Child Psychology**, St. Louis, v. 12, p. 244-256, 1983.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem interdisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GALLARDO, J. A. **Malos tratos a los niños**. Madrid: Narcea, 1988.

GELLES, R. J. **Family violence**. London: Sage, 1979.

GELLES, R. J. **Intimate violence in families**. London, Sage, 1997.

GERSHOFF, E. T. Corporal punishment by parent and associated child behavior and experiences: a meta-analytic and theoretical review. **Psychological Bulletin**, Washington, v. 128, n. 4, p. 539-579, 2002.

GERKO, K.; HUGHES, M. L.; HAMIL, M.; WALLER, G. Reported childhood sexual abuse and eating-disordered cognitions and behavior. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 29, n. 4, p. 375-382, 2005.

GIL, D. **Violence against children: physical child abuse**. 8<sup>th</sup> ed. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

GIL, E. **Treatment of adult survivors of childhood abuse**. Walnut Creek: Launch, 1988.

GIOVANNI, J. M.; BECERRA, R. M. **Defining child abuse**. New York: Free, 1982.

GOLD, C. A. Long-term consequences of childhood physical and sexual abuse. **Archives of Psychiatric Nursing**, Philadelphia, v. 7, n. 3, p. 163-173, 1993.

GOMES, R. **O corpo na rua e o corpo da rua: a prostituição infantil feminina em questão**. 1994. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1994.

GOMES, R.; DESLANDES, S. F.; VEIGA, M. M.; BHERING, C.; SANTOS, J. F. C. Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 707-714, maio/jun. 2002.

GOMES, M. L. M.; FALBO-NETO, H. G.; CLÁUDIA, V. H.; MARIA, S. A. Perfil clínico-epidemiológico de crianças e adolescentes do sexo feminino vítimas de violência atendidas em um serviço de apoio à mulher, Recife, Pernambuco. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 6, p. 27-34, maio 2006. Suplemento 1.

GOVER, A. R.; MACKENZIE, D. L. Child maltreatment and adjustment to juvenile correctional institutions. **Criminal, Justice and Behavior**, Beverly Hills, v. 30, n. 3, p. 374-396, 2003.

GRACIANI, M. S. S. O desafio político-pedagógico da implantação de políticas de reinserção social das medidas socioeducativas voltadas a adolescentes autores de ato infracional. In: CONFERENCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTES, 3., 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 1999.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida.** São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1997.

GUERRA V. N. A. **Violência física e doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação.** 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** São Paulo: Cortez, 2001.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas.** São Paulo: Cortez, 1985.

HALL, L. A.; SACHS, B.; RAYENS, M. K.; LUTENBACHER, M. Childhood physical and sexual abuse: their relationship with depressive symptoms in adulthood. **Image Journal of Nursing Scholarship**, Indianapolis, v. 25, n. 4, p. 317-323, 1993.

HASHANI, J. H.; DANIEL, A. E.; DANDOY, A. C. Family violence: impact on children. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, Hagerstown, v. 31, p. 181-189, 1992.

HEISE, L.; ELLSBERG, M.; GOTTEMOELLER, M. Ending violence against women. **Population Report**, Honolulu, v. 27, p. 1-43, 1999.

HEYMAN, R. E.; SLEP, A. M. Risk factors for family violence: introduction to the special series. **Aggression and Violent Behavior**, Amsterdam, v. 6, p. 115-119, 2001.

HILBERMAN, M. D. Overview: the "wife-beater's wife" reconsidered. **American Journal of Psychiatry**, Arlington, p. 1336-1347, 1980.

HILTON, N. Z. Battered women's concerns about their children witnessing wife assault. **Journal of Interpersonal Violence**, Thousand Oaks, v. 7, n. 1, p. 77-86, 1992.

HOBBS, C. The prevalence of child maltreatment in the United Kingdom. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 29, p. 949-951, 2005.

HOGAN, T. M.; MYERS, B. J.; ELSWICK, R. K.; Jr. HOGAN, T. M. S. Child abuse potential among mothers of substance-exposed and nonexposed infants and toddlers. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 30, p. 145-156, 2006.

HOLDEN, G. W. Introduction: the development of research into another consequence of family violence. In: HOLDEN, G. W.; GEFNER, R.; JOURILES, E. N. (Orgs.). **Children exposed to marital violence: theory, research and applied issues**. Washington: American Psychological Association, 1998. p. 1-18.

HUGHES, H. M. Psychological and behavior correlates of family violence in child witnesses and victims. **American Journal Orthopsychiatry**, New York, v. 58, p. 77-90, 1988.

JAFFE, P. G.; HURLEY, D. J. Children's observations of violence: I. Critical issues in child development and intervention planning. **Canadian Journal of Psychiatry**, Ottawa, v. 35, p. 466-470, 1990.

JONG, C. L. **Perfil epidemiológico da violência doméstica contra a mulher em cidade do interior paulista**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade São Paulo, São Paulo, 2000.

JONZON, E.; LINDBLAND, F. Risk factors and protective factors in relation to subjective health among adult female victims of child sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 30, p. 127-143, 2006.

JOURILES, E. N.; MCDONALD, R.; NORWOOD, W. D.; EZELL, E. Issues and controversies in documenting the prevalence of children's exposure to domestic violence. In: GRAHAM-BERMANN, S. A.; EDLESON, J. (Orgs.). **Domestic violence in the lives of children: the future of research, intervention, and social policy**. Washington: American Psychological Association, 2001. p. 13-34.

JUNQUEIRA, L. Aspectos sócio-jurídicos na intervenção. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 171- 173.

JUNQUEIRA, M. F. Abuso sexual da criança: contextualização. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 432-436, 1998.

KAISER, A. P.; HESTER, P. P. Prevention of conduct disorder through early intervention: a social- communicative perspective. **Behavioral Disorders**, v. 22, n. 3, p.117-130, 1997.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez/UNICEF, 1998.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KASHANI, J. H.; DANIEL, A. E.; DANDOY, A. C. Family violence: impact on children. **Journal of the American Academy of Child and Psychiatry**, Hagerstown, v. 31, p. 181-189, 1992.

KEMPE, C. H.; SILVERMAN, F. N.; STEELE, B. F.; DROEGEMUELLER, W.; SILVER, H. K. The battered child syndrome. **Journal of the American Medical Association**, Chicago, v. 181, p.105-112, 1962.

KERKER, B. D.; HORWITZ, S. M.; LEVENTHAL, J. M.; PLICTA, S.; LEAF, P. J. Identification of violence in the home: pediatric and parental reports. **Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine**, Chicago, v. 154, p. 457-62, 2000.

KITZMANN, K. M.; GAYLORD, N. K.; HOLT, A. R.; KENNY, E. D. Child witnesses to domestic violence: a meta-analytic review. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, Washington, v. 71, n. 2, p. 339-352, 2003.

KOLLER, S. H.; BERNARDES, N. M. G. Desenvolvimento moral pró-social: semelhanças e diferenças entre os modelos teóricos de Eiseberg e Kohlberg. **Estudos em Psicologia**, Natal, v. 2, n. 2, p. 223-262, 1997.

KOLLER, S. H.; RAFAELLI, M.; BANDEIRA, D. R.; REPPOLD, C.; KUSCHICK, M.; DANI, D. **Using a sentence completion task to investigate how brasilina street youth describe their life situation**. s.d. (mimeo).

KORN, G. P.; CRESPO, A. C. A.; ULSON, G.; CARNEDUTTO, M. D.; GUTIEREZ, M. T. Síndrome dos maus-tratos em crianças. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 445-460, 1998.

KRISTEN, C. H.; OLIVEIRA, M. S.; FLORES R. Z. Violência contra crianças e adolescentes na Grande Porto Alegre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência doméstica**. Brasília: UNICEF, 2000. p. 104-17.

KRUGMAN, R. D.; LEVENTHAL, J. M. Confronting child abuse and neglect and overcoming gaze aversion: the unmet challenge of centuries of medical practice. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 29, n. 4, p. 307-309, 2005.

LABBÉ, J. Ambroise Tardieu: the man and his work on child maltreatment a century before Kempe. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 29, n. 4, p. 311-324, 2005.

LAING, R. D. **A política da família**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LANGLEY, R.; LEVY, R. C. **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LAVERGNE, C. ; TOURIGNY, M. Incidence de l'abus et la negligence envers les enfants: recession des secrets. **Criminology**, v. 33. n. 1, p. 47-72, 2000.

LAYZER, J. I.; GOODSON, B. D.; DE LANGE, C. Children in shelters. **Response**, v. 9, p. 2-5, 1985.

LEVENTHAL, J. M. The field of child maltreatment enters its fifth decade. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 27, p. 1-4, 2003.

LIMA, L. L. G.; VENÂNCIO, R. P. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 129-145

LINDSAY, W. R.; LAW, J.; QUINN, K.; Smart, N.; Smith, A. H. W. A comparison of physical and sexual abuse: histories of sexual and non-sexual abuse with intellectual disability. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 25, n. 7, p. 989-995, 2001.

LISBOA, C. S. M.; KOLLER, S. H. Questões éticas na pesquisa com crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. **Aletheia**, Canoas, n. 11, 2000. No prelo.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACE, S. E.; GERARDI, M. J.; DIETRICH, A. M.; KNAZIK, S. R.; MULLIGAN-SMITH, D.; SWEENEY, R. L. Injury prevention and control in children. **Annals of Emergency Medicine**, St. Louis, v. 38, p. 405-14, 2001.

MACHADO, C. Maus-tratos de menores, vitimização e poder: proposta de um modelo integrado de análise. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 133-147, 1996.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. In: FREITAS, M. C. (Orgs.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 51-76.

MARCILIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, M. A. **Um estudo preliminar sobre a violência doméstica contra a criança numa favela do Rio de Janeiro**. 1986. Dissertação (Mestrado) - Columbia University, 1986. (Mimeo).

MASSON, J. M. **Atentado à verdade**. A supressão da teoria da sedução por Freud. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

MATIAS, A. S. A. **Estudo da prevalência de maus tratos em crianças de 0 a 6 anos matriculadas em creches e pré-escolas da rede pública e particular na cidade de Ribeirão Preto**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

MCCAGHY, C. **Deviant behavior**. New York: Maxmillian, 1985.

MEDEIROS, M. **Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiencia da vida de meninos em situação de rua**. 1998. 171 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1998.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 51-60.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 51-60.

MEYERSON, L. A.; LONG, P.; MIRANDA JUNIOR, R.; MARX, B. P. The influence of childhood sexual abuse, physical abuse, family environment, and gender on the psychological adjustment of adolescents. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 26, p. 387-405, 2002.

MILLER, K. S.; KNUTSON, J. F. Reports of severe physical punishment and exposure to animal cruelty by inmates convicted of felonies and by university students. **Child Abuse and Neglect**, Oxford, v. 21, n. 1, p. 59-82, 1997.

MINAYO, M. C. S. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 278-292, 1990.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação estratégica. **Saúde em Debate**, Curitiba, v. 39, p. 58-63, jun.1993.

MINAYO, M. C. S. A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 7-32, 1999.

MINAYO, M. C. S. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.1, n. 2, p. 91-101, maio/ago. 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Portaria do Ministério de Estado da Saúde nº 1.968 MS/GM. **Diário Oficial da União** nº 96, Brasília. 2001.

MIRABAL, B. El manejo interdisciplinario del maltrato de menores ante la ley y el tratamiento actual. **Boletín de la Asociación Médica de Puerto Rico**, Santurce, v. 80, n. 7, p. 251-252, 1988.

MONTADON, C. As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 485-507, maio/ago. 2005

MONTADON, C.; LONGCHAMP, P. **L`experience de l`autonomie chez l`enfant: une question recurrente dans la socialisation de l`enfant**. Genève: Université de Genève, 2003.

MONTEIRO, M. C. N. **Estudo descritivo de aspectos psicossociais de pais e responsáveis agressores de crianças e adolescentes atendidos no CRAMI Campinas**. 1992. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

MONTEIRO, L. P. Do objeto da violência: a infância. In: SOUSA, S. M. G. (Org.). **Infância, adolescência e família**. Goiânia: Cânone, 2001. p. 133-154.

MOORE, T.; BROWN, A. L. Child maltreatment and perceived family environment as risk factors for adult rape: is child abuse the most salient experience? **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 28, p. 1019-1034, 2004.

MORGADO, B. **A solidão da mulher bem-casada**: um estudo sobre a mulher brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. Newbury Park: Sage, 1988.

MUZA, G. M. A criança abusada e negligenciada. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 1, p. 56-60, jan./fev. 1994.

NATIONAL CENTER ON CHILD ABUSE PREVENTION RESEARCH (NCCARPR). **World Perspectives on Child Abuse**: an international resource book. Chicago: NCCAPR, 1992. (Mimeo).

NATIONAL CLEARING ON CHILD ABUSE AND NEGLECT INFORMATION. **Administration for children and families**. US-Department of Health and Humam Services, 2004.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil: In: KALOSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994. p. 26-46.

NEWCORBE, N. **Desenvolvimento infantil**: abordagem de Mussen. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

OATES, R. K. Sexual abuse and suicidal behavior. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 28, p. 487-489, 2004.

OCHOTORENA, J. P. **Maltrato y abandono en la infancia**. Barcelona: Ed. Martínez Roca, 1993.

OLIVEIRA, A. B. Saúde e vitimização. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989. p. 99-103.

OLIVEIRA, K. N. L. C. **Violência na Relação conjugal e denúncia da mulher em delegacia especializada**: investigação a partir do ponto de vista de cada parceiro. 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

ORTEGA, M. A. F.; TERRÉS, B. E. V.; QUINTANKLA, E. G.; RAMIREZ, M. P. P.; ORTEGA V. S.; KIRIENKO, A. D. La experiencia de un programa de atención a la violencia en una unidad de primer nivel para población abierta. **Revista de la Facultad de Medicina UNAM**, Mexico, v. 44, p. 49-54, 2001.

OSOFISKY, J. D. Prevalence of children's exposure to domestic violence and child maltreatment: implications for prevention and intervention. **Clinical Child and Family Psychology Review**, New York, v. 6, n. 3, p. 161-170, 2003.

OSÓRIO, L. C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

OSTETTO, L. E. **Imagens da infância no Brasil**: crianças e infantes no Rio de Janeiro. 1992. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

PACHECO, J. T. B. **Estilos parentais e o desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1999.

PASCOLAT, G.; SANTOS, C. F. L.; CAMPOS, E. C. R.; VALDEZ, C. O. L. Abuso físico; o perfil do agressor e da criança vitimizada. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 77, n. 1, p. 35-40, jan./fev. 2001.

PASSETI, E. O menor no Brasil republicano. In: PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988. p. 146-175.

PATTERSON, G. R.; DE BARYSHE, B. D.; RAMSY, E. A developmental perspective on antisocial behavior. **American Psychologist**, Washington, v. 44, n. 2, p. 329-335, 1989.

PEREIRA, E. V. A. **Política social de atendimento à criança e ao adolescente**: o abrigo como espaço de proteção. 2003. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2003.

PEREIRA, I.; MESTRINER, M. L. **Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade**: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de atos infracionais. São Paulo: IEE/PUCSP/FEBEM, 1999.

PEREIRA, A. L. Educação em saúde. In: FIGUEREDO, N. M. A. (Org.). **Ensinando a cuidar em saúde pública**. São Caetano do Sul: Yendis, 2005. p. 25-46.

RADOSH, P. F. Reflections on women's crime and mothers in prison: a peacemaking approach. **Crime & Delinquency**, Thousand Oaks, v. 48, n. 2, p. 300-315, 2002.

REICHENHEIM, M. E. Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente; contribuições para a elaboração de propostas de ação. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.

RENNESON, C. M. **Criminal victimization 1997 to 1998**. Washington, DC: Bureau of Justice Statistics National Crime Victimization Survey/U.S. Department of Justice, 1999.

RICOTTA, L. **Quem grita perde a razão**: a educação começa em casa e a violência também. São Paulo: Annablume, 1999. p. 14-66.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. **Dados sobre notificações de maus-tratos do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Programa de Prevenção de Acidentes e Violência/SES-RJ, 2001.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Estadual de Saúde. **Dados sobre notificações de maus-tratos do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Programa de Prevenção de Acidentes e Violência/SES-RJ, 2004.

RIZZINI, I. **A criança no Brasil de hoje**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

ROCHA, P. P. Os abusos na criança. **Psicopedagogia On-Line**. 2003. Disponível em: <http://216.239.57.100/custom?q=cache:jOjinpYCJvcC:www.psicopedagogia.com.artigos>. Acesso em: 11 mar. 2005.

ROCHE, A. J.; FORTÍN, G.; LABBÉ, J.; BROWN, J.; CHADWICK, D. The work of Ambroise Tardieu: the first definitive description of child abuse. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 29, n. 4, p. 325-334, 2005.

RODRIGO, J. M.; PALACIOS, J. Conceptos y dimensiones en el análisis evolutivo-educativo de la familia. In: RODRIGO, J. M.; PALACIOS, J. (Eds.). **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza, 1998. p. 44-70.

RODRIGUES, R. C. J. Mujeres de Guadalajara y violencia doméstica: resultados de un estudio piloto. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, jul./set. 1996.

ROMANELLI, G. A. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G. A.; BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (Orgs.). **Diálogos metodológicos sobre a prática de pesquisa**, Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998. p. 119-133.

ROMANELLI, G. Papéis familiares e paternidade em famílias de camadas médias. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 19., 1995, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1995.

ROMERO, V. La puericultura ante el subnormal. **Siglo Cero**, Madrid, v. 24, p. 25-8, 1972.

ROSSMAN, B. B.; BINGHAM, R. D.; EMDE, R. N. Symptomatology and adaptive functioning for children exposed to normative stressors, dog attack, and parental violence. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, Hagerstown, v. 36, n. 8, p. 1089-1097, 1997.

SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA V. N. A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p.13-21.

SAFFIOTI, H. I. B. No fio da navalha; violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual. In: MADEIRA F. M. (Org.). **Quem mandou nascer mulher?** Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa-dos-Ventos/UNICEF, 1997a. p. 135-211.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Moderna, 1997b. p. 39-57.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 82-91, out./dez. 1999.

SAGIM, M. B. **Estudo sobre relatos de violência contra a mulher segundo denuncia registradas em delegacia especializada na cidade de Goiânia Goiás**. 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004.

SALCEDO, A. J. L.; CARVALHO, P. M. A. Maltrato infantil por agresores bajo efecto del alcohol. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, p. 827-835, set./out. 2005.

SANDER, Z. M. D. O processo de comunicação familiar: a participação do idoso. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA SOBRE A FAMÍLIA, 3., 1995, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: UNISINOS, 1995. p. 1-7.

SANTOS, H. O. **Crianças espancadas**. Campinas: Papyrus, 1987.

SARTI, C. **Relações entre iguais**. A família como espelho. Campinas. Autores Associados, 1996.

SCHERER, E. A.; SCHERER, Z. A. P. A criança maltratada: uma revisão da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 4, p. 9-22, ago. 2000.

SCHRAIBER, L. B. Violência contra as mulheres políticas de saúde no Brasil: o que podem fazer os serviços de saúde? **Revista USP**, São Paulo, v. 51, set./out./nov. 2001.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. **Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 11-26, 1999.

SEABRA, A. S.; NASCIMENTO, H. M. Abuso sexual na infância. **Pediatria Moderna**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 395-415, 1998.

SÊDA, E. **A criança e sua convenção no Brasil**: pequeno manual. São Paulo: Adês Servisses, 1998. (Mimeo).

SEGALEN, M. A revolução industrial: do proletário ao burguês In: BURGUIÉRE, A.; KLAPISCH-ZUBER, C.; SEGALEN, M.; ZONABEND, F. (Orgs.). **História de família**. Lisboa: Terra Mar, 1999. v. 4. p. 5-36.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Centro de Valorização da Vida. CEVAM**. Goiânia, 1998.

SEVCENKO, N. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. (Orgs.). **História da vida privada no Brasil 3**. São Paulo: Companhia de Letras, 1998. p. 7-48.

SHAFFER, D. R. **Psicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SIBILA, P. L. **Visión histórica del maltrato infantil**. 2001. Disponível em: <http://sllaq.prw.net/abusos/vision.htm>. Acesso em: 10 set. 2004.

SIDEBOTHAM, P.; HERON, J. Child maltreatment in the children of the nineties: a cohort study of risk factors. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 30, p. 497-522, 2006.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. Campinas: Psy II, 1995.

SILVA, R. **Os filhos do governo**: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Ática, 1998.

SIQUEIRA, C. A.; DELL`AGLIO, D. D. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura psicologia social. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, jan./abr. 2006.

SLEP, A. M. S.; HEYMAN, R. E. Where do we go from here? Moving toward an integrated approach to family violence. **Aggression and Violent Behavior**, Amsterdam, v. 6, p. 353-356, 2001.

SOARES DE MOURA, A. T. M.; REICHENHEIN, M. E. Estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 1124-1333, 2005.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis**: violência familiar e formações subjetivas. 1997. 328 f. Tese (Doutorado) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. Mortalidade por violência em crianças e adolescentes do Município do Rio de Janeiro. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 85-94, 1996.

SOUZA, L. J. E. X.; BARROSO, M. G. T. Qualidade de vida na criança acidentada. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 308-17, set./dez. 1999.

SOUZA NETO, J. C. Contribuição da assistência social para diminuir a violência **Revista UNIFEO**, Osasco, v. 1, n. 1, p. 125-134, 1999.

SOUZA, R. P. M.; TEIXEIRA, S. C. D.; SILVA, G. Y. C. M. Conselho Tutelar: um novo instrumento social contra o fracasso escolar? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, jul./dez. 2003.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicação dos passos da interpretação In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999. p. 93-122.

STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. (Ed.). **Physical violence in american families**: risk factors and adaptations to violence in 8.145 families. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995.

STRAUS, M. A.; GELLES, R. J.; STEINMETZ, S. K. **Behind closed doors**: violence in the American family, Garden City: Anchor Press, 1980.

STRAUS, M. A.; SMITH, C. Family patterns and child abuse. In: STRAUS, M. A.; GELLES, R. J. (Ed.). **Physical violence in american families: risk factors and adaptations to violence in 8.145 families**. New Brunswick: Transaction Publishers, 1995. p. 245-261.

STRAUS, M. A. Discipline and deviance: physical punishment of children and violence and other crimes in adulthood. **Social Problems**, Berkeley, v. 38, p. 133-54, 1991.

TEOTÔNIO, M. F. D. **Um núcleo para crianças e adolescentes com vivência na rua na percepção de seus integrantes**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982.

TROCMÉ, N. M.; TOURIGNY, M.; MAC LAUREN, B.; FALLON, B. Major findings from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect. **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 27, p. 1427-1439, 2003.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Construção teórico-epistemológica: discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

VARGAS, N. I. T.; ZAGO, M. M. F. O sofrimento da esposa que convive com o marido alcoólatra. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, p. 806-12, set./out. 2005.

VENÂNCIO, R. P. **Famílias abandonadas**. Campinas: Papirus, 1999.

VERONESE, J. R. P. **Entre violentados e violentadores**. São Paulo: Cidade Nova, 1998.

VERONESE, J. R. P. Criança, família e violência: a necessária formulação de políticas públicas. **Texto e Contexto**, Santa Catarina, p.115-123, 1999.

VEYNE, P. O. O Império Romano. In: ARIAS, P.; DUBY, G. (Orgs.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v. 1, p. 19-224.

VITALE, M. A. F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A Família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 90-96.

VITALI, I. L. **Como nossos pais? A transmissão intergeracional dos estilos parentais**. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

VIZCARRA, M. B. L.; CORTÉZ, J. M.; BUSTOS, L. M.; ALARCÓN, M. E.; MUÑOZ, S. N. Maltrato infantil en la ciudad de Temuco: estudio de prevalencia y factores asociados. **Revista Médica del Chile**, Santiago, v. 129, n. 12, p. 1425-1432, 2001.

VOLPI, M. O. O adolescente e o ato infracional. **Revista do Ilanud**, São Paulo, n. 14, p. 21-32, 2001a.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos**: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a Lei. São Paulo: Cortez, 2001b.

WATKINS, W. G.; BENTOVIM, A. The sexual abuse of male children and adolescents: a review of current research. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, Oxford, v. 33, n. 1, p. 197-248, 1992.

WATTS, C. Z. Violence against women: global scope and magnitude. **Lancet**, London, p. 359-380, 2002.

WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A. P.; BRANDENBURG, O. J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 2, p. 227-237, maio/ago. 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violence against women information pack**: a priority health issue: 1997 [on line]. Disponível em: <http://www.who.int/frh-whd/VAW/infopack/English/VAWinfopack.htm>.. Acesso em: 27 out. 2005.

WOLAK, J.; FINKELHOR, D. Children exposed to partner violence. In: JASINSKI, J. L.; WILLIAN, L. M. (Orgs.). **Partner violence**: a comprehensive review for 20 years for research. Thousand Oaks: Sage, 1998. p. 73-111.

WOLFE, D. A.; CROOKS, C. V.; LEE, L.; MCINTYRE-SMITH, A.; JAFFE, P. G. The effects for children's exposure to domestic violence: a meta-analysis and critique. **Clinical Child and Family Psychology Review**, New York, v. 6, n. 3, p. 171-188, 2003.

YEAGER, K.; SEID, A. Primary care and victims of domestic violence. **Primary Care**, Philadelphia, v. 29, p. 125-150, 2002.

YSTGAARD, M.; HESTETUN, I.; LOEB, M.; MEHLUM, L. Is there a specific relationship between childhood sexual and physical abuse and repeated suicidal behavior? **Child Abuse & Neglect**, Oxford, v. 28, n. 8, p. 863-875, 2004.

ZAVASCHI, M. L. S.; SATLER, F.; POESTER, D.; VARGAS, C. F.; PIAZENSKI, R.; ROHDE, L. A. P. et al. Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 189-195, 2002.

ZAVASCHI, M. L. S.; QUINALHA, A. F.; ENK, I.; TELELBON, M.; DEFAVERY, R. Abuso sexual em crianças: uma revisão. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 67, p. 130-136, 1991.

ZAMBERLAN, M. A. T. Interação mãe criança: enfoques teóricos e implicações decorrentes de estudos empíricos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, p. 399-406, 2002.

***ANEXOS***

---

## ANEXOS

## ANEXO A

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP**

---

Of.CEtP/121.2005-15/12/2005

Prezado(a) Senhor(a):

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "A Percepção da Criança e Adolescente acerca da violência doméstica observada e vivenciada" foi analisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, em sua 49ª Reunião Ordinária realizada em 15/12/2005, e enquadrado na categoria: APROVADO, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº 225/2005 – 2005.1.1701.59.9

Aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

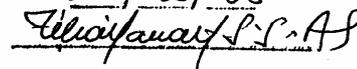
  
Prof. Dra. EUCIA BEATRIZ LOPES PETEAN  
Coordenadora do CEP-FFCLRP-USP

Ilustríssimo(a) Senhor(a)  
**MIRIAN BOTELHO SAGIM**  
Aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia desta FCLRP-USP

c/c. Prof. Dra. Zélia Maria Mendes Biasoli Alves  
Docente do DEP/FFCLRP

Recebi o(s) original(is)

21/12/05



## ANEXO B

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Para as Mães e Filhos)

Concordo em participar como voluntário(a) e autorizo também meu filhos (a) a participarem de uma pesquisa que será realizada pela Doutoranda em Psicologia da Universidade de São Paulo ( USP), Mirian Botelho Sagim RG 16187055 SSP/SP.

Esta pesquisa tem a finalidade de investigar a percepção que crianças e adolescentes tem sobre a violência observada ou vivenciada por ele.

Para isso, será feita uma entrevista com a mãe contendo perguntas relacionadas ao tema deste projeto, com duração aproximada de trinta minutos como também a realização de um Jogo de Sentença Incompleto ao término da entrevista. Com a criança e adolescente será realizado um Jogo de Sentença Incompleto com aproximadamente 15 minutos de duração.

*Ao decidir aceitar participar deste estudo, tomei conhecimento de que:*

Caso não me sinta à vontade com alguma questão da entrevista, estou ciente de que posso deixar de respondê-la, sem que isso implique em qualquer prejuízo.

Sei que as informações que fornecerei poderão mais tarde, ser utilizadas para trabalhos científicos e que minha identificação será mantida sob sigilo, isto é, não haverá chance de ser identificado meu nome ou de meu filho(a), assegurando meu completo anonimato.

Devido ao caráter confidencial, essas informações serão utilizadas apenas para os objetivos deste estudo. Por isso, autorizo a gravação da entrevista para que não se deixe passar despercebido nada do que foi conversado e que possa vir a ser um dado importante.

Não há nenhum risco significativo para eu ou meu filho(a) em participarem deste estudo.

Estou livre para desistir da participação em qualquer momento desta pesquisa como também que meu filho(a) .

Minha participação neste estudo é inteiramente voluntária, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão para isso.

Caso haja alguma despesa por minha parte, para que participe da pesquisa, a mesma será reembolsada.

*Considerando as observações acima:*

Eu, \_\_\_\_\_, aceito voluntariamente participar deste estudo, estando ciente de que sou livre para, em qualquer momento, desistir de colaborar com a pesquisa.

Estou ciente que minha participação neste trabalho poderá abrir um espaço para que eu expresse minhas opiniões e percepções sobre o assunto pesquisado, que poderão ser úteis para um maior conhecimento sobre o tema e para a expansão de estudos nesta área.

E, caso tiver que contatar a pesquisadora Mirian Botelho Sagim e/ou sua orientadora Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves, para qualquer tipo de explicação, sei o endereço que devo recorrer, sendo este: Avenida dos Bandeirantes, 3900 – CEP 14040-901 – Ribeirão Preto/SP; Departamento de Psicologia e Educação – USP/Bloco E.

Telefones: 602-3730/602-3715

Eu recebi uma cópia deste termo e a possibilidade de lê-lo.

Ribeirão Preto, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

Assinatura do Participante:

Assinatura do Responsável pela Pesquisa:

**ANEXO C****ENTREVISTA ESTRUTURADA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Identificação:

Participante:

Idade:

Estuda:

Série:

Irmãos:

## ANEXO D

### Entrevista estruturada com as mães

Identificação

Participante n°:

Idade:

Escolaridade:

Trabalha:

Filhos: Sim ( ) Não ( )--- Quantos ?

Filhos estudam?

Marido ou companheiro trabalha?

Ele ajuda nas despesas da casa?

## ANEXO E

Entrevista semi estruturada com as crianças e adolescentes

- 1- Como é seu relacionamento com seus pais
- 2- Como seus pais se comportam quando ficam bravos
- 3- Você já viu seu pai bater na sua mãe
- 4- Se, você já viu seu pai bater em sua mãe, o que você sentiu
- 5- Você já viu seu pai bater em sua mãe? Como foi, o que você fez
- 6- E sua mãe bater em seu pai?
- 7- Você já tentou impedir brigas entre seus pais? Como?
- 8- O que você gostaria que acontecesse na sua casa-
- 9- Porque você acha que sua mãe e seu pai brigam?
- 10- Sua mãe ou seu pai já bateram em você? Isto continua acontecendo
- 11- O que você sente quando apanha, do seus pais

## ANEXO F

Entrevista semi-estruturada com as mães

1-Conte-me como foi sua infância e adolescência com seus pais

2-Como seus pais se comportavam com os filhos e com a mulher, sua mãe

3-Em sua infância você presenciou cenas de violência em casa

4-Seu pai batia nos filhos, como isso acontecia

5- Você é casada? Se, sim, como é o comportamento de seu marido

6- Como é seu comportamento e de seu marido com seu filho

**ANEXO G****Jogos de Sentenças Incompletas- Crianças e Adolescentes**

- 1- Para mim família é...
- 2- Para mim família feliz é...
- 3- Para mim família infeliz é...
- 4- Eu gostaria que minha família fosse...
- 5- Sinto-me bem em casa quando...
- 6- Sinto-me mal em casa quando...
- 7- Gostaria que meus pais fossem...
- 8- Quando apanho eu...
- 9- Para mim violência é...
- 10- Para mim violência contra criança é...
- 11- Quando vejo meus pais brigando eu...

## ANEXO H

Tenho 4 filhos, de homens diferentes, com 11,8,7,4 anos, estudei pouco não sei nem ler so assino o nome, não sei nem entende de dinheiro, so sempre tapiada não sei vê troco.

Tive uma vida muito difícil, minha mãe era pai e mãe era tudo, meu pai so bebia e as veiz trabalhava ele bebia muito e judiava da gente e da mãe.

Ele chegava e do nada batia na gente , qualque coisa a gente apanhava, e quando nois tava na rua apanhava mais não tive pai nem carinho de pai, só pancada.

Só minha mãe educava, meu pai sob educação não tava nem ai, minha mãe falava pa gente trabalha e se alguém na vida te uma vida diferente da que ela tinha ne, e muito sofrimento, minha mãe cuidava do jeito dela e queria que a gente fosse bom, não deixava a gente namora e nois namorava escondido, ela não deixa a gente sai eu e minhas irmãs ai a gente saia escondida pa namora e ai fiquei grávida eu tinha 15 anos, e depois da gravidez meu namorado fugiu, me deixou grávida sem nada, quando minha mãe e meu pai descobriram que eu tava grávida de barriga, me bateram tanto me espancaram que eu quase morri de pancada na barriga e no corpo e não perdi o bebe, foi um choque para eles saberem de minha gravidez pois eles vigiavam agente muito eu e minhas irmãs não sai de jeito nenhum eles prendiam a gente em casa ai o choque da minha gravidez.

Depois que o bebe nasceu ai sim foi um transtorno, que eu nunca imaginava, eu nem imaginava que tava sendo mãe, ai e muito difícil ser mãe, e uma responsabilidade que ti atormenta vê só você só pensa no filho e è uma criança.

Morei com um dos meus maridos mais foi um transtorno, foi terrível ele era cruel, era o pai da maria, sofri muito, todos meus maridos eram ruins e batiam muito em mim e nos filhos.

O outro marido era um estuprador e eu nem imagina isso ele era terrível, ruim e mal mesmo ele so ficava em casa, não trabalhava, ano fazia nada so batia em mim, eu tinha muito medo dele, uma veiz minha mãe viu ele bate e queria i pa cima dele e eu não deixei, ele dizia que batia por ciúme ele dizia ne, è uma coisa que nem sei ti explicar, nem sei fala disso pois não entedia

Ele me leva trabalha e busca no emprego não me deixa sai sozinha e fala que saio com outros homens e que sou biscate me xinga , me humilha me fala tanto nome feio que nem sei fala direito o que ele me xinga, ele e muito nervoso com os meninos, bate em, todos, ai eu entro no meio e não deixo e ai apanha todo mundo.

Ele só tem carinho com a filha dele, só brinca e abraça ela, dá carinho, atenção trabalha só para ela, ele diz que tem medo que falem que ele vai abusar das meninas que não são dele e ele fala que prefere fazer de conta que elas não existem nem fala com elas só bate, elas ficam transparentes, ele fala que assim ninguém pode dizer que ele abusou delas, e fez mal para alguma ele tem respeito.

Eu quero que minhas filhas tenham uma vida melhor que eu tive, que passem o que eu passei fica grávida tão cedo, minha filha maior dá muito trabalho, fuma, não consigo colocar ela no caminho certo, eu trabalho muito para meus filhos não passarem fome, já passei muito fome e não quero isso para eles, mais ela não entendi, qualquer coisa que peço para ela ela me joga na cara que tive filho demais, e ela não entendi que precisa ajuda e se diferente obedece, é difícil o filho não entendi.

Hoje em dia tá mais fácil, pó pobre e pó rico, tem como estudar todos tem como estudar, eu não sei nem conta dinheiro nem lê, não fui na escola, não sei nada, tento fazer meus filhos estudar mais minhas filhas não obedecem ninguém, minha filha não respeita ninguém e me xinga muito, não queria ter tanto irmão, em casa tudo é dividido a comida e um pouco para cada filho e ela fica brava pois que come mais, eu já sofri muito, antes morava numa casa que não tinha banheiro fazia as coisas no balde e jogava na casa do vizinho.

Minha vida em família com meu pai foi muito ruim nunca tive alguém para dar um bom conselho só recebi pancada e ainda recebo tentando sair dessa vida e ter uma casa para mim, só moro com homem por que eles ajudam um pouco sozinha não dá conta.

Na casa do meu pai não tem união só briga eu e minhas irmãs não nos damos bem, não tenho ninguém para conta não dá para nem para morar no fundo da casa dele não.

Meu pai não presta ele sempre foi ruim e ainda é mesmo doente e ruim e mal, mente muito, gosto dele não sinto ódio, deixo para Deus, Deus quer assim e deixa como Deus quer.

Eu acho que não merecia essa vida, eu não tive muita escolha nunca tive cabeça e nem juízo não podia ter ficado grávida tão cedo era muito cabeça fraca as coisas ruins que acontecem com nós foi nós mesmo que procuramos.